

# SUMÁRIO



**Mensagem do Presidente**



**Execução do Plano de Actividades**



**Relatório de Gestão**



**Anexos**

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E DE GESTÃO

**2005**

# 1

## MENSAGEM DO PRESIDENTE

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E DE GESTÃO

# 2005

**MENSAGEM DO PRESIDENTE DA CÂMARA**

2005 marcará indelevelmente a vida do Município como o ano em que se operou uma mudança perceptível na sua estrutura política.

O sufrágio de Outubro determinou a escolha de novos órgãos autárquicos com renovação dos actores e, como é inevitável em eleições, a emergência de novas ideias e pontos de vista.

O balanço que ora se apresenta é o inevitável espelho de uma política que tem granjeado para Matosinhos algumas condições ímpares no contexto dos Municípios Portugueses e que diz bem do percurso de sucesso que durante largo tempo foi determinado por impulso da acção de Narciso Miranda e de José Manuel Soares de Oliveira.



Tendo assumido que o novo período de 4 anos que se abre seria de inovação e criatividade, mas também de um aprofundamento das características essenciais da Autarquia - o ambiente, a solidariedade, a cultura - quase poderíamos dizer que o Relatório e Contas teria sido sufragado por um universo bem mais amplo que o universo dos órgãos autárquicos que o apreciam. Assim, é com prazer que submeto à apreciação da Câmara e da Assembleia Municipal o balanço daquilo que foi executado em 2005, com novo formato e uma criatividade crescente e - esperamos - uma leitura mais apelativa.

Matosinhos tem obrigação de se empenhar a fundo para elevar a um novo patamar de competência e sucesso uma obra que, como se espelha neste relatório, é motivo de orgulho para todos nós. Pela minha parte, pela nossa parte, deveremos ter presente todos os dias a honra profunda de merecermos a confiança dos Matosinhenses.



# 2

## EXECUÇÃO DO PLANO DE ACTIVIDADES

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E DE GESTÃO

# 2005



# COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E DE GESTÃO

# 2005

## COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS

O papel crescente da comunicação nos dias que correm leva-nos a inovar constantemente nos meios de veiculação da informação a ser prestada aos munícipes e aos utentes dos serviços urbanos. É, pois, imperioso lutar contra a inércia, a falta de criatividade, o cansaço visual da imagem, a apatia e o marasmo daí decorrentes.

A actividades do Gabinete de Comunicação e Relações Públicas referente a 2005, reflecte, no essencial, por um lado, a continuidade num serviço que ao longo dos anos se vem assumindo como espaço de acolhimento, informação e orientação dos munícipes, e por outro lado, consagra, numa óptica de projecto, um serviço novo, vocacionado para a comunicação e informação, promovendo e estimulando a participação dos cidadãos, inserindo a sua acção num movimento de estímulo para a cidadania activa.

### Gabinete de Relações Públicas

Como já referimos, as Relações Públicas da CMM assumiram-se, ao longo dos anos, como espaço privilegiado de acolhimento dos munícipes. É aqui que são procuradas e encontradas muitas das respostas para as mais diversas solicitações e anseios. No entanto, para além dessa vocação principal – a focalização no atendimento personalizado –, as RP's apoiaram e acompanharam todos os eventos promovidos pelo município ou aqui realizados.

Assim, foram acolhidos nas RPs cerca de 15 000 munícipes. Apoiámos 189 eventos sócio-culturais e 311 reuniões. Respondemos a 577 questões colocadas através da Linha Azul do Município.

### Espaços Internet

O projecto dos Espaços Internet, teve no ano de 2005 um culminar parcial, relativamente a dois dos três Espaços existentes, no âmbito do protocolo com o POS-Conhecimento. O terceiro Espaço encontra-se ainda abrangido pelo protocolo até Julho de 2006.

O ano de 2005, ficou igualmente registado pelo enorme número de utentes que recorreram aos três equipamentos, com um significativo aumento em comparação com o ano de 2004. No entanto, deve-se assinalar que desde a sua abertura que a tendência foi sempre de crescimento.

Os números registados, por exemplo no Espaço Internet de Matosinhos, fixam-se na casa acima

dos 500 utentes mensais, chegando a atingir em certos meses perto de 1.000 utentes, o que se traduz igualmente, numa média sempre superior às 2.500 utilizações.

Este Espaço, configura-se desde a sua abertura em 2001, como um ponto de encontro de várias tipologias de utentes, desde os mais novos, nomeadamente estudantes do ensino secundário e estudantes do ensino universitário, que aproveitam para desenvolver trabalhos de pesquisa, aos profissionais liberais, aos utentes mais idosos que exploram o novo mundo da informática com uma alegria inigualável, aos estrangeiros, muitos deles residentes em Matosinhos e que se socorrem das novas tecnologias de



informação para manterem um contacto mais imediato com as suas famílias na sua terra natal aos turistas, nomeadamente nos meses de verão e diversos utentes que por casualidade descobrem este equipamento e as suas potencialidades.

O Espaço Internet de S. Mamede de Infesta, que funciona na biblioteca municipal, situada no Edifício da Nova Centralidade de S. Mamede e tendo uma tipologia de utentes um pouco diferente da registada em Matosinhos, nomeadamente pela frequência com um significativo número de estudantes universitários, tem igualmente registado um número de utentes muito significativo, com uma média de 400 utentes por mês e mais de 1.000 utilizações.



O Espaço Internet de St.<sup>a</sup> Cruz de Bispo, situado na casa da Juventude enquadrado numa realidade distinta dos outros dois, apresenta uma taxa de ocupação também diferente, cerca de 100 utentes mensais. Igualmente, têm-se realizado, neste espaço, acções de formação, que permitem aumentar os conhecimentos ao nível das novas tecnologias não só dos mais novos como de uma diversidade de utentes, sendo vários provenientes dos inscritos no UNIVA que funciona na casa da Juventude.

No ano de 2005 foi iniciado em Matosinhos e nos outros 2 Espaços Internet o projecto de Diplomas de Competências Básicas em Novas Tecnologias de Informação, através da realização de acções de formação, tendo já sido atribuídos, cerca de 500 diplomas.

Os cursos de formação têm tido a participação de funcionários municipais em coordenação com o Departamento de Recursos Humanos, de estrangeiros, de idosos em parceria com diversos lares do Concelho, de jovens, etc.

### Postos de Atendimento ao Cidadão

Os Postos de Atendimento ao Cidadão (PAC) de S. Mamede de Infesta e de Leça da Palmeira, continuaram a desenvolver em 2005 as funções que lhe estão atribuídas pelo Instituto de Gestão das Lojas do Cidadão, de uma forma significativa, se tivermos em conta o número de utentes registados.



Tal como se registou desde a sua abertura, o PAC de Leça da Palmeira, apresenta um número superior de utentes, relativamente a S. Mamede de Infesta. No ano de 2005 registaram-se 4.018 utentes em Leça da Palmeira e 1.273 em S. Mamede de Infesta. Esta diferença, deve-se fundamentalmente à localização geográfica das zonas em que estão implantados, face à proximidade da cidade do Porto e da própria Loja

do Cidadão situada na zona das Antas, no que se refere a S. Mamede de Infesta.

Os serviços mais requeridos continuam a ser os relacionados com a Direcção Geral de Viação, renovação e alteração de dados das cartas de condução, o registo criminal e a EDP.

### **Loja Municipal do Cidadão**

A Loja Municipal do Cidadão, a funcionar no edifício da Nova Centralidade em S. Mamede de Infesta, continua a representar uma medida de descentralização de alguns serviços municipais, para além do edifício dos paços do concelho. Aí são efectuados pagamentos de Taxas e Licenças variadas, apresentação de requerimentos, são dadas diversas informações de índole municipal, procurando auxiliar os munícipes e cidadãos, nas suas dúvidas. Apesar do ser um serviço com um número de utentes mais reduzido por comparação com o Posto de Atendimento ao Cidadão, no ano de 2005 foram registados 606 utentes, no âmbito dos serviços e informações aí prestados.



## Gabinete de Comunicação e Imagem

O Gabinete de Comunicação e Imagem entrou em funcionamento em meados de 2004 e, desde então, tem vindo a desenvolver as suas competências, com o objectivo de inovar e aplicar criatividade e eficácia à forma como, quer internamente, quer externamente, o processo de comunicação se desenvolve.

Assim sendo, têm sido múltiplos os trabalhos que se tem vindo a desenvolver tendo o ano de 2005 revelado uma “maturidade” acrescida e um alargamento das funções deste gabinete. A forte componente de trabalho em equipa e a multidisciplinaridade dos técnicos que o compõem têm-se revelado como factores absolutamente relevantes para a boa performance do mesmo grupo. De salientar, aqui, o reforço da equipa durante este ano com um técnico de imagem e som e com uma chefia intermédia com formação académica na área da comunicação social.

De entre os vários trabalhos desenvolvidos ao longo deste período destacam-se alguns:

### Revista Municipal

O ano de 2005 contou com a edição de três números da Revista Municipal sempre com o grande objectivo de manter os munícipes informados sobre o que se passa no local onde vivem.



### Página de Internet e Newsletter

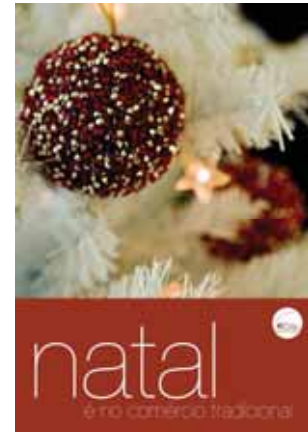
O novo site da Câmara Municipal de Matosinhos foi lançado no dia 10 de Junho com novos conteúdos, novos serviços e uma capacidade de actualização permanente e total. Paralelamente, foi lançada uma *newsletter*, com periodicidade semanal, que chega a cerca de 3000 pessoas pertencentes à nossa base de dados anterior e que tem vindo a beneficiar de um número crescente de inscrições.



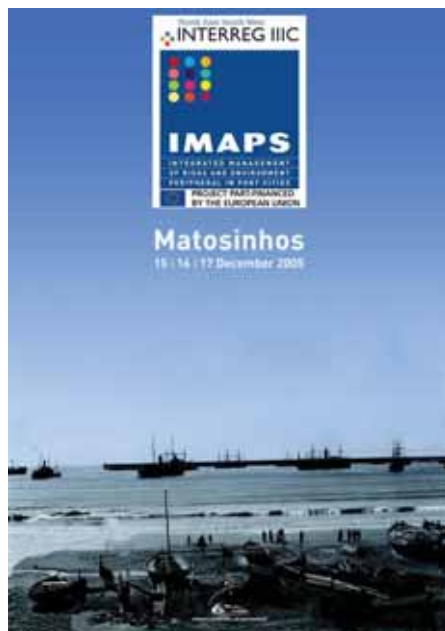
O gabinete de comunicação e imagem desenvolveu, ainda, o grande esforço de articulação com os vários serviços da Câmara no sentido da constante manutenção e actualização de conteúdos, bem como no desenvolvimento de novas metodologias e serviços ao dispor dos cidadãos, esforço esse que tem vindo a colher os seus frutos e que se tem revelado na efectiva melhoria do site Internet da Câmara.

### Campanhas de divulgação

Com o objectivo de dar a conhecer aos munícipes um pouco do que pelo Concelho se foi fazendo, foram desenvolvidas algumas campanhas promocionais, das quais se destacam a campanha de divulgação da piscina municipal da Sra. da Hora (com o desenvolvimento de uma imagem e a aplicação em *outdoors*); a campanha de divulgação de algumas obras do Concelho (Nova Centralidade de Perafita, Eixo Norte-Sul, Escultura de Sol e Mar, Via de Ligação dos Nós de Freixieiro e de Gonçalves, entre outros, e consequente aplicação em *outdoors*), campanha de Natal de sensibilização para a utilização do comércio tradicional (criação da imagem para o desenvolvimento de mupis que foram colocados em todas as freguesias do concelho e de sacos, com a mesma imagem, que foram distribuídos pelos vários espaços de comércio tradicional).



### Projecto IMAPS



No âmbito do IMAPS, projecto de Gestão Integrada de Riscos e Factores Ambientais para o Desenvolvimento Sustentável das Áreas Periféricas Portuárias, decorreu de 15 a 17 de Dezembro a Conferência Internacional no Concelho de Matosinhos, um espaço de debate que teve como objectivo a avaliação e o diagnóstico dos principais problemas ambientais e de risco existentes nas cidades participantes. Foi da responsabilidade do gabinete toda a organização e logística da conferência.

Ao gabinete coube, igualmente, o desenvolvimento da componente de Comunicação do projecto com a apresentação na conferência do plano de comunicação para os primeiros seis meses e do plano de comunicação geral (até ao fim do projecto).

### Elaboração de Anúncios Promocionais

Outra das funções mais regulares do gabinete continua a ser a elaboração de anúncios promocionais.

Estes anúncios visam a divulgação das iniciativas promovidas pela autarquia nas mais diversas áreas: cultura, desporto, acção social, educação, recorrendo à imprensa escrita nacional e local, assim como à televisão e rádios locais.

A própria promoção do Concelho não foi descurada. Foram publicados vários anúncios com o objectivo de dar a conhecer o Município em todas as suas vertentes: gastronomia, património histórico, arquitectura, espaços verdes, lazer, praias.



### Recepção, encaminhamento e resposta a e-mails



A CMM todos os dias dezenas de e-mails de munícipes e entidades com os mais variados objectivos. Desde carências pessoais, desentendimentos com vizinhos, contestações acerca do desempenho dos serviços municipais, alertas para situações menos claras, pedidos de habitação, sugestões de actuação, formação profissional, até felicitações pessoais, tudo constitui motivo para a população se dirigir à Câmara Municipal e ao seu Presidente.

Assim, de entre as actividades mais relevantes destaca-se, também, a recepção dos e-mails da autarquia e o consequente encaminhamento dos mesmos para os diversos serviços, bem como algumas respostas, mediante orientações dos mesmos.



# MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E DE GESTÃO

# 2005

## MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

O fito principal das actividades levadas a cabo no âmbito da modernização administrativa foi a documentação dos processos de modo a permitir nos anos vindouros as actividades de Certificação de Qualidade, Gestão Documental e Reengenharia de Processos.

Note-se que actividades programadas para 2006 como a abertura do *Front-Office* e os processos de digitalização necessitam deste suporte documental.

Assim, destacamos como as principais acções levadas a cabo no âmbito da modernização administrativa em 2005:

- Início do processo destinado à **Certificação de Qualidade da CMM** englobando, nesta primeira fase o Departamento de Recursos Humanos, a Direcção Municipal de Administração do Território e a Direcção Municipal de Tecnologias de Informação, Modernização Administrativa e Manutenção.



- Levantamento de processos de expediente e encaminhamento no âmbito do projecto de **Gestão Documental**.

- Levantamento dos formulários existentes na Câmara Municipal de Matosinhos e respectivo "benchmarking" com outros municípios.

## TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO

O desafio em termos de Tecnologias de Informação foi o de modernizar os equipamentos e o software em utilização sem causar rupturas nos sistemas em produção. Note-se que uma significativa mudança de equipamentos a nível de utilizador foi efectuada e que se verificou a evolução de aplicações para plataformas .NET e que foi criado de raiz um sistema para a nova Biblioteca Municipal e esquadra da Polícia Municipal. Simultaneamente, investiu-se no nó central da rede informática e nas redes do tipo "Wireless".



O suporte às mudanças de localização de várias secções também consumiu importantes recursos.

De entre as principais actividades levadas a cabo em 2005 destacamos:

- Continuação do desenvolvimento de know-how interno, designadamente na configuração da *firewall*, *software* e redes.
- Continuação do desenvolvimentos na página da *Intranet* da Câmara Municipal de Matosinhos
- Montagem da nova Biblioteca Municipal Florbela Espanca, incluindo rede, instalação de Sistema de Gestão Integrado de Bibliotecas com os respectivos servidores, e alteração da ligação Internet dos Paços de Concelho, representa mais 60 máquinas a uso e um sistema de software complexo.
- Site das Bibliotecas de Matosinhos  
<http://bmfe.cm-matosinhos.pt>  
<http://biblioteca.cm-matosinhos.pt>



- Remodelação do nó Central da Rede da Câmara Municipal de Matosinhos (o equipamento em questão é um dos mais versáteis e expansíveis do mercado e permite um crescimento saudável da rede nos próximos anos, só pela sua adopção é que os esforços em aquisição de novos servidores seriam compensados).
- Testes com interfaces GSM externas e estudos de cenários de integração da central telefónica com tecnologia VOIP
- Substituição de cerca de 60% do parque informático da CMM.
- Alterações da rede informática em alguns Edifícios Municipais, nomeadamente o do Antigo Tribunal, e de algumas zonas dos Paços de Concelho (Contabilidade, Recursos Humanos, etc.).



- Migração do NOS (*Network Operating System*) para Windows 2003 Server, consequente migração das contas e sistema de validação para *Active Directory*.
- Início da Migração da plataforma *Lotus Notes* para *Microsoft Exchange*.
- Aquisição e Instalação do software de gestão de Feiras e Mercados.
- Instalação do Programa EIS que permite uma visão do estado financeiro da autarquia em tempo real.
- Estabelecimento de redes sem fios entre edifícios municipais, sendo o exemplo a Esquadra da Polícia Municipal e os Paços de Concelho.
- Montagem da rede da Polícia Municipal, rede pioneira nos serviços da CMM ao estar dotada de VOIP, via telefones SIP e com utilização de POE (*Power Over Ethernet*) para os telefones.
- Criação de rede *Wireless* para acesso público que abrange todo a área geográfica que compreende os Serviços Técnicos, os Paços de Concelho e a Biblioteca, bem como de uma rede *Wireless* segura em cima da mesma infra-estrutura acima enunciada.
- Exploração da estrutura VPN baseada em tecnologia *Cisco*, com a sua migração para suporte da *Active Directory* via 802.11x.
- Efectivação do sistema de comunicações da Polícia Municipal, com a prevista utilização do sistema do operador Radiomóvel e tecnologia *Qualcomm*, ou seja CDMA e não GSM como tem sido mais usual.
- Apoio à montagem do servidor para o projecto IRVA nas instalações da CMM.
- Montado servidor de testes do sistema de Gestão Documental.
- Renovação do parque de impressoras e fotocopiadoras nos serviços da CMM (os equipamentos comprados já estão de acordo com as necessidades do sistema de Gestão Documental a ser montado).



- Desenvolvimento interno de aplicação para suporte as actividade de pesquisa documental "histórica" no âmbito do DCTA.



## RECURSOS HUMANOS

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E DE GESTÃO

# 2005

## RECURSOS HUMANOS

Os Recursos Humanos são o activo mais importante de qualquer organização e estas colocam a sua vantagem competitiva nas pessoas que constituem a sua comunidade de trabalho.

A gestão de recursos humanos tem um papel mais crítico que nunca para atingir os resultados pretendidos. Rapidez, flexibilidade e inovação são alcançáveis unicamente quando estratégias efectivas de gestão do capital humano suportam os objectivos das organizações.

Recrutamento, selecção e gestão de carreiras são actualmente conceitos com elevada carga dinâmica e complexidade e que atravessam transversalmente todas as estruturas de um sistema organizacional e que com elas interagem.



A adopção das novas tecnologias de informação, actualmente já com um grau de massificação apreciável, contem um potencial que pode e deve ser capitalizado, como factor de simplificação administrativa, transparência e de racionalização de tempo e custos. O Departamento de Recursos Humanos renovou todo o equipamento informático, permitindo desta forma dotar esta unidade orgânica de equipamento mais eficaz.

A Formação Profissional, sendo um factor determinante na qualificação e motivação dos trabalhadores da autarquia, visa a aquisição e desenvolvimento de capacidades e competências que possibilitam a adopção dos comportamentos adequados ao desempenho profissional e à valorização pessoal e profissional, traduzindo-se numa prioridade ao nível de uma boa gestão de recursos humanos.

A realização pessoal e profissional encontra na qualidade de vida do trabalho, particularmente a que é favorecida pelas condições de Segurança, Higiene e Saúde, uma matriz fundamental para o seu desenvolvimento. Um ambiente de trabalho seguro e de qualidade é importante para o indivíduo, a fim de manter a sua saúde e a sua capacidade de trabalho.



### Formação Profissional

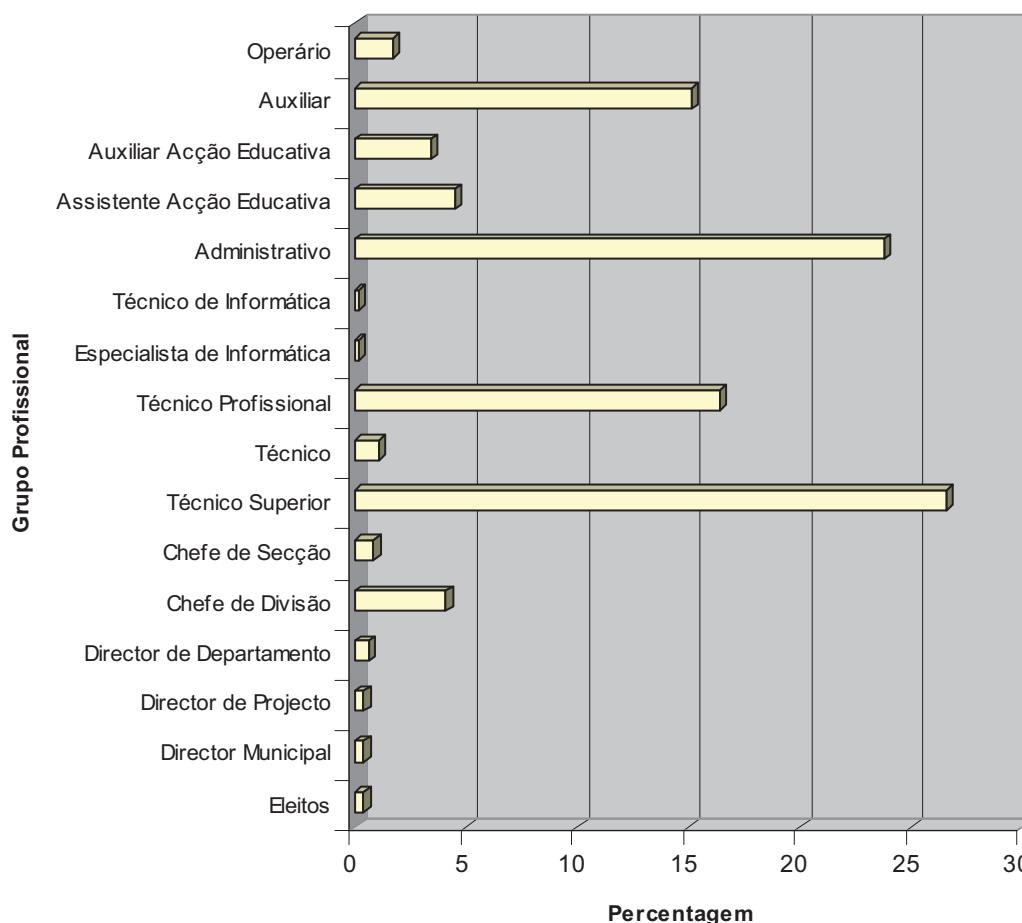
Uma aposta essencial projectada para 2005, foi a prossecução de um plano de formação ambicioso e abrangente, envolvendo a colaboração de diversas instituições de formação, bem como o recurso ao programa FORAL.



O Plano de Formação 2005 tinha como principais objectivos:

- Promoção de acções de formação interna em local de trabalho;
- Promoção de acções de formação por contrato de entidades formadoras, cujos custos seriam suportados por candidatura ao Programa FORAL;
- Parcerias com entidades formadoras com cursos que já tenham sido alvo de candidatura ao Programa FORAL;
- Dar prioridade aos cursos realizados nas instalações da autarquia, evitando ajudas de custo e valorizando a CMM como entidade promotora de formação;
- Fomentar o diálogo com os diversos serviços de forma a aferir as carências de forma exaustiva.

Se analisarmos a distribuição dos participantes em acções de formação por grupos profissionais, no ano 2005 (Gráfico 1), podemos concluir que os Técnicos Superiores, Administrativos, Técnicos Profissionais e Auxiliares são os grupos profissionais mais representados.

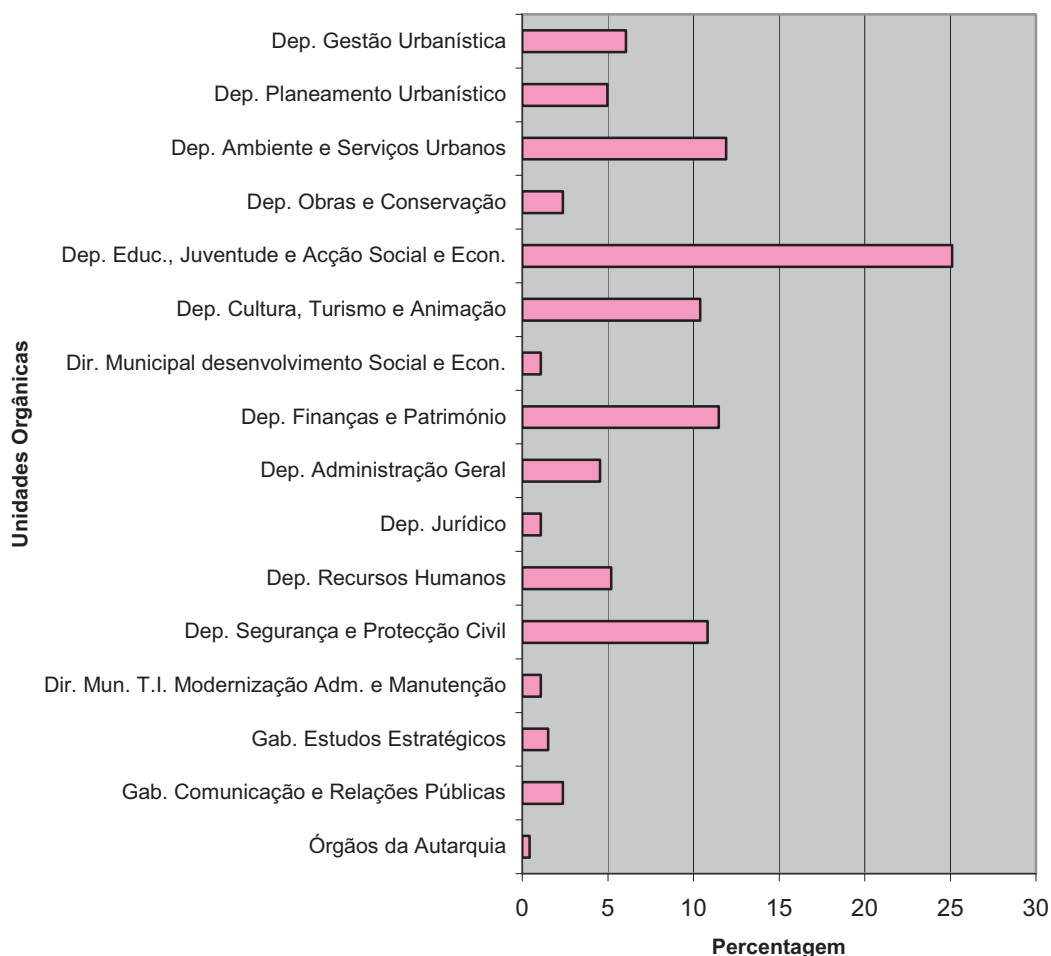
**Gráfico 1 - Distribuição dos participantes em acções de formação por grupo profissional**

Os grupos profissionais menos representados são os Técnicos e Especialista de Informática, Directores de Departamento, Director de Projecto, Director Municipal e Eleitos.

O ano 2005 caracterizou-se por uma distribuição mais equitativa da formação profissional uma vez que os grupos menos representados, até então, como é o caso do grupo de pessoal Operário, Auxiliar, Administrativo, Técnicos Profissionais, Assistente de Acção Educativa e Auxiliar de Acção Educativa, participaram em mais acções de formação.

No gráfico 2 pode-se analisar a distribuição dos participantes em acções de formação por unidades orgânicas em 2005.

O Departamento de Educação, Juventude e Acção Social e Económica representa 25% das participações em acções de formação em 2005. Este facto ficará, em grande parte, a dever-se à participação dos Assistentes de Acção Educativa no Curso de Formação para Assistentes de Acção Educativa. A Polícia Municipal, o Pessoal Auxiliar (Cantoneiros de Limpeza) do Departamento de Ambiente e Serviços Urbanos e as Secretarias dos diversos departamentos, representadas pelos Assistentes Administrativos, foram os principais destinatários este ano.

**Gráfico 2 - Distribuição dos participantes de acções de formação por unidade orgânica**

A Formação Interna realizada em 2005 foi praticamente toda financiada uma vez que se procurou contratar entidades formadoras com cursos já financiados pelo programa FORAL.

A Formação Interna, no ano 2005 e pela primeira vez, foi objecto de avaliação. Esta avaliação foi feita de duas formas:

- *Inquérito de Avaliação da Acção de Formação*, preenchido pelos formandos no final de cada acção de formação;
- *Relatório de Avaliação da Qualidade e Eficácia*, preenchido pelas chefias directas dos formandos, 3 meses após o final do curso, de forma a avaliar a transposição dos conhecimentos para o contexto real de trabalho.

Os objectivos do Plano de Formação 2005 foram praticamente todos cumpridos.

### Higiene e Segurança no Trabalho

No domínio das condições de trabalho e da qualidade do trabalho, propusemo-nos desenvolver durante o ano de 2005, um conjunto de iniciativas, nomeadamente acções de formação e sensibilização na área de higiene e segurança, o levantamento das condições de higiene e segurança no trabalho e ainda a implementação de um plano de intervenção.

Durante a visita às instalações, foi feito o levantamento das não conformidades. A partir daqui, foi possível fazer a identificação dos perigos, a avaliação de riscos, propondo-se de seguida medidas preventivas e correctivas tendo em vista o melhoramento das condições de Segurança e Higiene dos trabalhadores.



### Medicina no Trabalho

No âmbito da Medicina do Trabalho, um dos grandes objectivos era a criação do **Posto Médico**. Após o cumprimento de todas as imposições legais indispensáveis nesta área, o Posto Médico foi criado em Abril de 2005.

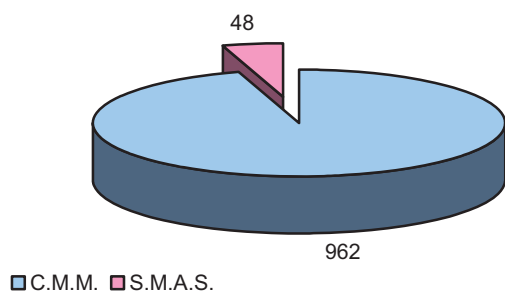
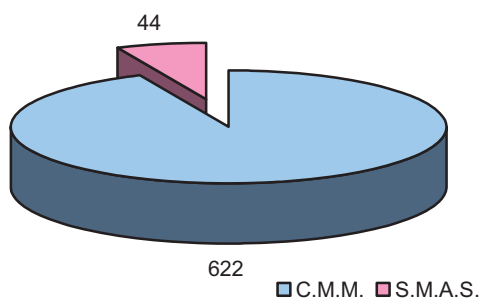
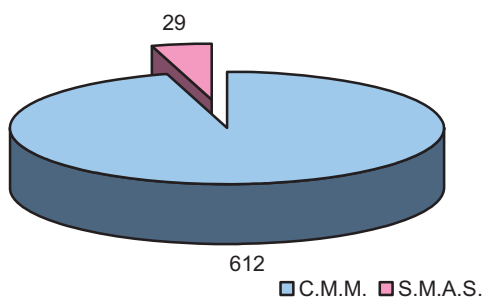
No posto médico são realizados exames médicos através de equipamento ambulatorio no local de trabalho, nomeadamente:

- Exames de admissão;
- Exames periódicos;
- Exames ocasionais, sempre que haja alterações substanciais nos componentes materiais de trabalho que possam ter repercussão nociva na saúde do trabalhador;
- Exames complementares de diagnóstico;
- Rastreio oftalmológico a todos os funcionários cujo posto de trabalho obrigue a trabalhar com equipamentos dotados de visor ou exija elevado nível de precisão;
- Electrocardiograma nos trabalhadores com idade igual ou superior a 45 anos sempre que necessário;
- Audiograma, para os trabalhadores que estejam expostos ao ruído no posto de trabalho;
- Espirometria, para os funcionários expostos a contaminantes químicos no seu posto de trabalho;
- Análises ao sangue: colesterol, glicose, velocidade de sedimentação e hemograma.
- Análises à Urina tipo II.



Os funcionários dos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento de Matosinhos integram a Medicina no Trabalho desde Setembro de 2005, .

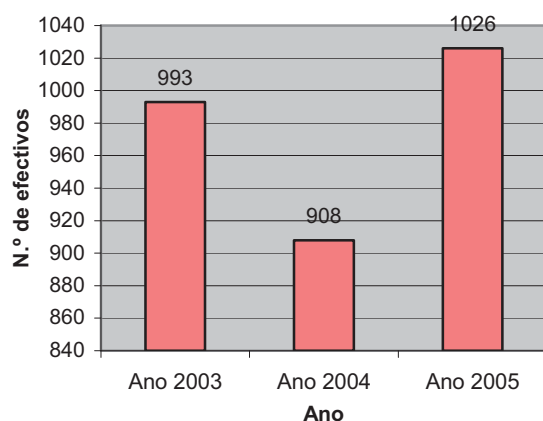
Através da análise gráfica que se segue, poderemos visualizar as diferentes áreas de intervenção em sede de Medicina no Trabalho efectuadas durante o ano de 2005.

**Exames Complementares****Análises Sanguíneas/ Urina Tipo II****Consultas de Admissão, Iniciais e Ocasionais**

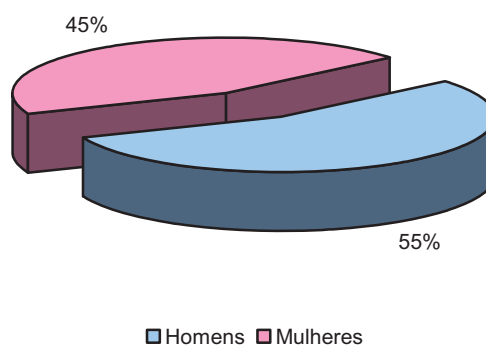
## BALANÇO SOCIAL

O Balanço Social relativo ao ano de 2005, e que se anexa a este documento, é um instrumento de planeamento e gestão dos recursos humanos que identifica através de indicadores os pontos fortes e eventuais disfunções duma organização contribuindo para a melhoria da qualidade dos serviços prestados. Poderão salientar-se os seguintes aspectos:

**Número de Efectivos**



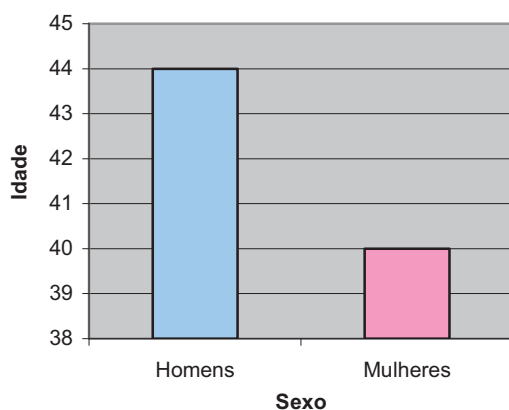
**Efectivos por sexo em 2005**



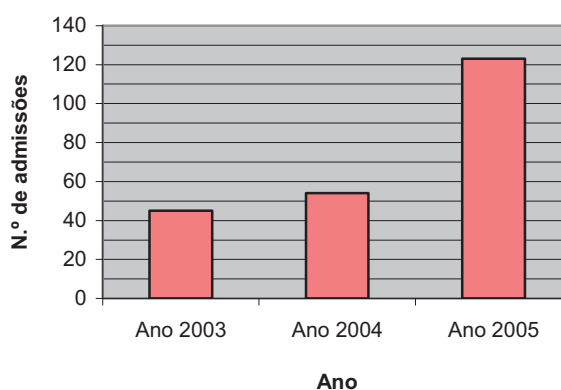
O número total de efectivos diminuiu de 993, em 2003, para 908, em 2004, o que representou um decréscimo de 8,5%, e voltou a aumentar em 2005 para 1026 efectivos (aumento de 12,9%).

55% dos efectivos são do sexo masculino e 45% são do sexo feminino.

**Média de Idades por sexo em 2005**



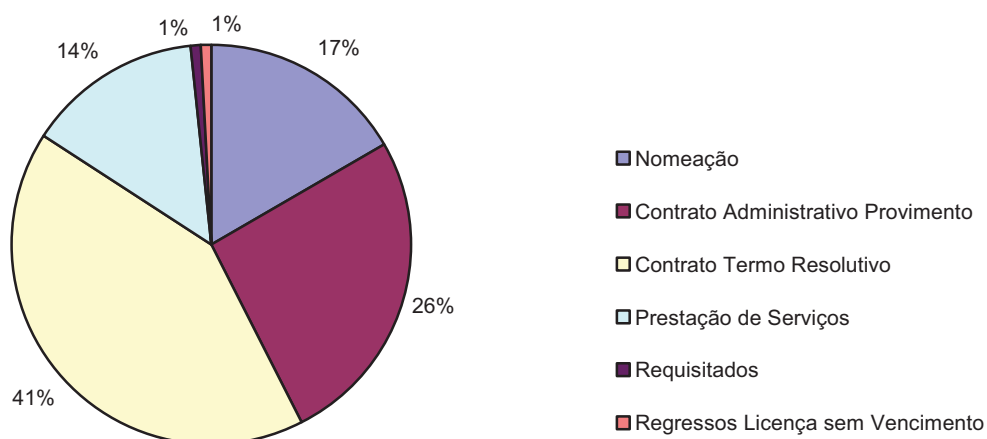
**Admissões**



O nível etário médio geral é de 42 anos, sendo a média dos homens de 44 anos e das mulheres 40 anos.

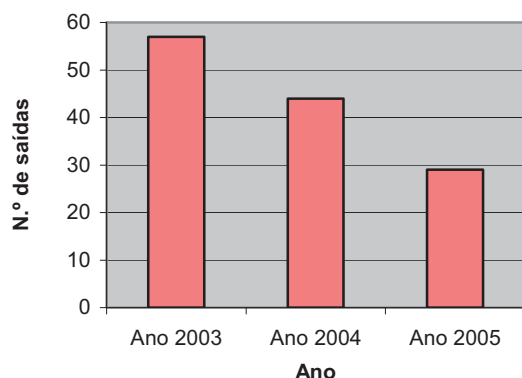
O número de admitidos tem vindo a aumentar: de 2003 para 2004 registou um aumento de 20% e de 2004 para 2005 aumentou 127%.

### Motivo das Admissões em 2005

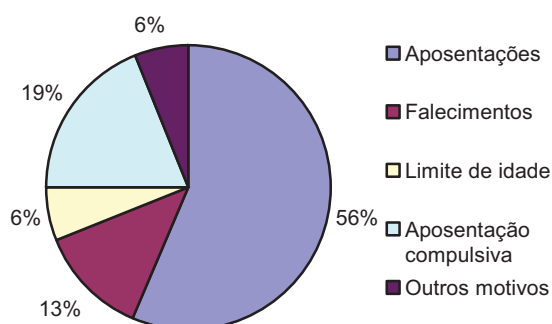


Foram admitidos 123 novos colaboradores, sendo 20 por nomeação, 31 em regime de contrato administrativo de provimento, 50 contratados a termo resolutivo, 17 em regime de prestação de serviços, 1 regresso de licença sem vencimento e 1 requisitado.

### Saídas



### Motivo das Saídas



No que respeita às saídas, estas têm vindo a registar um decréscimo. O ano 2004 registou um decréscimo de 22,8% e 2005 registou uma quebra de 34% face a 2004 e podemos verificar que 56%, a maioria, teve como motivo a aposentação.

Finalmente e para uma interpretação mais pormenorizada do já referido, anexa-se o Balanço Social referente a 2005.



# GABINETE DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E DE GESTÃO

# 2005

## GABINETE DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS

### Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável

Tendo em vista a elaboração e discussão pública de um Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável para o município de Matosinhos foram dados em 2005 os primeiros passos preparatórios de molde a que este plano possa arrancar já durante o ano de 2006.

A abordagem proposta, fazendo associar à obrigação institucional de adopção de uma Agenda 21 Local a formulação de uma estratégia global de desenvolvimento, pretende dotar a autarquia de um guião integrado e abrangente, orientador dos processos de elaboração de políticas e programas operacionais, nas diversas esferas de competência, e de coordenação entre os diversos actores locais na definição de uma visão comum de desenvolvimento. O plano estratégico englobará um largo espectro de acções destinadas a melhorar o conhecimento do território municipal, no contexto da aglomeração metropolitana e do noroeste peninsular, e estabelecer prioridades de desenvolvimento, numa óptica de sustentabilidade, integrando os vários domínios de interesse, desde o ambiental, recursos naturais e paisagem, o ordenamento do território, o urbanismo e a mobilidade urbana, o modelo de desenvolvimento económico, a prosperidade social e a vida cultural, às questões do sistema de participação, cidadania e governância urbana.

### Sistema de Informação Local

A resolução de problemas locais exige a disponibilidade de informação completa, de qualidade e referenciada a um nível territorial fino.

Nesta linha de orientação, foram iniciados os estudos de suporte à definição de uma arquitectura informacional visando a construção do Sistema de Informação Local de Matosinhos. Em concreto, procedeu-se a uma inventariação da informação estatística oficial disponível ao nível dos territórios municipal e de freguesia. O objectivo último será o de criar uma base informativa coerente para suporte ao estudo da realidade económica e social do município e à produção de indicadores de avaliação de impacto dos programas e políticas municipais.

### Estudos de Âmbito Municipal

A valorização da informação disponível sobre Matosinhos, transformando-a em conhecimento útil para a decisão, é o objectivo principal do desenvolvimento de estudos sobre o território municipal nos domínios económico, social e ambiental. Neste âmbito, será de destacar os trabalhos de coordenação da **Carta Desportiva Municipal** e da **Carta Educativa Municipal**. A Carta Desportiva Municipal, cuja elaboração foi concluída em 2005, caracteriza a realidade desportiva de Matosinhos do ponto de vista dos equipamentos disponíveis, do movimento associativo, do grau de cobertura em equipamentos e do esforço de investimento em infra-estruturas, e estabelece os principais desafios que se colocam ao desenvolvimento desportivo municipal. Por sua vez, a elaboração da Carta Educativa Municipal, cujo objectivo é a criação de instrumentos de gestão para suporte à definição e implementação das prioridades municipais de desenvolvimento para o sector educativo, foi iniciada em 2005. Dos trabalhos realizados salientam-se a



assinatura e início de execução de um protocolo de colaboração com a Faculdade de Arquitectura do Porto visando a caracterização física da rede de equipamentos educativos do município de Matosinhos.

O envolvimento da comunidade local, com destaque para as escolas e universidades, em estudos sobre Matosinhos, para além do contributo para a produção de conhecimento sobre a realidade municipal, desempenha um papel relevante na afirmação dos valores da cidadania e da participação cívica. Nesta perspectiva, em 2005, foram realizados alguns estudos académicos de colaboração entre a CMM e a Universidade do Porto, dos quais são citados os seguintes: "Estudo de caracterização e diagnóstico estratégico do Mercado Municipal de Matosinhos", "Estudo de caracterização do sector da restauração em Matosinhos", "Estudo relativo ao Risco de Inundação Urbana no Concelho de Matosinhos" e "Estudo de delimitação de um parque urbano situado nas margens urbanas do Rio Leça".

### Cooperação Internacional

A cooperação nacional e internacional no domínio de iniciativas de inovação e desenvolvimento e o intercâmbio de experiências e boas práticas abre excelentes perspectivas nas possibilidades de realização de estudos e da produção de soluções metodológicas de resposta eficiente a problemas comuns com que são confrontadas a generalidade das autarquias europeias. Neste âmbito, foram iniciados em 2005 dois projectos de participação em redes de cooperação europeia para a inovação e o desenvolvimento designados projecto SUDEST e projecto IMAPS.

O projecto **SUDEST** (*Sustainable Development of Sea Town*) é um programa apoiado pela iniciativa comunitária URBACT aplicado à problemática da sustentabilidade ambiental e coesão social das cidades portuárias. O objectivo principal é o de analisar o processo de regeneração urbana dos espaços urbano-portuários, nas vertentes física, económico-social e dos instrumentos de gestão. Com uma duração prevista de cerca de dois anos (Junho de 2005 a Março de 2007) pretende-se, no contexto das cidades portuárias de Nápoles e Livorno, em Itália, de Bastia e Le Havre, em França, de Instambul, na Turquia, bem como de Matosinhos e Porto (parceria entre a CMM, a APDL, a Porto Vivo e a Faculdade de Arquitectura), estudar e confrontar as dinâmicas de transformação e desenvolvimento da envolvente urbana dos respectivos espaços portuários, trocar experiências sobre metodologias e programas de cooperação entre as autoridades autárquicas e portuárias e criar condições apropriadas para capitalizar e transferir conhecimento relativo à integração de programas e actividades das autoridades de gestão dos espaços urbano-portuários, tendo em vista a regeneração e qualificação urbana e o desenvolvimento sustentável do território.

O projecto **IMAPS** (Gestão Integrada de Riscos e Factores Ambientais para o Desenvolvimento Sustentável das Áreas Periféricas Portuárias), é uma iniciativa comunitária financiada pelo INTERREG IIIC que visa a criação e dinamização de uma rede europeia de cooperação no âmbito da gestão de riscos civis e ambientais nas zonas litorais e portuárias. A rede de cooperação IMAPS envolve, em Portugal, o município de Matosinhos (representado pela Câmara Municipal e do Instituto de Águas da Região Norte), em França, a



região de Brest, em Itália, o município de Tarento, na Roménia, o município de Constantza, em Espanha, a Província de Cadiz e, em Inglaterra, a Ilha de Wighth. Partindo de um diagnóstico da situação actual da UE em matéria de factores de riscos civis e ambientais associados às actividades industriais e portuárias, de metodologias de gestão de riscos e de gestão ambiental em vigor em diversas cidades portuárias europeias e da análise de coerência e integração entre a regulamentação comunitária e nacional e do respectivo ajustamento e aplicabilidade à realidade concreta, pretende-se contribuir, no plano comunitário, com novas soluções metodológicas, com recomendações de âmbito normativo e com a elaboração de consequentes planos de acção regionais e inter-regionais.

## FUNDOS ESTRUTURAIS



Em termos de Fundos Estruturais, **vertente FEDER**, no decurso do III Quadro Comunitário de Apoio (2000-2006) e até ao final do ano de 2005, a Câmara Municipal de Matosinhos, através do Gabinete de Estudos Estratégicos em cooperação com os diferentes Departamentos, apresentou um conjunto de candidaturas integradas em diferentes Programas Operacionais (Sectoriais e Regional).



No âmbito do Operação Norte – Programa Operacional da Região do Norte, a situação a 31/12/2005 é a seguinte:

### *Eixo Prioritário 1 – Apoio a Investimentos de Interesse Municipal e Intermunicipal – Secção A*

#### Medida 1.1 – Sistemas Ambientais Locais

Esta Medida sofreu alterações na sua composição relativamente ao ano de 2004, tendo sido necessário proceder à substituição de uma candidatura. Esta compreende um total de dez candidaturas aprovadas, com um valor elegível de 9.051.652,92 Euros, a que corresponde uma comparticipação de 5.756.969,10 Euros, resultante da aplicação de uma taxa média de co-financiamento de 63,6%. Das dez candidaturas, apenas duas não se encontram concluídas, estando em elaboração o Relatório Final de Execução. A taxa de execução, relativamente ao proposto em candidatura, é de aproximadamente 96%, desvio resultante de variações nas quantidades de material aplicadas em obra e da não elegibilidade do IVA em algumas rubricas.

#### Medida 1.2 – Redes e Sistemas de Transportes Locais

Duas candidaturas aprovadas, com um valor elegível de 3.137.024,76 Euros, a que correspondeu uma comparticipação de 2.341.953,72 Euros resultante da aplicação de uma taxa de co-financiamento de 75%. As candidaturas encontram-se concluídas, apresentando uma taxa de execução, relativamente ao proposto, de 100%.

#### Medida 1.3 – Qualificação Territorial

Quatro candidaturas aprovadas, com um valor elegível de 8.967.467,55 Euros, a que correspondeu uma comparticipação de 6.561.306,01 Euros resultante da aplicação de uma taxa média de co-financiamento de 73,2%. Das quatro candidaturas, apenas uma se encontra em fase de execução, estando as restantes concluídas. A taxa de execução, relativamente ao proposto em candidatura, é de 100%.

Em termos globais, os valores aprovados e comparticipados no âmbito do Eixo 1 – Secção A, do ON – Programa Operacional da Região do Norte foram de, respectivamente, 21.156.145,23 Euros e 14.660.228,83 Euros, representando uma taxa de execução de aproximadamente 100%, denotando a boa capacidade de gestão dos projectos e absorção de fundos disponíveis.



Ainda no âmbito do Eixo Prioritário 1 do PO Norte, foi apresentada mais uma candidatura “Infra-estruturas – Nós de Freixieiro e Gonçalves, Centro de Perafita, Rua da Fonte Velha, Variante à Rua de Picoutos e Rua Domingos Bomtempo”, que está pendente da disponibilidade de fundo, integrada na Medida 1.9 – Saneamento Básico – Zonas de Intervenção Prioritárias, com um investimento elegível de 1.654.312,00 Euros, a que corresponde uma comparticipação de 992.587,00 Euros

A 31/12/2005, a dotação fixada para a Câmara Municipal de Matosinhos no Eixo 1, considerando, já os valores atribuídos via Reserva de Eficiência, ficou totalmente comprometida. Relativamente à candidatura no âmbito da Medida 1.9, como não existe dotação fixa por município, e o valor global atribuído à Medida é relativamente baixo, a sua aprovação vai estar dependente da taxa de execução das candidaturas homologadas aos municípios mais carenciados neste domínio.

Deve ser realçado o facto de a CMM ter cumprido todos os objectivos estabelecidos pela Unidade de Gestão do ON - Programa Operacional da Região do Norte, estando, no caso das empreitadas já concluídas, entregues e aprovados os respectivos Relatórios Finais de Execução.

## Candidaturas aprovadas no âmbito do Eixo 1 – Secção A, do ON-PO Norte

valores em euros

PO – Norte	Despesa elegível	Comparticipação	Observações
<b>Medida 1.1 Sistemas Ambientais Locais</b>			
Remodelação das redes de saneamento básico S. Mamede de Infesta-1ª fase	1.327.874,82	900.898,70	Concluído
Remodelação das redes de saneamento básico R. Central Seixo – S. Mamede Infesta	1.148.108,06	621.207,16	Concluído
Construção conduta adutora - Trav. Avilhó-Custóias	751.424,07	480.205,36	Concluído
Remodelação das redes saneamento básico R. 1º Dezembro	628.994,12	441.795,85	Concluído
Remodelação das redes de saneamento básico Perafita-2ª fase	921.499,18	571.912,31	Concluído
Arruamentos de reinserção urbanística – Lavra 4 e Lavra 5	525.081,00	341.302,65	Concluído
Remodelação das redes de saneamento básico largo Viscondessa – S. Cruz do Bispo	597.114,06	388.124,10	Concluído
Cobertura e desodorização dos desarenadores e decantadores da ETAR	1.556.377,61	1.011.645,70	Concluído
Substituição infra-estruturas rua de Damão e Diu – S. Mamede de Infesta	730.285,00	477.460,33	Em execução
Infra-estruturas – rua Veloso Salgado, rua Catassol e Santana e Trav. de Santana	864.895,00	522.416,94	Em execução
<i>Total medida 1.1</i>	<i>9.051.652,92</i>	<i>5.756.969,10</i>	
<b>Medida 1.2 Redes e Sistemas de Transportes Locais</b>			
Ligação Sendim/Monte Pipo/Lomba Sta Cruz do Bispo	602.747,37	441.245,68	Concluído
Obras do plano circulação Parque Basílio Teles	2.534.277,39	1.900.708,04	Concluído
<i>Total medida 1.2</i>	<i>3.137.024,76</i>	<i>2.341.953,72</i>	
<b>Medida 1.3 Qualificação Territorial</b>			
Parque desportivo e recreativo de Leça da Palmeira	3.862.491,40	2.896.868,55	Concluído
Concepção/construção das piscinas cobertas de Custóias e de Perafita	2.858.860,15	2.144.145,11	Concluído
Requalificação urbana da envolvente ao largo da Viscondessa – S. Cruz do Bispo	1.039.787,00	675.861,84	Concluído
Requalificação urbanística da envolvente à rua de Damão e Diu – S. Mamede de infesta	1.206.329,00	844.430,51	Em execução
<i>Total medida 1.3</i>	<i>8.967.467,55</i>	<i>6.561.306,01</i>	

*Eixo Prioritário 1 – Apoio a Investimentos de Interesse Municipal e Intermunicipal - Secção B (FEDER)*

Medida 1.4 – Valorização e Promoção Regional e Local

Uma candidatura aprovada, com um valor elegível de 132.160,40 Euros, a que corresponde uma comparticipação de 99.120,33 Euros resultante da aplicação de uma taxa de co-financiamento de 75%. Esta candidatura encontra em fase de execução.

**Candidaturas aprovadas no âmbito do Eixo 1 – Secção B, do ON-PO Norte (FEDER)**

*Valores em euros*

PO – Norte	Despesa elegível	Comparticipação	Observações
<b>Medida 1.4 Valorização e Promoção Regional Local</b>			
Novos Olhares Sobre o Espólio do Museu da Quinta de Santiago	132.160,45	99.120,33	Em Execução
<i>Total Medida 1.4</i>	<i>132.160,45</i>	<i>99.120,33</i>	

Em termos globais, os valores aprovados e comparticipados no âmbito do Eixo Prioritário 1 – Secção B (FEDER), do ON – Programa Operacional da Região do Norte foram de, respectivamente, 132.160,40 Euros e 99.120,33 Euros, representando uma taxa de execução de 100%.

*Eixo Prioritário 3 – Intervenções da Administração Central Regionalmente Desconcentrada*

Medida 3.10 – Desporto

Uma candidatura aprovada, com um valor elegível de 2.232.939,73 Euros, a que corresponde uma comparticipação de 1.674.704,80 Euros resultante da aplicação de uma taxa de co-financiamento de 75%. Esta candidatura encontra em fase de execução.

**Candidaturas aprovadas no âmbito do Eixo 3, do ON-PO Norte**

*Valores em euros*

PO – Norte	Despesa Elegível	Comparticipação	Observações
<b>Medida 3.10 - Desporto</b>			
Construção da Piscina Municipal da Senhora da Hora	2.232.939,73	1.674.704,80	Em Execução
<i>Total Medida 3.10</i>	<i>2.232.939,73</i>	<i>1.674.704,80</i>	

Em termos globais, os valores aprovados e comparticipados no âmbito do Eixo Prioritário 3, do ON – Programa Operacional da Região do Norte foram de, respectivamente, 2.232.939,73 Euros e 1.674.704,80 Euros, representando uma taxa de execução de 100%.

No âmbito do Programa de Desenvolvimento Educativo para Portugal – PRODEP III, a situação a 31/12/2005 é a seguinte:



Medida 9.1 – Apetrechamento Informático de escolas e ligação à Internet e Intranet's

Uma candidatura aprovada, com um valor elegível de 173.996,00 Euros, a que corresponde uma comparticipação de 130.497,00 Euros resultante da aplicação de uma taxa de co-financiamento de 75%. Esta candidatura encontra em fase de execução.

Medida 9.2 – Conteúdos Multimédia Educativos

Uma candidatura aprovada, com um valor elegível de 65.431,69 Euros, a que corresponde uma comparticipação de 49.073,77 Euros resultante da aplicação de uma taxa de co-financiamento de 75%. Esta candidatura encontra em fase de execução.

#### Candidaturas aprovadas no âmbito do PRODEP III

*Valores em euros*

PRODEP III	Despesa elegível	Comparticipação	Observações
Medida 9.1 – Apetrechamento Informático de Escolas d Ligação à Internet e Intranet's	173.996,00	130.497,00	Em Execução
Medida 9.2 – Conteúdos Multimédia Educativos	65.431,69	49.073,77	Em Execução
<i>Total PRODEP III</i>	<i>239.427,69</i>	<i>179.570,77</i>	

Em termos globais, os valores aprovados e comparticipados no âmbito do PRODEP III foram de, respectivamente, 239.427,69 Euros e 179.570,77 Euros, representando uma taxa de execução de 100%.

No âmbito do Programa Operacional Sociedade do Conhecimento – POS-Conhecimento, a situação a 31/12/2005 é a seguinte:

Medida 4.3 – Promover a utilização da Internet de Banda Larga

Duas candidaturas aprovadas, com um valor elegível de 63.197,00 Euros, a que corresponde uma comparticipação de 41.078,05 Euros resultante da aplicação de uma taxa de co-financiamento de 65%. Estas candidaturas encontram-se em fase de execução.

## Candidaturas aprovadas no âmbito do POS-CONHECIMENTO

Valores em euros

POS-CONHECIMENTO	Despesa elegível	Comparticipação	Observações
<b>Medida 4.3 – Promover a Utilização da Internet de Banda Larga</b>			
Matosinhos – Cultura Digital	13.776,04	8.954,43	Em execução
Apetreçamento Informático dos Jardins de Infância de Matosinhos	49.420,96	32.123,62	Em execução
<i>Total PRODEP III</i>	<i>63.197,00</i>	<i>41.078,05</i>	

Em termos globais, os valores aprovados e comparticipados no âmbito do POS-Conhecimento foram de, respectivamente, 63.197,00 Euros e 41.078,05 Euros, representando uma taxa de execução de 100%.

Em termos de Fundos Estruturais, **vertente FSE**, no decurso do III Quadro Comunitário de Apoio (2000-2006) e até ao final do ano de 2005, a Câmara Municipal de Matosinhos, através do Gabinete de Estudos Estratégicos em cooperação com os diferentes Departamentos, apresentou quatro candidaturas, integradas no Operação Norte – Programa Operacional da Região do Norte.

*Eixo Prioritário 1 – Apoio a Investimentos de Interesse Municipal e Intermunicipal - Secção B (FSE)*

## Medida 1.5 – Formação para as Autarquias Locais – FORAL

Quatro candidaturas aprovadas, com um valor elegível de 233.879,76 Euros, a que corresponde uma comparticipação de 175.409,82 Euros resultante da aplicação de uma taxa de co-financiamento de 75%. Das quatro candidaturas, duas já se encontram concluídas estando as restantes em execução.

**Candidaturas aprovadas no âmbito do Eixo 1 – Secção B, do ON-PO Norte (FSE)**

Valores em euros

PO-NORTE	Despesa elegível	Comparticipação	Observações
<b>Medida 1.5 – Formação para as Autarquias Locais</b>			
Candidatura 1.5.27 – Formação	75.438,13	56.578,60	Concluído
Candidatura 1.5.116 – Formação	73.571,93	55.178,95	Concluído
Candidatura 1.5.217 – Certificação das Casas da Juventude	66.778,67	50.084,00	Em execução
Candidatura 1.5.418 – Assistentes de Acção Educativa – Formação de Pessoal não Docente	18.091,03	13.568,27	Em execução
<i>Total PRODEP III</i>	<i>233.879,76</i>	<i>175.409,82</i>	

Em termos globais, os valores aprovados e comparticipados no âmbito do Eixo Prioritário 1 – Secção B (FSE), do ON – Programa Operacional da Região do Norte foram de, respectivamente, 233.879,76 Euros e 175.409,82 Euros, representando uma taxa de execução de 100%.

A Câmara Municipal de Matosinhos integra uma parceria no âmbito do projecto “IMAPS – Gestão Integrada de Riscos e Ambiente em Cidades Portuárias”, cuja chefe de fila é a Comunidade Urbana de Brest. A candidatura aprovada, tem como valor elegível para a Câmara Municipal de Matosinhos 100.000,00 Euros, a que corresponde uma comparticipação de 75.000,00 Euros, resultante da aplicação de uma taxa de co-financiamento de 75%. Esta candidatura está em fase de execução.

**Candidaturas aprovadas no âmbito da Iniciativa Comunitária INTERREG III C – Oeste**

*Valores em euros*

INTERREG III C	Despesa elegível	Comparticipação	Observações
<b>ESPAÇO OESTE</b>			
Gestão Integrada de Riscos e Ambiente em Cidades Portuárias	100.000,00	75.000,00	Em execução
<i>Total INTERREG III C</i>	<i>100.000,00</i>	<i>75.000,00</i>	

O projecto tem uma duração de dois anos, contados a partir de Setembro de 2005, encontrando-se a 31/12/2005 com uma execução de aproximadamente 21%.





## EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E DE GESTÃO

# 2005

## EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

A Câmara Municipal de Matosinhos procura assegurar a igualdade de oportunidades para todas as crianças e jovens, garantindo um percurso que concretize melhores condições de formação, acautelando a exclusão, o absentismo e o abandono escolar e respondendo às necessidades de realização dos alunos e da comunidade educativa, em geral.

Escolas recuperadas e modernas dominam um parque escolar que se prevê absolutamente remodelado no final do actual mandato. Escolas plenas de actividades, com reais aprendizagens e aquisição de competências são o objectivo da CMM porque o Pré-Escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico consideram-se os verdadeiros alicerces da qualidade da educação.

Durante o ano de 2005, entraram completamente remodelados em parque os seguintes equipamentos: **EB1 Passos Manuel**, Guifões (4 salas do 1º ciclo); **EB1/JI da Viscondessa**, Santa Cruz do Bispo (1 sala de pré-escolar e 12 salas do 1º ciclo); **Ji de Santos Dias**, S. Mamede Infesta (2 salas de pré-escolar); **EB1/JI da Ermida**, S. Mamede Infesta (3 salas de pré-escolar e 10 salas do 1º ciclo); **Ji do Monte Espinho**, Leça da Palmeira (3 salas de pré-escolar); **EB1/JI da**



**Biquinha**, na freguesia de Matosinhos (2 salas de pré-escolar e 8 salas do 1º ciclo); **Pavilhão Desportivo da EB2,3 Prof. Óscar Lopes**, Matosinhos.

Além disso, fizeram-se pequenas/médias intervenções no **Ji da Guarda**, Perafita (vedação) e no **Ji de Custóias nº2** (refeitório).



Foram também iniciadas neste ano obras de ampliação no **Ji do Monte da Mina**, em Leça do Balio e obras de adaptação de áreas sanitárias para deficientes no **Ji da Guarda** em Perafita.

Foram lançados os concursos para remodelação/ampliação dos seguintes equipamentos: **EB1/JI de Cabanelas**, Lavra (2 salas de pré-escolar e 4 salas do 1º ciclo), por 700 000€ ; **EB1 Padre Manuel Castro**, S. Mamede Infesta (8 salas do 1º ciclo e 1 sala para alunos com necessidades educativas profundas), por 1 150 000€; **EB1/JI de Quatro Caminhos**, Senhora da Hora (1 sala de pré-escolar e 6 salas do 1º ciclo), por 800 000€; **EB1 de Santiago**, Custóias (10 salas do 1º ciclo), por 610 000€.

Para pequenas reparações em JI's e EB1's, foram transferidos para as Juntas de Freguesia cerca de 400 mil euros. As transferências de verbas para as Juntas de Freguesia, destinadas à gestão corrente dos estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico atingiu em 2005 o montante de 752 000€.

No âmbito da Acção Social Escolar, os auxílios económicos aos alunos carenciados, para livros e material escolar, totalizaram 83.880€ para 2097 alunos do escalão A e 8.580€ para 427 alunos do escalão B.

Garantiu-se, mais uma vez, a distribuição do leite escolar por todas as escolas do concelho. O serviço de refeições está disponível para cerca de 88% dos alunos do Concelho, servindo-se, diariamente, cerca de 3100 refeições, das quais cerca de 60% são grátis (alunos do escalão A) e 15% são do escalão B (pagam apenas 0,67€).

Relativamente aos Transportes Escolares, a Câmara Municipal assegurou o transporte a cerca de 1600 alunos dos ensinos básico e secundário, pagando os do ensino secundário, apenas 50% dos custos das deslocações, bem como o transporte de táxi de crianças com deficiências profundas.



No processo de **introdução da Língua Inglesa** nos 3º e 4º anos do 1º Ciclo do Ensino Básico, assegurou-se a participação da totalidade (cerca de 3000) desses alunos, estando o processo a decorrer com toda a normalidade e sob constante monitorização da Câmara Municipal de Matosinhos.

Completo-se a distribuição de **equipamento informático** nas EB1's do concelho, num total de 176 computadores e 164 impressoras, tendo-se garantido, também, o acesso à Internet em banda larga. Apresentou-se ainda candidatura para equipar cada JI com um computador e uma impressora.

Como vem sendo habitual, as escolas realizaram a sua Festa de Natal, sendo que o Município presenteou todas as crianças com brinquedos, ao nível do Pré-Escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico. Realizou-se, igualmente, o "Dia Mundial da Criança", iniciativa que envolveu cerca de 7600 alunos.

No que se refere a apoio a iniciativas com envolvimento pedagógica, podemos referir, a título de exemplo:

- "Prémio Augusto Gomes", iniciativa organizada pela Escola Secundária Augusto Gomes;

- Bolsa de Emparceiramento Rotário;

- Colaboração na celebração dos 50 anos da Escola Secundária João Gonçalves Zarco, no âmbito da qual a Câmara de Matosinhos apoiou a construção do Museu e da Biblioteca da Escola, participando com 130 000€.

- Participação na visita da E.B. 2,3 de Perafita a Cabo Verde, no âmbito de intercâmbio cultural e pedagógico;

- Colaboração com a Escola Secundária João Gonçalves Zarco, numa iniciativa intitulada "Parlamento Europeu dos Jovens";



-Colaboração com o Agrupamento Vertical de Custóias, na actividade "Dia Escolar da Não Violência e da Paz".

-Apoio à Escola Secundária Abel Salazar, para a actividade " Uma Aventura na Escola".

O Núcleo das Associações de Pais de Matosinhos foi também contemplado tendo em vista dinamizar as Associações de Pais existentes no Concelho, nomeadamente a nível da sua legalização administrativa.

Foi empossado o **Conselho Municipal de Educação** e, no seu âmbito, iniciaram-se de imediato os trabalhos necessários à elaboração da **Carta Educativa Municipal**, instrumento essencial para o planeamento e gestão dos edifícios e equipamentos educativos, tendo em vista a satisfação das necessidades de educação e de formação, bem como a eficiente utilização dos recursos educativos pelo que se adjudicou à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto a caracterização física e funcional dos equipamentos educativos do Concelho de Matosinhos, incluindo os públicos, os privados e os tutelados por IPSS.





## JUVENTUDE

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E DE GESTÃO

# 2005

## JUVENTUDE

A Divisão da Juventude, devido ao carácter transversal que a caracteriza, e que envolve as mais diversas áreas de actuação, tem pautado a sua acção com base no desenvolvimento de actividades que se evidenciam pela inovação, diversidade e criatividade.

Consciente da exigência crescente do público juvenil, tem imperado o sentido de actualização e diversificação de acções, adequando-as às expectativas da comunidade juvenil e orientando-as no sentido de melhorar as condições de vida dos jovens, eliminando eventuais factores de exclusão social.

Não obstante a aposta em novas áreas de projecto, houve a preocupação em dar continuidade a uma série de iniciativas já enraizadas nas tradições do cenário das políticas de juventude, explorando simultaneamente novas metodologias e abarcando outras áreas de actuação que até então foram pouco exploradas. A definição das áreas de intervenção alicerçou-se no confronto de ideias com os diferentes parceiros – escolas, associações locais, centros de saúde, e no trabalho de terreno desenvolvido pelos técnicos. Incidiu-se com particular destaque nas questões da formação e informação, em áreas como a saúde juvenil, o emprego, a orientação vocacional e a promoção de competências de participação e cidadania.

Foi dado especial enfoque aos factores de interesse emergentes nas diversas áreas, sobretudo na música, indo de encontro aos gostos pessoais, e aqui sim, mais generalizados.

A aposta dimensionou-se para a realização de um trabalho de raiz nas três casas da juventude, dando particular atenção às dimensões do apoio psicológico, da orientação vocacional e do apoio escolar. Este trabalho funciona como base de sustentação de toda uma intervenção que se pretende desenvolver, com vista a ir de encontro às necessidades sentidas pelos técnicos, decorrentes da realidade juvenil. O desafio consiste no fomento de um apoio mais individualizado criando um relacionamento de confiança, mais próximo, entre o jovem e o técnico.

Destaca-se ainda, a comemoração dos dez anos da Revista Vozes, meio privilegiado de participação juvenil.



A aposta na **formação** constituiu uma das principais medidas de intervenção, considerando ser este o meio privilegiado para fornecer as ferramentas adequadas para que os jovens possam, em igualdade de circunstâncias, aprender a vencer. As acções desenvolvidas resultaram, sobretudo, do diagnóstico de necessidades realizado, indo de encontro não só às necessidades registadas como também às exigências do mercado de trabalho. As acções de carácter formativo envolveram cerca de 1500 jovens. Paralelamente, foram realizadas actividades lúdico-pedagógicas cujos objectivos não diferem muito destes, contando no entanto com diferentes abordagens.

**Curso de Inglês e Informática** – A globalização e o Europeísmo impõem ao cidadão comum, o domínio da língua inglesa e das novas tecnologias como ferramentas básica do quotidiano. Durante o ano decorreram nas Casas da Juventude cursos de formação nestas áreas.

**Oficina de Teatro** – Foram trabalhadas noções básicas da técnica de representação, da voz, corpo e interpretação, contribuindo para aumentar conhecimentos, conceitos e motivações. Paralelamente, foi realizado um *Workshop* de Teatro “Sê a tua Imagem” que permitiu a criação de laços de empatia e confiança entre os participantes ao mesmo tempo que, desenvolveu as competências de expressão oral e corporal.

**Cuidados no Feminino** – Tendo como preocupação contribuir para melhorar a auto-estima e o auto-conceito das jovens e trabalhar questões relacionadas com os cuidados de higiene pessoal foi promovido um curso de beleza.

**Sonoridades com Cavaquinhos /Oficina de Percussão e Dança /Curso Ritmos e Companhia** – utilizando a imaginação e criatividade, foram transmitidas várias noções musicais.

**CASA DOS SONHOS** - Actividades lúdico-pedagógicas – realizadas com temáticas escolhidas em função da época do ano, contaram com a participação de mais de 1750 jovens: Dia dos Namorados, Atelier Dia do Pai e da Mãe, Atelier de Ovos de Chocolate, Oficina dos Sabores, Ateliers “Reciclar é que está a dar”, *Workshop* Ambiente Radical 2005, Ateliers de Ciência/Mad Science, Aulas de Surf, Atelier Caleidoscópio/Oficina das Manualidades/Arte que Gira, *Paintball*, Jardim das Brincadeiras, Verão Jovem (*Workshops* de dança latina, Hip Hop, DJ’s e *Breakdance*, com apresentação de espectáculo final com o “Dance So Kool”), Artes de Rua, Ateliers “Manualidades da Pequenada” (Oficinas de azulejaria, decoração em madeira, pintura em marfinites, cerâmica e vitrofusão), Aventuras Pedestres (jogos tradicionais, *paintball*, tiro com arco e com zarabatana, escalada, rappel, paralelas e teia de cordas, cama elástica, insufláveis), ateliers de pintura facial com actuação do Grupo Layout, Atelier “Vem pintar o teu presépio”, Atelier “O meu postal de natal”, Atelier de Luz e Cor /Mad Science, *Workshop* “Construção de Árvore de Natal Reciclada”, Presépio em painel cerâmico.



Aposta na promoção de **actividades desportivas** com o intuito de incutir a prática de estilos de vida saudáveis. Envolveu cerca de 850 jovens: **Jovens@Mov e Jovens em Movimento** (actividades semanais nas modalidades de: Aerodance, Capoeira, Hip Hop, Body Combate, Capoeira, entre outras), Curso de Karaté, Concurso e Corrida de Carros de Rolamentos e III Edição dos Jogos da Juventude, Verão em Forma (a marginal de Matosinhos foi animada nas tardes de sábado com demonstrações de body pump, body combat, body step, capoeira e artes marciais), A Correr para o Novo Ano.

O apoio, promoção e difusão das criações de **jovens artistas** envolveu cerca de 650 visitantes nas várias acções: Ponto Move (exposições de artesanato, desenho, escultura, joalharia, fotografia e pintura, animadas com actuação de Dj's e animação de rua), Exposição de Fotografia "Através das Paredes" –trabalhos de final de curso da delegação do I. P.J. de Braga, Exposição "Cabra Cega" (peças criadas com características contemporâneas despertaram a curiosidade e deram visibilidade ao trabalho dos



jovens da Casa das Artes da Biquinha), 1º Concurso Lomográfico "Lomo Matosinhos" (difundir uma nova forma de estar e fotografar, com tema das Romarias do Senhor de Matosinhos, resultou num "puzzle"), Exposição "10 Anos de Vozes" – com excertos e depoimentos das diferentes publicações, Exposição "ddPasseio pelo Jardim das Brincadeiras"

Em termos musicais destacam-se:

**9º Festival Internacional Matosinhos em Jazz** – de ano para ano, o festival tem sabido despertar novas modalidades de interpretação e compreensão, anunciando novas formas de apresentar um evento cultural aberto, que aposta na interacção. A sustentar esta afirmação estão as mais de 3000 pessoas que marcaram presença. No concerto de abertura, subiu ao palco uma formação nacional, liderada por CARLOS MARTINS, figura de referência no jazz português, que se fez acompanhar, na segunda parte por GARY BURTON "GENERATIONS" BAND (talentoso vibrafonista). Na segunda noite, com uma clara aposta nos blues – uma banda nacional JOHNNY BLUES BAND, considerada a melhor banda de blues eléctrica nacional, actuando de seguida uma verdadeira lenda dos blues LONNIE BROOKS. Para encerrar, no sábado, foi a vez da diva do jazz BARBARA HENDRICKS. Com um vasto repertório, destaca-se por ser acompanhada pelos maiores pianistas da actualidade, interpretando música francesa, americana ou escandinava. Paralelamente aconteceram acções de animação como forma de envolver a comunidade para a festa da música.



**Jazz Desce à Cidade** – Matosinhos é reconhecido pela sua clara aposta no jazz, sustentada pela vasta e diversificada programação que oferece ao longo do ano e consubstanciada nos concertos e acções que realiza com o objectivo de dar a conhecer as novas vertentes jazzísticas e criação de novos públicos. A acção “Jazz Desce à Cidade” decorre ao longo do ano ajudando a “manter viva” a tradição. É indiscutível que o jazz é uma área musical em expansão em Matosinhos e que cada vez mais os jovens aderem ao seu movimento.

**Jazz Vai à Escola** – Dando continuidade à aposta, em colaboração com músicos da Orquestra de Jazz de Matosinhos, foram realizadas duas edições “Jazz vai à Escola” com o objectivo de sensibilizar os mais novos para o jazz, onde a vertente pedagógica assume particular relevância, permitindo a criação de hábitos para a fruição de momentos culturais.

**O Jazz do Pai Natal** – Interiorizando o espírito natalício foi realizada a 2ª edição que percorreu cafés, ruas, mercado municipal e metro. O Jazz nos cafés proporcionou momentos inéditos. Relativamente ao Jazz nas Ruas, este percorreu as ruas de Matosinhos e Leça da Palmeira, incluindo uma viagem no Metro, contagiou os transeuntes mais distraídos. Esta iniciativa integrou um concerto especial de Natal, no Salão Nobre dos Paços do Concelho.

**Orquestra da Jazz de Matosinhos** - tem assumido um empreendedorismo visível quer no trabalho de promoção e lançamento de jovens músicos nacionais, que difundem as suas criações artísticas, quer pelo percurso assinalável no panorama cultural nacional. É inquestionavelmente um caso de sucesso que resulta da conjugação das vontades e empenho dos músicos e, em particular, da Câmara Municipal que apostou fortemente no projecto. A consolidação da Orquestra de Jazz ficou ainda mais vincada com a instalação da sua sede no Centro Empresarial de Matosinhos, em S. Mamede de Infesta. O projecto, inovador na sua criação, tem já um reconhecimento nacional muito prestigiante face aos convites para actuar um pouco por todo o país: Guimarães, Bragança, Paredes de Coura, Vila Real, Teatro Rivoli e CCB (Lisboa). No ano de 2005 foram concretizados projectos de relevo como a gravação de um CD, a participação na programação de abertura da Casa da Música, intercâmbios com outras orquestras e a profissionalização da estrutura administrativa.

**Portugal Eléctrico** – conhecido pelo “Carnaval baiano fora de época”, foi considerada a acção mais quente do verão. Pelo segundo ano consecutivo a iniciativa foi acolhida em Matosinhos e envolveu, num ambiente de festa, cerca de 115.000 pessoas de todas as idades. Durante a tarde foram realizados torneiros desportivos, apresentadas demonstrações em diferentes modalidades de *fitness* e artes marciais, passagens de modelo e muita animação nos insufláveis espalhados pela marginal.



**Concerto Lullabye** - Integrado no programa "Mês do Ambiente", foi realizado um concerto para apresentação do novo trabalho da banda matosinhense.

**Viver Leça** - Com o intuito de dinamizar a Marginal de Leça da Palmeira foi realizado um concerto com "Nina Sky" e "Orishas", que proporcionaram momentos de animado convívio, desfrutando de uma mistura explosiva de hip hop, dance hall e reggae. Estiveram presentes cerca de 20.000 pessoas.



**Concerto Santa Bahia** - O encerramento das actividades de verão ficou a cargo deste grupo cuja diversidade de estilos oscilam entre o Axé, o Forró e o Samba Romântico.

**"Portugal a Cantar 2005"** - evento produzido em formato de Karaoke e que pretendeu catapultar novos talentos na área musical. A Praça da Cidadania, em S. Mamede de Infesta, foi palco da última eliminatória e da semi-final, onde estiveram presentes mais de 500 espectadores. O programa foi transmitido na RTP-N e RTP Internacional.

No âmbito da promoção da participação e cidadania, destaca-se:

**Boletim Vozes** – Criado em 1995 sob o auspício do Conselho Consultivo da Juventude, é um espaço de informação, crítica e debate onde, com autenticidade e sem limitações, os jovens escrevem as suas opiniões sobre diversas temáticas. Dando continuidade ao trabalho realizado foi editado o número 28 tendo a Sexualidade como tema. O 10.º aniversário foi comemorado com um número especial.

**Projecto "Câmara Aberta"** – formar jovens responsáveis, críticos, dinâmicos e intervenientes foi o mote do projecto "Câmara Aberta", constituindo uma oportunidade para afirmação da cidadania. As sessões possibilitaram a aproximação dos jovens ao serviço público. Com esse propósito, foram convidadas as escolas a participar, recriando uma Assembleia Municipal Juvenil. A acção permitiu explicar o funcionamento do poder autárquico e esclarecer quais as estratégias de futuro. Foram lançados desafios e fornecidas respostas às questões colocadas.

**CCJ Conselho Consultivo da Juventude** – Foram diversificadas as propostas apresentadas pelos Pólos do C.C.J. de Matosinhos, S. Mamede de Infesta e Santa Cruz do Bispo, nas reuniões realizadas, cujas ideias permitiram a promoção de actividades que contribuíram para dinamizar o movimento associativo juvenil. O envolvimento nas acções foi importante e relevante, motivando a participação e implicação dos jovens nos projectos desenvolvidos.



No âmbito da promoção do Emprego, Formação e Informação, destaca-se:

**Unidade de Inserção na Vida Activa** - projecto decorrente dos programas do Ministério para a Qualificação e Emprego, tem como objectivo o acolhimento, a informação e orientação profissional, o apoio e acompanhamento em experiências no mundo do trabalho e procura da melhor formação e/ou melhor emprego. Destina-se a jovens em situação de desemprego e de procura de 1º emprego, estudantes, entidades empregadoras, pessoas com necessidade de orientação profissional e entidades promotoras de formação profissional. A UNIVA está sediada na Casa de Santa Cruz do Bispo, efectuou 190 atendimentos, tendo sido encaminhados 130 utentes .

**Centro Empresarial de Matosinhos (CEM)** - em funcionamento desde 2002, resulta de um protocolo com Associação Nacional de Jovens Empresários e tem como principal objectivo apoiar os jovens no início da sua carreira empresarial. O centro de incubação, disponibiliza oito gabinetes equipados e oferece serviços de apoio com o intuito de reduzir o esforço financeiro inicial.



O CEM destina-se a jovens com idades compreendidas entre 18 e 40 anos, recém-licenciados ou com formação profissional especializada, que se candidatam por um período de incubação de 2 anos, sendo seleccionados segundo requisitos estipulados no regulamento. Encontra-se ocupado plenamente, com lista de espera de novos empresários.

**Centro de Acompanhamento e Orientação Juvenil** - funciona como espaço de suporte na resolução de problemas e desenvolvimento de competências dos jovens, em áreas como dificuldade de aprendizagem, orientação vocacional, sexualidade, ansiedade, depressão e hiperactividade, e pretende promover o acompanhamento e orientação pessoal de jovens em situação de risco. A procura do serviço está em franca ascensão, tendo-se realizado cerca de 250 atendimentos em 2005.

**Sala de Estudo** - Funciona nas Casas da Juventude de Santa Cruz destinada a frequentadores do 1.º, 2º e 3º ciclo do ensino básico. Conta com o apoio de voluntários na dinamização. Surge como resposta ao insucesso e abandono escolar.



**Aprender a Ser** - projecto vocacionado para jovens com problemas comportamentais, que afectam os percursos de vida, desenvolvendo actividades lúdico-pedagógicas, com objectivo da prevenção primária da toxicodependência, promoção de estilos de vida saudáveis e auto-estima, bem como o desenvolvimento de competências de autoconfiança, criatividade, responsabilização. Abrange dois grupos com 50 jovens. Acções: visita à Diverlanhoso; Oceanário; Visionário (no âmbito do Ano Internacional da Física); Parque das Nações; Biblioteca Pública Municipal do Porto - Exposição Comemorativa dos 200 Anos do Nascimento de Hans Christian Andersen; participação num intercâmbio internacional Juvenil; passeio pelo Rio Douro.



**Datas Temáticas** – tendo como preocupação alertar para a importância de temáticas e causas e simultaneamente projectar a integração das efemérides no programa curricular das escolas, desenvolvendo a interligação entre instituições no sentido de formar e informar jovens conscientes dos seus deveres e direitos, foram assinaladas datas temáticas, onde participaram 615 jovens: Dia Mundial da Floresta, Dia Mundial do Teatro; Dia Nacional dos Centros Históricos; Dia Mundial do Teatro; Dia da Liberdade; Dia Internacional dos Museus; Dia Mundial da Criança; Dia Mundial do Ambiente; Ano Internacional da Física; Mês da Higiene Oral; Dia Mundial da Música; Dia Mundial Alimentação - "1ª Feira das Sopas"; Dia Mundial da SIDA; Dia Internacional dos Direitos Humanos.

**Jovens e Educação Patrimonial** - Visitas às Instituições dinamizando acções de sensibilização através do confronto com situações de convivência social, permitiu que os participantes conhecessem a realidade das instituições pilares da sociedade civil.



**ANIMAÇÃO** – acções que envolveram mais de 5000 jovens:

**Dia Internacional da Juventude** – dinamismo associado à diversão, formação cultural, e indo de encontro às motivações e sugestões transmitidas pelos jovens, assinalou-se esta data com os Kussondulola, tendo o dia sido preenchido com actividades radicais.

#### **Teatrics Juvenis**

**Festa de Natal** – proporcionou uma tarde cheia de animação com a presença de palhaços, canções de natal e o Pai Natal, peça de teatro de fantoches e uma dança protagonizada pelo grupo de jovens do Projecto Aprender a Ser.

**8º Aniversário da Casa da Juventude de Matosinhos**

**4º Aniversário da Casa da Juventude Santa Cruz do Bispo**

**4º Aniversário da Casa da Juventude de S. Mamede de Infesta**

**Patinagem Artística "Branca De Neve e Os Sete Anões"** – espectáculo de patinagem artística pelo Rolar Custóias Clube, conjugou a actuação de 35 patinadores que aliando a mestria e graciosidade da patinagem a uma história de encantar, viveram-se momentos mágicos de fantasia e cor.

**Levanta-te e Ri** - Realizado em parceria com a SIC, com transmissão a partir do auditório da Exponor, em directo, actuaram comediantes de renome nacional.



#### **CLUBE SAÚDE JUVENIL**

**CAJ – Centro de Atendimento a Jovens** – resulta da colaboração da Unidade Local de Saúde, instalado na Casa da Juventude de Matosinhos. Composto por uma equipa multidisciplinar (médico, enfermeira e psicólogo) é disponibilizado atendimento individual, confidencial e gratuito na área sexual e reprodutiva, desenvolvendo ainda acções de divulgação e sensibilização nas escolas do concelho. Verificou-se um acréscimo na procura do serviço, totalizando 690 atendimentos no local, acrescidos de mais 343 realizados em oito estabelecimentos de ensino do concelho.



**Acção de esclarecimento na área da sexualidade juvenil** – em articulação com o Centro de Saúde de Leça da Palmeira, dirigidas aos utentes do Projecto Aprender a Ser.

Campanha de Protecção Solar "Desfruta o Verão com Protecção" - pretendeu sensibilizar os veraneantes para os cuidados a ter com o Sol. Contou com a participação de cerca de 1500 participantes.

**Acção de Prevenção "Curte a Vida Sem Álcool"** - contou com a colaboração de bares e discotecas do Concelho, com actividades de animação que incentivaram o consumo de bebidas não alcoólicas, alertando para os malefícios de uma ingestão abusiva do álcool. Culminou com a realização de uma festa na discoteca "Estado Novo" apenas com bebidas não alcoólicas.

**Comemoração do Dia Mundial de Luta Contra a Sida** – sensibilizar os jovens para a problemática, tendo sido fornecidas pistas para a prevenção da doença, promovendo a troca de informações, e desmistificar crenças num espírito de tolerância social.



Câmara Municipal de Matosinhos

## ACÇÃO SOCIAL E SAÚDE

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E DE GESTÃO

# 2005

## ACÇÃO SOCIAL E SAÚDE

De acordo com a tipologia da população do Concelho de Matosinhos e dadas as características sociologicamente conhecidas do crescimento urbano em que a pobreza e exclusão se acentuam, a Câmara Municipal de Matosinhos organiza a sua intervenção de acordo com as dimensões de vulnerabilidade que se constituem como factores de exclusão social e que definem, simultaneamente, o perfil de uma intervenção integrada e sustentada na rede de parceiros que directamente actuam nestas problemáticas.

O Relatório que aqui se apresenta diz respeito ao trabalho desenvolvido pela DASS no ano de 2005, destacando as principais acções desenvolvidas pela Divisão tendo em consideração as dimensões de intervenção - Emprego, Educação, Habitação, Saúde, Equipamentos Sociais - definidas no Plano de Desenvolvimento Social (elaborado com base nos resultados do Diagnóstico Social do Concelho) e enquadradas pelas Grandes Opções do Plano.

Para além da aposta em dotar o Concelho de infra-estruturas, investe-se também na manutenção e alargamento das parcerias com outras entidades da sociedade civil, aproveitando eficazmente as potencialidades e os recursos locais, na perspectiva de que o "trabalho em rede" permite multiplicar a eficácia de todos os intervenientes.



## Rede Social

Em 2005, o Conselho Local de Acção Social dinamizou diversas actividades, nomeadamente: um Plenário com a participação de 25 instituições parceiras; realização de reuniões quinzenais do Núcleo Executivo para avaliação do Plano de Acção de 2004 e elaboração do de 2005; planificação do trabalho, incluindo o Plano de Trabalho do Núcleo Executivo; e acompanhamento dos trabalhos em curso.

A Equipa Operativa da Rede Social manteve o acompanhamento sistemático às dez Comissões Sociais de Freguesia, participando nas suas reuniões periódicas, destacando-se a avaliação das acções do PDS de 2005 e elaboração de grelha de indicadores para perspectivar o trabalho futuro. Este acompanhamento teve como objectivo uma orientação técnica especializada na operacionalização do Plano de Desenvolvimento Social e direccionado para uma vertente formativa e ajustada às necessidades dos diferentes grupos de trabalho.

No 1.º semestre, a Rede Social realizou um evento concertado entre a Exponor e Comissões Sociais de Freguesia, cujo objectivo consistiu em divulgar as diversas ofertas formativas e o trabalho desenvolvido pela Rede Social, através de 12 painéis relativos às respectivas Comissões e historial da Rede. Por outro lado, foi realizada a exposição itinerante por algumas CSF. No 2.º semestre foi realizada formação para técnicos no âmbito do Atendimento Integrado cujos temas prenderam-se com: "A construção do Diagnóstico numa perspectiva de *empowerment*"; "comunicação para a inserção"; "a igualdade de género no atendimento" e "ética profissional".

No sentido de dar visibilidade ao trabalho realizado e promover a partilha de experiências, foi realizado em Junho o II Encontro das CSF com a intervenção das dez Comissões e com a realização de *workshops* sobre temas: "Voluntariado na Comunidade"; "Gestão de parcerias" e "Planeamento".

Foi também editado o 3.º Boletim da Rede Social, cujo conteúdo se reportou à síntese actualizada do Diagnóstico do Concelho, apostando-se num documento apelativo e de fácil leitura e análise. Destaca-se, ainda, a elaboração de material divulgativo da Rede Social, nomeadamente, a edição de bloco de notas a oferecer aos agentes e instituições locais.

Ao longo do ano, a Rede Social emitiu pareceres no âmbito dos equipamentos e serviços sociais, bem como analisou propostas, nas reuniões de Núcleo Executivo, sobre projectos a implementar no Concelho.



## ACÇÃO SOCIAL

### Articulação / apoio a instituições

O alargamento da rede de equipamentos sociais tem sido promovido pelo Município, em conjunto com as Instituições Locais e com a Administração Central, através da construção, ampliação, aquisição, manutenção e equipamento de instalações.

Neste âmbito, em 2005 foram apoiadas cerca de 60 instituições, das quais:

- 30 IPSS (aproximadamente), cujas actividades estão direccionadas para a Infância, Terceira Idade, Saúde e Deficiência;
- 19 Conferências de São Vicente de Paulo do Concelho de Matosinhos (prestam apoio aos níveis da saúde, habitação, educação, etc. junto dos indivíduos e famílias mais carenciadas do Concelho);

- Clubes de Lions e de Rotários que desenvolvem actividades orientadas para crianças e jovens, atribuem cabazes a famílias carenciadas, realizam pequenas obras. Houve ainda lugar à atribuição de prémios escolares a cem crianças e jovens (no âmbito do 1.º Centenário do Movimento Rotário Internacional), realização dos projectos de arquitectura e execução das obras referentes aos marcos comemorativos dos Rotary Clube de São Mamede de Infesta e da Senhora da Hora. No Natal, em articulação com o Lions Clube de Matosinhos, foram entregues diversos bens (roupas, enxovais para bebés) a reclusas do Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo, tendo a Câmara contribuído com a cedência de 10 computadores para equipamento de uma sala de formação no E.P;
- As Fábricas de Igreja do Padrão da Légua, de São Mamede de Perafita e de São Salvador de Matosinhos, que desenvolvem as actividades de carácter social das respectivas Paróquias, foram apoiadas na manutenção/remodelação das instalações com fins sociais.

### Apoio à Infância



Com o objectivo de reforçar as respostas ao nível dos equipamentos e serviços sociais, como Creches, Pré-primárias, Centros de Actividades de Tempos Livres e Lares, que garantem e estimulam o desenvolvimento físico e intelectual das crianças e que permitem a conciliação entre a vida familiar e profissional dos pais, foi possível contribuir para a melhoria das suas condições de funcionamento através do apoio da Câmara designadamente para:

realização de actividades, obras e aquisição de equipamento, como o Centro Social de Leça do Balio, a AMAS – Associação Mamedense de Apoio Social, a MAIS – Matosinhos Apoia a Inserção Social, a Obra do Padre Grilo, o Lar da Santa Cruz, a Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Matosinhos, a Casa do Povo de Santa Cruz do Bispo e a Associação de Apoio Social de Perafita; construção do novo edifício da Biquinha com Creche e Jardim de Infância, cedido à Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Matosinhos, cedência de instalações à AMAS – Associação Mamedense de Apoio Social.

### Apoio à Terceira Idade

Tem sido preocupação constante desta Autarquia a existência de uma rede de equipamentos de apoio à Terceira Idade que cubra o território municipal e a população nele residente. Para além da existência “física” desta rede, importa assegurar a qualidade do atendimento prestado por cada instituição, considerando em primeiro lugar a satisfação das necessidades básicas da pessoa idosa e, num segundo plano, a promoção da saúde no idoso através de um conjunto de actividades que, incentivando-os ao exercício físico e mental, promovem o bem estar bio-psico-emocional e social.



A este nível manteve-se a colaboração estreita com as 23 instituições de perfil social (IPSS e similares), envolvendo cerca de 3.500 idosos na promoção de actividades. Destas, destacam-se a realização de actividades de estimulação e socialização (envolvendo semanalmente cerca de 1000 idosos), a Colónia Balnear Sénior (participaram 650 idosos), o Passeio Anual (participaram cerca de 5.300 idosos) e as Festas de Natal (participaram cerca de 8.100 idosos).

Manteve-se o Cartão MATOSINHOSénior que possibilita o acesso a iniciativas do município, o qual conta já com cerca de 10.000 inscrições (num grupo populacional que, de acordo com os Censos 2001, era constituído por 22.000 indivíduos).

### **Rendimento Social de Inserção (RSI)**

Tendo sido promotora do Projecto Piloto do Rendimento Mínimo Garantido, a Câmara manteve-se como parceiro activo e dinamizador desta Medida, participando nas reuniões da Comissão Local de Acompanhamento.

### **Atendimento Integrado**

O Atendimento Integrado visa aumentar a capacidade e a eficácia da intervenção da(s) rede(s) de parceiros já existentes através da criação/sustentação de uma plataforma de coordenação de acções com vista a uma abordagem integrada junto dos públicos desfavorecidos, concorrendo-se, desta forma, para a procura de novas metodologias de trabalho que apostem na flexibilidade e não na fragmentação de respostas. Pretende-se que as famílias que recorrem ao atendimento não tenham que se dirigir a diversos serviços sociais e que não haja uma sobreposição de intervenções e um desgaste de recursos humanos, criando respostas coerentes, articuladas e mais céleres.

Assenta, assim, numa nova forma de organização dos serviços através da criação de uma plataforma técnica onde está representado um conjunto de entidades, como a Câmara Municipal de Matosinhos, o Instituto de Segurança Social, a ADEIMA, a Cruz Vermelha Portuguesa – Núcleo de Matosinhos, a ULS de Matosinhos, EPE, o IEFP, o IRS, a DREN, a MatosinhosHabit, as Juntas de Freguesia de Leça do Balio, de Matosinhos, de Perafita, de São Mamede de Infesta e a Associação Baptista Ágape.

No Pólo de Matosinhos (área "Matosinhos Sul") a Técnica da Câmara Municipal de Matosinhos realizou no ano de 2005 um total de 459 atendimentos (com marcação). No Pólo São Mamede de Infesta - Leça do Balio (lado Poente de São Mamede de Infesta) a Técnica da Câmara Municipal de Matosinhos realizou, em 2005, 387 atendimentos (com marcação). Salienta-se que entre Outubro e Dezembro de 2005, as mesmas Técnicas apoiaram na realização de atendimentos às freguesias de Guifões, Custóias e Senhora da Hora, no sentido de responder ao número de atendimentos solicitados diminuindo, desta forma, a lista de espera das referidas freguesias.



## SAÚDE

### Plano Municipal de Combate à Toxicodependência

A problemática da Toxicodependência continua a ser uma prioridade da CM, pelo que se tem dado continuidade ao trabalho de Prevenção Primária, através do Projecto S.P.I.D., e ao Projecto de Redução de Riscos e Minimização de Danos – Metas, ambos desenvolvidos pela ADEIMA.

Ainda no sentido de conhecer melhor a problemática do consumo de álcool no Concelho de Matosinhos e de se desenvolverem estratégias de intervenção concertada neste domínio, a Câmara estabeleceu dois protocolos de parceria, um com a Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCE-UP), para a realização de um estudo sobre a problemática no Concelho, e outro com o Centro Regional de Alcoologia do Norte (CRAN), para a realização de um conjunto de acções de formação para técnicos com intervenção nesta área.



### Articulação / apoio a instituições na área da saúde

A Câmara apoia diversas entidades que trabalham no âmbito da saúde, nomeadamente:

*Projecto Autoestima de Matosinhos* – a Câmara de Matosinhos apoiou financeiramente no desenvolvimento das actividades de prevenção da SIDA e das IST's junto de pessoas que praticam a prostituição e na aquisição de equipamento fundamental ao seu funcionamento;

*Associação Portuguesa de Osteoporose* – a Câmara apoiou na divulgação, organização e realização de uma sessão informativa e rastreio da Osteoporose, tendo ainda atribuído uma comparticipação financeira para apoio nas despesas da Associação;

*A Associação para o Planeamento da Família (APF)* desenvolveu o Projecto "Aprender a Ter Saúde" em instalações cedidas pela Câmara no Bairro da Biquinha. Este Projecto decorreu de Setembro de 2005 a Fevereiro de 2006. Em 2005, a Câmara atribuiu um apoio financeiro para apoiar o Projecto no desenvolvimento das actividades no âmbito da prevenção das IST's e da promoção de comportamentos saudáveis na vivência da sexualidade;

Para além destes projectos e parcerias, a Câmara contribuiu também para o desenvolvimento de outras iniciativas no âmbito da saúde, nomeadamente com a *Liga Portuguesa Contra o Cancro*, para a continuidade do Programa de Rastreio do Cancro da Mulher, através do qual se pretende abranger a população feminina na realização de mamografias e citologias (exame ao cólo do útero);

Foi realizado em Novembro o "Encontro Internacional de Alcoologia" que reuniu nos Paços do Concelho técnicos que intervêm nesta problemática;

O Projecto de educação alimentar "Aprende a comer com a Fada Dentinho", da responsabilidade da *ULS de Matosinhos* foi também apoiado pela Câmara, nomeadamente através da atribuição de uma verba para a aquisição do material necessário ao desenvolvimento do Projecto nas escolas.

**Articulação / apoio a instituições na área da deficiência**

Foram apoiadas através da cedência de espaços e participações financeiras, para o seu funcionamento, três instituições:

Sociedade Portuguesa de Esclerose Múltipla (SPEM) – Delegação do Norte;

Associação Portuguesa de Paramiloidose (APP) – Núcleo de Matosinhos;

Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental – Matosinhos (destinado à abertura de mais uma residência-lar e oficinas de formação);

Foi ainda apoiada a Associação Lavrense de Apoio ao Diminuído Intelectual (ALADI), através da atribuição de um apoio financeiro para actividades.

Com a Associação Portuguesa de Familiares e Amigos dos Doentes de Alzheimer (APFADA), foram iniciadas negociações para encontrar instalações para esta Associação abrir o primeiro Centro de Dia não privado do Norte.

**SITUAÇÕES DE RISCO****Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Matosinhos (CPCJP-M)**

Em 2005 foram instaurados 183 processos de Promoção e Protecção, dos quais foram finalizados 54 e reabertos 9.

Os 138 que se encontram em acompanhamento correspondem a 190 crianças/jovens: na maioria sinalizados pelos Estabelecimentos de Ensino (67); com idades compreendidas entre os 10 e os 15 anos, com maior incidência no sexo masculino; predominam as problemáticas da negligência (113) e do absentismo / abandono escolar (58); estes menores vivem na sua maioria na família biológica; o escalão etário destes agregados familiares, situa-se entre os 35 anos e os 44 anos de idade; a escolaridade de mais de 60% dos agregados é mínima (1.º ciclo); o trabalho (frequentemente precário) seguido do RSI, constituem as principais fonte de rendimentos.



Com vista a minimizar ou eliminar a situação de risco destes menores foram aplicadas medidas de Promoção e Protecção a 67 deles, das quais se destaca a Medida de "Apoio Junto dos Pais" a 41 menores. De 2005, transitaram 240 processos, perfazendo um total de 432 processos. Destes foram arquivados 188, encontrando-se por isso actualmente em acompanhamento 244 processos que correspondem a 398 crianças/Jovens.

A avaliação do Plano de Acção permite verificar que a generalidade das acções previstas no Plano de Acção foram realizadas, das quais se destaca a Acção "Educação para a Inclusão", uma Candidatura ao PEETI na qual foram inscritos 17 alunos que tinham abandonado a escola e que no final do ano deverão ser certificados com o 6.º ano de escolaridade e a realização reuniões com o Centro de Emprego no sentido do encaminhamento para cursos de formação de alguns alunos que frequentaram o PEETI no ano transacto, tendo ficado inscritos 6 jovens.

Ainda no âmbito da Educação, o Estudo sobre o Abandono Escolar no Concelho está concluído, prevendo-se a apresentação das suas conclusões a curto prazo.

Foi realizado um Encontro de Reflexão sobre as problemáticas do contexto escolar, nomeadamente sobre o insucesso e abandono escolar precoce, com os professores do 1.º e 2.º ciclos., tendo estado presentes 33 participantes. Este Encontro teve o apoio do Centro de Investigação e Intervenção Educativas da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação.

Outra Acção, "Campo de Férias", decorreu durante uma semana no mês de Julho na Pousada da Juventude em Chavães – Baião, em articulação com o IPJ e ADEIMA, tendo sido frequentado por 19 jovens dos 10 aos 13 anos.

No âmbito do Progride (Programa para a Inclusão e Desenvolvimento) está a ser desenvolvida a Acção "Serviço de Apoio Domiciliário" cujo objectivo é criar um serviço de apoio domiciliário a jovens pais visando desenvolver competências parentais e prevenir situações de risco na infância. São beneficiários desta Acção 10 famílias cujos menores são acompanhados nesta CPCJ.



### Trabalho a Favor da Comunidade

No âmbito do Protocolo de Cooperação estabelecido entre a Autarquia de Matosinhos e o Instituto de Reinserção Social (IRS) para a colocação de cidadãos em cumprimento de medidas de Prestação de Trabalho a Favor da Comunidade (TFC), a Câmara respondeu a 10 pedidos do Tribunal colocando os arguidos em diversos serviços da Autarquia (Horto Municipal, Casa Museu Quinta de Santiago, Informática, Ecocentro e Armazéns Gerais) e assegurando os respectivos seguros de acidentes de trabalho.

### Parceria com ADEIMA

A Câmara Municipal tem ao longo da última década investido na parceria com a ADEIMA pela versatilidade que esta apresenta para a Intervenção Social, aspectos estes que estão no âmago desta Associação que a própria Câmara coadjuvou a fundar. Esta parceria tem permitido uma Intervenção Social integrada, uma vez que nela se encontram envolvidas diversas entidades, públicas e privadas, que pela sua natureza são intervenientes privilegiadas no desenvolvimento local e promoção social.

O âmbito das acções promovidas distribui-se por cinco áreas:

**Emprego** - Empresa de Inserção – “Mestre Jardim”; Curso de “Desenvolvimento Pessoal e Prestação de Serviços” / Associação Metropolitana de Serviços; Curso “Desenvolvimento Pessoal e Promoção da Cidadania”; Projecto Matosinhos Activo

**Educação** - Centro de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências; Plano Integrado de Educação / Formação

**Equipamentos e Serviços Sociais** - Gestão e Acompanhamento de Equipamentos Sociais; Protocolos Rendimento Social de Inserção, Atendimento Integrado, Matosinhos Activo

**Saúde** – METAS - Projecto de Redução de Riscos e Minimização de Danos,

**Situações de Risco** - S.P.I.D. – Sente, Participa, Investe e Desenvolve; Trampolim, Step.





# APOIO ÀS ACTIVIDADES ECONÓMICAS

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E DE GESTÃO

# 2005

## APOIO ÀS ACTIVIDADES ECONÓMICAS

A competitividade territorial de Matosinhos é um factor determinante de atracção do investimento empresarial e de fixação de novas empresas, que continuamente se tem valorizado.

A dinamização da economia local tem um grande impacto sobre a empregabilidade, assim como na modernização e desenvolvimento do concelho, com a definição das áreas estratégicas de investimento, aos apoios à criação de diferentes modelos de áreas de localização empresarial.

Os municípios têm que criar serviços de atendimento e acolhimento com objectivos e competências bem estruturadas que satisfaçam as necessidades dos cidadãos, lhes transmitam confiança e que promovam a dinamização da sua economia local, percebendo e criando redes de parcerias estratégicas no seu espaço e na sua envolvência.

### Metrologia

Ao longo de 2005 foi dada continuidade à articulação com o tecido empresarial, tendo sido efectuadas 742 visitas a empresas e estabelecimentos comerciais do Concelho para fiscalização e aferição dos diferentes instrumentos de pesagem.

Foram avaliados e redefinidos os procedimentos e estratégias de funcionamento deste serviço, com os reajustamentos necessários a um melhor desempenho e maior qualidade dos serviços prestados, que uma melhor adequação dos meios operativos e uma mais consistente articulação com a Direcção Regional de Economia poderão potenciar.



### Mercados e Feiras

Os Mercados Municipais são espaços emblemáticos do Concelho, com percursos, histórias e contextos diferenciados, mas ao mesmo tempo complementares na necessidade da sua revitalização e dinamização, dos seus problemas endémicos ligados a uma diminuição persistente e consistente da competitividade, atractividade e públicos, mas também das suas virtualidades, numa aposta clara e consciente que poderá ver invertido este movimento com uma política promocional estratégica em várias áreas de funcionamento.



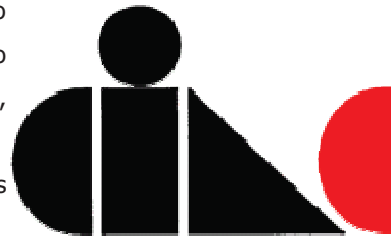
No âmbito da dinamização e revitalização dos mercados foram realizados eventos, como: a mostra de produtos biológicos, na promoção da agricultura alternativa e de qualidade, a mostra de artesanato, com mais de 20 artesãos que trouxe muitos públicos novos aos mercados, o basquete no mercado, de grande projecção mediática, eventos de confraternização e criação de laços referenciais envolvendo a autarquia, os operadores e os seus clientes.

Além destas iniciativas a CMM preparou as ornamentações de Natal num projecto global da Câmara de apoio ao comércio tradicional do Concelho.

### Apoio ao consumidor - CIAC

O Centro de informação Autárquico ao Consumidor manteve como principais objectivos a informação e formação dos consumidores, no que respeita a direitos e deveres e a questões do consumo em geral, e a mediação de pequenos conflitos.

Foram realizados 856 atendimento personalizados e acompanhados 37 processos de mediação.



A 15 de Março celebrou-se o dia Mundial do Consumidor, com a conferência "O Consumo e a globalização", que envolveu 205 participantes. O dia Mundial do Não Fumador, 17 de Novembro, foi assinalado com um debate sobre "O consumo do tabaco e outras drogas" em que se registaram 280 presenças.

De 16 a 30 de Setembro realizou-se a Mostra de Material Reciclado, onde foram expostos trabalhos realizados por alunos das escolas do Concelho durante o ano lectivo 2004/2005. Este evento, que pretendia sensibilizar participantes e visitantes para uma cultura de responsabilidade de boas práticas de consumo, teve grande adesão, com mais de 4500 visitantes.

Foram efectuadas sessões de informação em vários estabelecimentos de ensino do Concelho, sensibilizando a população estudantil, um dos públicos-alvo privilegiados do

CIAC, para as diferentes problemáticas como consumidores enquanto cidadãos activos e informados.

Direccionadas a públicos mais heterogéneos, mas não menos interessados e interessantes, foram também realizadas sessões de informação em várias Juntas de Freguesia, promovendo e divulgando os serviços, enquanto estrutura de informação e um veículo de resolução dos pequenos conflitos de consumo.

A CMM apoia, também, um outro sector económico relevante no Concelho - o movimento cooperativo - e numa aposta da sua dinamização numa parceria importante, iniciamos conjuntamente o processo de candidatura do Concelho de Matosinhos à realização da 1ª Conferência Internacional de Salvamento Aquático, a ser realizada na Exponor em 2007, onde estarão presentes mais de 600 conferencistas de todo o mundo.



## TURISMO

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E DE GESTÃO

# 2005

## TURISMO

Na área do Turismo, continuou-se a divulgar as potencialidades de atractividade do nosso concelho, com acções promocionais diversas, onde se destaca a comemoração do Dia do Turismo e a participação da Câmara de Matosinhos em parceria com a Área Metropolitana do Porto em feiras internacionais, nomeadamente Londres, Barcelona, Madrid, Milão, Paris, Frankfurt, Amesterdão e na BTL em Lisboa.

Foi ainda apresentada a reedição actualizada do Roteiro Gastronómico de Matosinhos que inclui estabelecimentos de cozinha internacional e o DVD promocional do Turismo de Matosinhos, bem como diverso material promocional onde se destaca o mapa turístico do concelho.

Iniciou-se, ainda o levantamento exaustivo dos equipamentos e produtos turísticos do concelho, com o objectivo de executar a “carta turística de Matosinhos”, ferramenta essencial para a definição de uma política turística sustentada para um concelho que, devido às profundas alterações que tem vindo a sofrer ao longo dos últimos anos, se prevê e se deseja, ser, muito em breve, um destino turístico apetecível nos mercados nacionais e estrangeiros, nomeadamente em estreita parceria com os restantes concelhos da Área Metropolitana do Porto.





## CULTURA E ANIMAÇÃO

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E DE GESTÃO

# 2005

## CULTURA E ANIMAÇÃO

Parceiro imprescindível na política de desenvolvimento concelhio e da sua afirmação à escala regional e nacional, a actividade Cultural assumiu grande preponderância na actividade regular da Autarquia durante o ano em análise.

Fidelizado ao longo dos últimos anos um público exigente e atento, como deixou claro um estudo independente realizado por sociólogos da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, prosseguiu-se o esforço de conquistar novos e mais vastos públicos, em franjas sociais e de práticas culturais até agora inexploradas, visando a sua captação e, através dela, reforçar o papel fundamental que a Cultura também possui como elemento de integração e interacção social. Uma prática nem sempre fácil uma vez que, resistindo à facilidade e “facilitismo” das iniciativas populistas e pontuais, se privilegiou, pelo contrário, critérios de qualidade, diversidade e de programação coerente.

Num documento, com as características de síntese, como é este, torna-se difícil elencar, ainda que apenas as mais significativas, as muitas e diversificadas iniciativas promovidas ao longo do ano em análise. Incontornável é, no entanto, a referência à conclusão das obras e à inauguração, com a presença do Ex.mo Presidente da República, do novo “complexo cultural” contíguo aos Paços do Concelho, projectado pelo Arquitecto Alcino Soutinho e constituído por modernas e funcionais instalações para a Biblioteca Municipal Florbela Espanca, Galeria Municipal, Arquivo Histórico Municipal e mini-Auditório.

A nova Biblioteca, considerada pelas mais altas patentes do Estado como um equipamento de envergadura mundial, proporciona aos seus utilizadores condições invulgares para a reflexão, a pesquisa local e online, o estudo e o lazer. A utilização dos novos espaços multiusos, como o Auditório, o Espaço de Exposições, a Sala do Conto e a Sala das Artes, revelou-se também essencial nesta política de difusão cultural, registando uma fortíssima utilização por parte de um público diversificado e heterogéneo.



Na realidade, e num curto espaço de tempo, a nova Biblioteca Municipal assumiu-se como um serviço público incontornável da vida cultural de Matosinhos, nomeadamente através da promoção de conferências, ateliers, oficinas, visitas de estudos, encontros com escritores, lançamentos de livros, exposições... Realça-se, na sua actividade, a realização da Comunidade de Leitores com o escritor Mário Cláudio, integrada no programa de Itinerâncias Culturais do Instituto Português do Livro e das Bibliotecas. A Festa da Poesia foi outra aposta ganha. Tendo a ambição de ser um evento multicultural e intergeracional, registou uma fortíssima adesão por parte dos matosinhenses e não só. A Festa da Poesia proporcionou o encontro com 11 escritores, como Manuel António Pina, Gastão Cruz, Ana Luísa Amaral e Luísa Ducla Soares, 3 concertos de música, incluindo o de Sérgio Godinho e um conto musicado de Eugénio de Andrade, tratando-se de uma parceria com a Escola de Música Óscar da Silva, exposições de artes plásticas e fotografia e um espectáculo de teatro. Assinala-se também neste evento a presença da ensaísta brasileira Camila do Valle Miranda e do francês Claude Guerre. As férias de Natal na Biblioteca e no Museu proporcionaram às crianças do concelho actividades criativas e formativas.



É de assinalar também a consagração das Bibliotecas de Praia, não só através da aposta em novas instalações, mas também na oferta de um serviço ininterrupto durante 8 horas por dia, 7 dias por semana, entre os meses de Julho e Setembro. Os registos de participação dos utilizadores foram francamente animadores nas 4 praias, como a Praia da Memória, Praia do Titan, Praia dos Beijinhos e a Praia das Pedras do Corgo.

Registe-se também a continuação de vários ateliers no âmbito do projecto Bibliotecas Mágicas de Matosinhos, programa co-financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian. É de assinalar ainda o esforço de promoção do livro e da leitura no âmbito do Programa Metropolitano de Leitura, co-financiado pelo programa ON, que envolve os 9 municípios da Área Metropolitana do Porto e é liderada pela Primus. A Biblioteca Municipal Florbela Espanca participou na organização de vários seminários, como o de Leitura e Literacia, que ocorreu em Matosinhos, assim como na realização de várias oficinas de leitura para crianças e jovens provenientes de meios desfavorecidos.



A Biblioteca Municipal Florbela Espanca continuou ainda a apoiar a Rede de Bibliotecas Escolares do Concelho, nomeadamente no âmbito do projecto pioneiro de sensibilização para a leitura em contexto de sala de aula, uma parceria com o Gabinete da Rede de Bibliotecas Escolares, o Instituto Português do Livro e das Bibliotecas e a Câmara Municipal de Matosinhos, sendo este o único concelho seleccionado em toda a Região Norte.

No âmbito do estudo, valorização e promoção do nosso património histórico merece referência a reabilitação arquitectónica na Ponte de Ronfos (Leça do Balio), que incluiu uma profunda intervenção arqueológica. Prosseguiu, igualmente, o apoio ao restauro de arte sacra existente no concelho, através da comparticipação dos trabalhos de reabilitação de diversas obras de talha dourada. De igual modo foi dado um passo muito significativo na concretização do estabelecimento de uma "Rede dos Museus de Matosinhos", com a realização do 1º Encontro dos Museus de Matosinhos que reuniu todas as entidades que tutelam espaços museológicos existentes no concelho.

As Jornadas Europeias do Património, subordinadas no corrente ano ao tema da música, foram assinaladas em Matosinhos com um concerto no histórico órgão de tubos da igreja de Matosinhos

Relacionado com a história local não se poderá deixar de referir, igualmente, a edição e co-edição de um conjunto significativo de obras, de que são exemplo "Agostinho Salgado: pintura e sentimento poético. Foto biografia", "Álvaro Siza em Matosinhos. 2ª edição revista e ampliada", "Introdução à Obra de Cláudio Carneyro", "Álbum de António Nobre. Serigrafias de diversos artistas plásticos", "Sonata Saudade-CD", "Matosinhos. Ontem, Hoje e Amanhã", "Crónicas da Cidade".

No campo das artes plásticas a Autarquia manteve um intenso programa nas suas diversas galerias, podendo-se destacar, entre muitas outras, as exposições de "Pão da Vida – Arte Sacra", "Plano Atravessado. Espólio da Fundação Serralves", "A Colecção da Câmara está a crescer", "Contaminação. A actividade artística da ESAD", "Juntos pela Arte". De salientar, de igual modo, o protocolo estabelecido com a Fundação de Serralves visando, não só uma parceria no que à programação da nova galeria Municipal diz respeito, mas também visando a constituição de um segundo núcleo deste museu no concelho de Matosinhos.



No Museu da Quinta de Santiago – que atingiu o número de cerca de 12 mil frequentadores durante este ano – foram promovidas também diversas exposições temporárias, entre as quais cabe salientar uma colectiva de jovens escultores da Faculdade de Belas Artes da Univ. Porto, e uma dedicada à relação de Augusto Gomes com o Teatro Experimental do Porto, e uma retrospectiva de Agostinho Salgado.



Para todas estas exposições foram editados catálogos e assegurados serviços educativos de apoio às inúmeras visitas guiadas que foram solicitadas. No Museu da Quinta de Santiago foram assinalados, com iniciativas de grande êxito e envolvendo elevado número de público, o Dia Internacional dos Museus, a data de aniversário do Museu (durante o qual foi apresentado o projecto da constituição da Associação de Amigos do museu), o Dia dos Namorados, da Árvore, do Ambiente. Prosseguiram, também, durante todo o ano, diversos cursos e ateliês: teatro, escultura, desenho, História e Património de Matosinhos, culinária...

Particularmente relevante foi a realização, neste mesmo museu, do projecto “Salve a Língua de Camões” que proporcionou, ao longo de onze sessões, a leitura dramatizada de textos de teatro de autores brasileiros e o contacto, via Internet, com os respectivos dramaturgos. É de realçar que este projecto, que contou com a parceria da Sociedade Portuguesa de Autores e da Sociedade Paulista de Dramaturgos, incluiu, no Brasil, a leitura de peças de autores portugueses

Dando continuidade à política que esta Autarquia tem vindo a desenvolver em prol da divulgação e promoção da Música Clássica, nomeadamente a música portuguesa contemporânea, realizaram-se os ciclos “Panorama da Música no séc. XX – movimentos musicais neoclassicismo e impressionismo”, bem como se homenageou Fernando Lopes-Graça, com edição de um CD, e Jorge Peixinho.

De igual modo prosseguiu o apoio técnico e financeiro da Autarquia às associações culturais do concelho, reconhecendo o seu papel ímpar na dinamização cultural das comunidades. Este apoio financeiro traduziu-se fundamentalmente em duas áreas: apoio à construção e/ou remodelação de instalações, e apoio à programação e actividade destas dezenas de colectividades de teatro, folclore, música, etnografia... Entre as múltiplas iniciativas apoiadas destacaríamos aqui, apenas porque implica o esforço conjunto de diversas associações e pelo seu impacto nacional e mesmo internacional, a realização de novas edições do "INFESTARTE – Festival de Teatro de S. Mamede de Infesta" e o "FESTARTE – Festival de Artes e Tradições de Matosinhos".

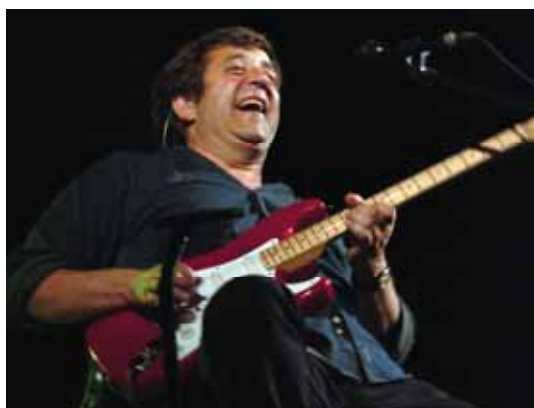


Muitas das iniciativas destas associações coincidem, também, com a realização das diversas festas populares que pontilham todo o território concelhio e que, mais uma vez, a Autarquia apoiou logística e financeiramente. Estamos atentos a esta realidade e temos clara consciência de que tal apoio é, hoje, crucial para que estas expressões da cultura popular do concelho se perpetuem.

No que concerne a animação destacou-se o programa " Verão '05", que, de forma integrada e multidisciplinar pôs ao dispor da população residente e visitante, um conjunto de actividades de ar livre, concebida para a época estival.



Vocacionado para a orla costeira e para os parques públicos do concelho, esta iniciativa reflectiu a programação integrada dos vários pelouros da autarquia (cultura, juventude, ambiente, desporto e acção social), o que resultou num conjunto de actividades que abrangeu vários públicos, quer a nível etário, quer social.



É assim, de referir, uma programação musical eclética, que trouxe a Matosinhos nomes como Rui Veloso, EZ Special, The Gift, Expensive Soul, GNR; Orishas, Gabriel o Pensador, Lulla Bye, entre outros, entusiasticamente acolhidos por milhares de pessoas; a 2ª edição do festival Polifolias – Encontros de Sons e Tradições (este ano dedicado aos instrumentos de cordas); actividades desportivas e de lazer (desportos colectivos, ginástica na praia, actividades radicais, demonstrações das colectividades do concelho),

animação circense de rua (semanalmente nas marginais de Matosinhos e Leça da Palmeira, Centro Cívico de Matosinhos; 1º Festival de Andas de Matosinhos; actividades de ocupação de tempos livres, nomeadamente nos vários equipamentos municipais, como o Museu da Quinta de Santiago e as Casas da Juventude (bibliotecas de praia, ateliers desportivos, ateliers didáctico-pedagógicos)



No que diz respeito à programação regular desta área, são ainda de destacar as comemorações do 25 de Abril, e do 1º de Maio, com a presença dos ranchos folclóricos do concelho e do grupo musical ADIAFA, bem como o espectáculo de artes performativas DALI.





## GESTÃO URBANÍSTICA

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E DE GESTÃO

# 2005

## GESTÃO URBANÍSTICA

O ano de 2005 representou para o Departamento de Gestão Urbanística um “fechar de contas” de uma gestão concentrada, monofuncional e até certo ponto centralizadora e o início de um percurso de gestão mais aberta, responsabilizante e desconcentrada, que investe na competência e no desempenho individual de todos os agentes, atingindo âmbitos disciplinares cada vez mais diversificados.

Depois do “sobressalto” da mudança, da “arrumação” das tarefas e das pessoas nos espaços e da adaptação à separação física da “casa mãe”, o DGU empreendeu um esforço de melhoramento do relacionamento com o exterior, atento à sua vocação primordialmente de serviço público e de árbitro nas matérias que ao ordenamento territorial e seu contencioso dizem respeito.



Reflectiu obviamente o exercício de 2005 a crise conjuntural que se atravessa, quer pela diminuição das pretensões novas apresentadas à edilidade, quer pela diminuição da sua escala e importância – além de se construir menos constroem-se também empreendimentos menores e mais modestos em termos orçamentais.

Inversamente a esta tendência mas proporcional às dimensões da crise (à qual ainda não foi possível ver o termo...), constata-se um significativo aumento de pedidos de participação arbitral em conflitos de alojamento – senhorio/inquilino – e ainda, e mais grave do que isso, um aumento exponencial de desesperados pedidos de ajuda que a população mais mal servida do parque habitacional faz à autarquia e para os quais nem sempre são encontradas soluções rápidas e eficazes, facto justificado aliás pelas dimensões ciclópicas que tem o problema, tanto no que diz respeito aos aspectos espaciais e urbanísticos, como naqueles que se relacionam com a dimensão financeira da gestão.

É líquido que se espera da autarquia um grande esforço para a resolução do problema do alojamento, quer pela tradição que Matosinhos tem neste domínio, quer pela perspectiva claramente social que tem caracterizado o seu desempenho, programático e orçamental.

A falta de alternativas no mercado “empurra” literalmente os “excluídos” pela crise para os balcões, na expectativa de que a autarquia resolva o problema do seu sub-orçamento familiar, no que à matéria de alojamento diz respeito.

Procuram nos balcões do DGU soluções para a insalubridade, sobre-ocupação e insegurança das suas degradadas e irrequeráveis habitações, na esperança de aí encontrarem ao seu dispor e à medida do seu orçamento, casas novas, habitáveis, salubres e dignas.

Por outro lado a degradação a que chegou o parque habitacional, sobretudo urbano, a insolvência de muitos inquilinos, e de muitos senhorios também, e a inexistência de alternativas no mercado acessíveis a essas bolsas, entopem os serviços com reclamações, pedidos de urgente intervenção, vistorias de segurança e salubridade, aos quais, apenas com um esforçado empenho dos serviços é possível responder.



Serve este preâmbulo para enfatizar a dimensão de serviço público que se tem de obrigatoriamente reconhecer aos serviços municipais e por inerência à Autarquia, nem sempre acompanhado pelos necessários estímulos financeiros e logísticos da administração central, quer ao nível dos programas de financiamento quer pelas limitações que estabelece à aquisição de bens, serviços ou afectação de recursos humanos, ou ainda pelos obstáculos burocráticos que coloca à aprovação de instrumentos de planeamento e gestão territorial, que permitam introduzir alguma moral na distribuição do benefício imobiliário e na optimização da aplicação dos recursos autárquicos, em soluções mais equitativas, redistributivas e mais justas.

A implementação de um conceito de “urbanismo social” passa também por um maior empenho e por um maior rigor no “julgamento” das pretensões construtivas submetidas à autarquia e pelo equilíbrio que se pretende que exista (ou seja reposto) entre livre e construído e pela (maior) exigência de uma maior qualidade das soluções, quer ao nível do desenho urbano, quer ao nível do projecto do edifício propriamente dito, com preocupação acrescida no dimensionamento correcto das infra-estruturas (tanto no que diz respeito à sua qualidade material como espacial), libertando sempre que possível áreas para o uso público e para a vivência urbana.

A análise do tecido construído de uma área metropolitana como aquela na qual se insere Matosinhos chama a atenção para a indispensabilidade da criação de estrutura urbana como aquela que caracterizava as cidades antes da explosão litoral, menos radial a partir dos centros mais antigos e consolidados e mais estruturante a partir de novos centros, centros de relevo urbanístico a criar ou recentemente criados.

É necessário desenhar quarteirões plurifuncionais, devidamente equipados, com escala humana, com circuitos claros de estar e de lazer, em lugar da “rede de pesca”, de expansão incaracterística e multidireccional, que não cria centros, hierarquia viária nem vivência urbana.

É na procura deste novo modelo que se empenham os serviços municipais, na modernização do conceito de serviço público, no aperfeiçoamento técnico que permita uma participação mais competente e descomprometida nos conflitos gerados pelo acto de construir ou habitar.

É sem dúvida uma opção mais dura de implementar, mais difícil e mais exigente.

Por outro lado, um pulso mais firme na fiscalização dos actos urbanísticos, uma penalização mais dura dos prevaricadores, uma responsabilização mais atenta de todos os agentes (quer sejam exteriores ou interiores) e um estímulo a todos os que intervenham com moderação, bom senso, competência e correcção no território, servirão para repor a autoridade do município.

A criação e facultação de formulários aos munícipes, o estabelecimento de regras claras de edificação e taxação, a modernização dos procedimentos administrativos, a digitalização do arquivo, o registo inteligente dos antecedentes processuais, o cadastro georeferenciado das pretensões, a avaliação em suporte digital de todos os empreendimentos integram um objectivo já em construção, que permitirá ganhar eficácia, rapidez, fiabilidade, melhor serviço... melhor SERVIÇO PÚBLICO.



## ALGUNS DADOS ESTATÍSTICOS

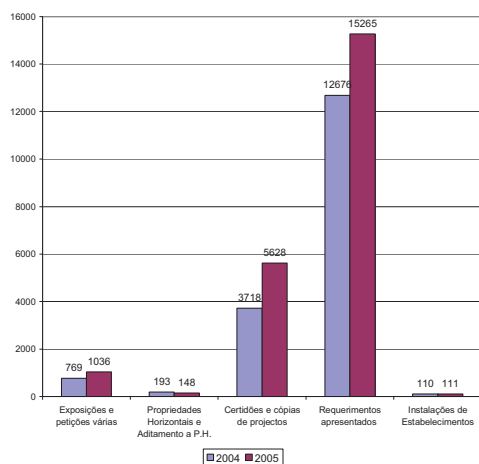
## DOCUMENTOS REGISTADOS

Construções novas	378
Reparações e ampliações	198
Vistorias ao abrigo do Dec.-Lei 321-B/90	307
Viabilidades	310
Certidões e cópias de projectos	5628
Números de polícia	346
Exposições e petições várias	1036
Loteamentos	39
Plantas topográficas	2902
Propriedades Horizontais + Aditamento a P.H.	148
Requerimentos apresentados	15265
Instalações de Estabelecimentos	111
Destaques de Parcela	7
Obras sem licença	56
Vistorias de salubridade	443
Participações da fiscalização	139

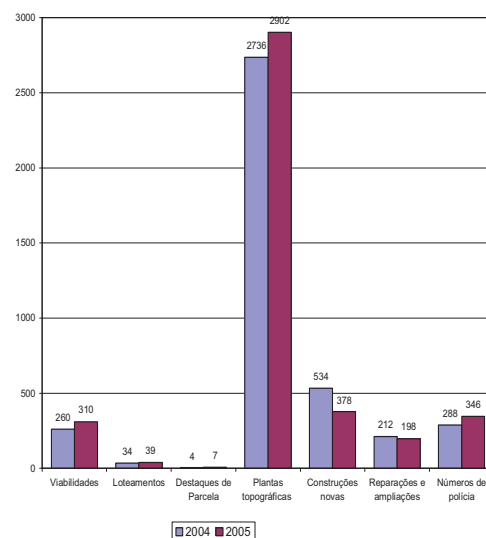
## LICENÇAS E AUTORIZAÇÕES EMITIDAS

Construções	270
Reparações e ampliações	67
Habitabilidades	552
Aditamentos e Prorrogações	261
Ocupação de via pública	114
Loteamentos e alterações a loteamentos	159
Demolições	10
Vistorias	483
Escavações + licença parcial de estruturas	13
Certidões emitidas	2570
Editais	118
Prop. Horiz. fornecidas e aditamento a P.H	178

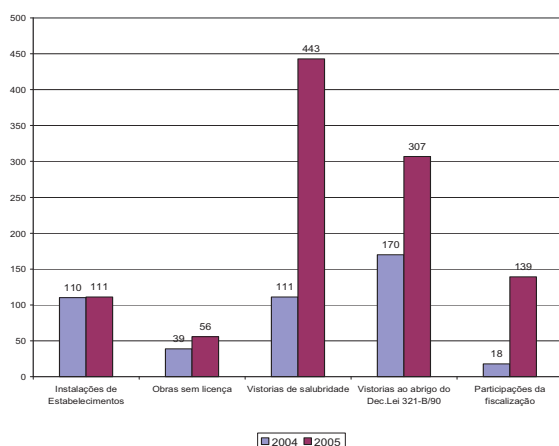
## DOCUMENTOS REGISTRADOS



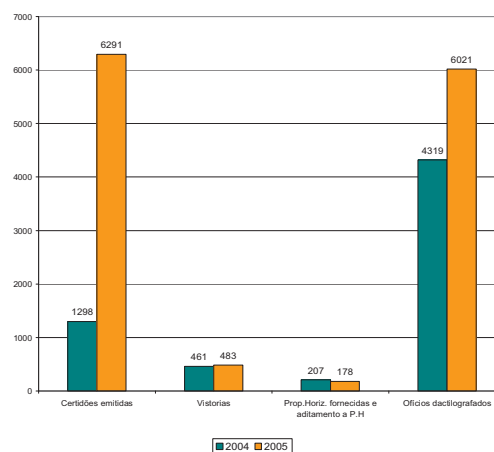
## PROCESSOS



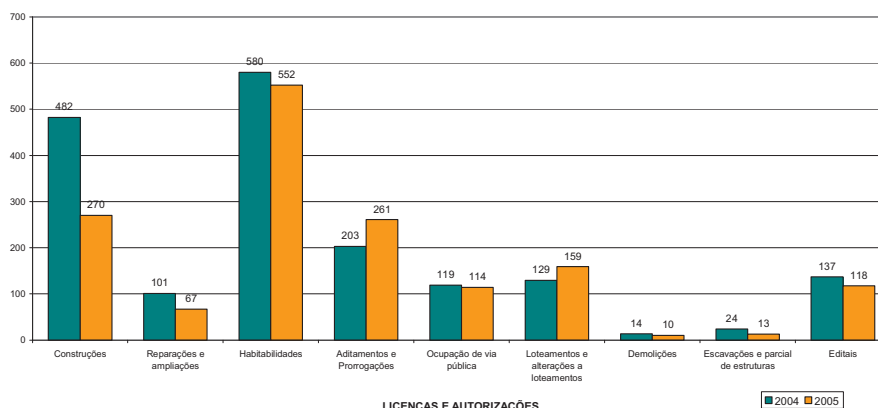
## VISTORIAS



## DOCUMENTOS EMITIDOS



## DOCUMENTOS EMITIDOS



## LICENÇAS E AUTORIZAÇÕES



# ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E DE GESTÃO

# 2005

## ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

### PLANEAMENTO URBANÍSTICO

Relativamente ao processo de revisão do PDM em curso, continuou-se com a elaboração da proposta de zonamento territorial da nova Planta de Ordenamento.

Deu-se continuidade à elaboração da Planta Actualizada de Condicionantes do PDM.

Deu-se continuidade aos trabalhos de redelimitação das Reserva Ecológica Nacional e Reserva Agrícola Nacional, no cumprimento dos objectivos definidos para a revisão do PDM e da viabilização de legalização de "AUGI'S".

Foram definidos critérios técnicos e elaborado um primeiro esboço da Carta da Estrutura Ecológica Municipal, encontrando-se em situação de avaliação de conformidade com os outros documentos componentes do PDM.

Foi elaborada a Carta Verde de Matosinhos.

Deu-se continuidade ao estudo de caracterização da indústria transformadora do Concelho de Matosinhos.

Iniciou-se a elaboração da "Carta das Zonas Mistas e Sensíveis do Concelho de Matosinhos, estabelecida no Decreto-Lei nº292/2000.

Colaborou-se na elaboração da Carta Educativa do Concelho, documento a integrar igualmente o PDM.

Colaborou-se também na elaboração da Carta Desportiva do Concelho.

Deu-se continuidade à elaboração dos seguintes Planos:

Plano de Urbanização da Frente Urbana da Circunvalação da Variante à Rua D. Nuno Álvares Pereira ao IC1;

Plano de Urbanização da Frente Urbana da Circunvalação do Nó do IC1 à Rua do Alto do Viso;

Plano de Urbanização para a Frente Urbana da Circunvalação da rua do Alto do Viso à E.N. 14;

Plano de Urbanização para a Zona Industrial de Leça da Palmeira e Santa Cruz do Bispo;

Plano de Urbanização para a Nova Centralidade de Perafita;

Plano de Urbanização para o Centro Urbano de Lavra, tendo sido elaborada a Planta de Condicionantes, e deu-se início à elaboração da Planta de Zonamento, com propostas de ocupação;

Plano de Urbanização para a zona dos Caolinos na Senhora da Hora/Custóias;

Plano de Pormenor do Parque Recreativo/Desportivo Nascente do Concelho;

Plano de Urbanização de Matosinhos Sul.



Foi enviado para a CCDRN o P.U. para a Rua Alfredo Cunha/Misericórdia para parecer final, ratificação e registo.

Foi adjudicada e iniciada a elaboração do “Plano de Pormenor para a Zona Urbana da Quinta de Santo António” em S. Mamede de Infesta.

Foi elaborada uma proposta para a elaboração do Plano de Urbanização de Real de Baixo com um conjunto de princípios programáticos, aprovados pela Câmara.

Concluiu-se o “Plano de Urbanização para o Complexo Desportivo do Mar e sua Envolvente”, que foi enviado para parecer final da CCDRN e recolha dos pareceres das entidades.

No âmbito de colaboração em gestão urbanística, apreciaram-se processos de obras particulares, públicas e estatais.

Em termos de intervenção ambiental e paisagística:

Procedeu-se à instrução final do projecto de Requalificação Paisagística e Ambiental da Ribeira da Guarda;

Deu-se continuidade à elaboração do Projecto para o Parque Urbano da Lagoa, Senhora da Hora;

Deu-se continuidade ao levantamento dos espaços verdes públicos e privados do Concelho;

Colaborou-se no Projecto de Execução do Soneto Ecológico;

Iniciaram-se estudos de caracterização e de definição de critérios para a criação do Parque Urbano do Leça;

Prestou-se assistência técnica à execução de obras relacionadas com projectos paisagísticos e ambientais.



**INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA**

Continuou-se a actualização das bases de dados dos eixos de vias, dos equipamentos do Concelho e da base cartográfica.

Continuou-se a criação de bases de caracterização concelhia de apoio à revisão do PDM.

Foram desenvolvidos trabalhos de informação geográfica, relevando-se:

Acompanhamento, na fase de testes, da aplicação de fornecimento de plantas topográficas informadas;

Concepção, desenvolvimento e instalação de um site para a Internet com a disponibilização de informação relativa ao Plano Director Municipal;

Concepção, desenvolvimento e instalação de sites na Intranet com a disponibilização de informação relativa às Unidades Operativas de Planeamento e Gestão, aos Processos de Obras Particulares, à consulta do SIGMA e do SIG e à Caracterização Demográfica do Concelho;

Continuou-se a correcção da base de dados gráficos e alfanuméricos em formato digital dos terrenos municipais;

Deu-se continuidade à elaboração das bases de dados digitais e da definição de alguns critérios de trabalho para a revisão do PDM;

Deu-se continuidade à criação da base de dados gráfica de todos os edifícios do Concelho;

Iniciou-se a criação de bases de dados gráficas e alfanuméricas de diversos tipos de equipamentos públicos e privados;

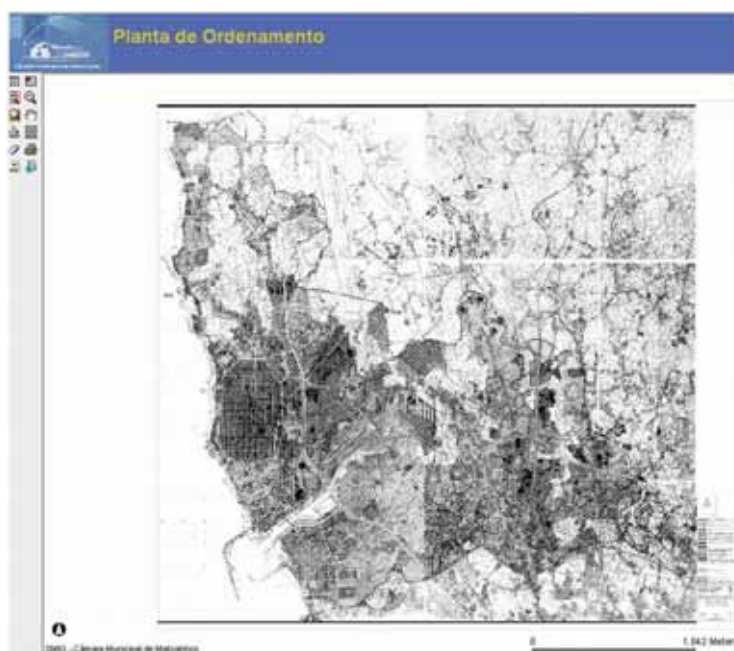
Procedeu-se à digitalização da Carta de Ordenamento do PDM e à transformação da base raster em vectorial;

Elaboração de cartogramas de apoio a outros serviços municipais;

Prestou-se colaboração nos Projectos IMAPS e SUDEST com a elaboração de cartogramas de caracterização temática e de textos de apoio;

Executaram-se diversos levantamentos cadastrais e topográficos, com importância para a actualização sistemática da carta digital;

Continuou-se com a recepção, verificação, análise, validação e aceitação definitiva de algumas cartas da actualização da cartografia digital da parte poente do Concelho.



## MOBILIDADE

No que respeita à área da mobilidade salienta-se:

O acompanhamento do desenvolvimento dos projectos e das obras da rede do Metro Ligeiro da AMP, nomeadamente sobre as linhas B (da Póvoa) e C (da Trofa), a Extensão para Leça da Palmeira e a linha Matosinhos-Boavista;



Continuou-se a estudar condicionalismos e critérios para a conversão e requalificação urbanística da antiga EN107, envolvendo o Nó do Freixieiro e o Nó da Telheira, preservando um canal que, no futuro, possa garantir um prolongamento da linha de metro entre Leça da Palmeira, Perafita e o Aeroporto;

Iniciaram-se estudos para poder vir a ser proposta uma nova linha de metro Matosinhos/S. M. Infesta/Hospital de S. João.

Prestou-se colaboração no acompanhamento da obra de construção da SCUT do Grande Porto – IP4/VRI, com reuniões periódicas com a concessionária e a “Estradas de Portugal, EPE”, para verificação e consolidação dos restabelecimentos e da inserção urbana reivindicados pela Câmara, tendo para o efeito sido elaborados inúmeros estudos de integração como contrapropostas a soluções do projecto pouco adequadas às estruturas urbanas.

Acompanhou-se o desenvolvimento de projectos de outras infra-estruturas rodoviárias metropolitanas, com a realização de várias reuniões com a “Estradas de Portugal, EPE”, nomeadamente sobre o reperfilamento do IC1 entre Francos e o Nó de Leixões e o reperfilamento da EN14 (Via Norte).





## AMBIENTE

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E DE GESTÃO

# 2005

## AMBIENTE

### Resíduos Sólidos

Neste objectivo incluem-se as acções de recolha e transporte aos centros de tratamento e tratamento de resíduos sólidos, tendo uma importância vital para a qualidade de vida dos Municípios.

Em 2005 a situação de recolha, transporte e tratamento de resíduos sólidos do Concelho de Matosinhos abrange os seguintes agentes responsáveis: A Nascente da Linha do Metro Porto-Póvoa - A recolha e transporte dos resíduos sólidos aos centros de tratamento foi executada pelo prestador de serviços um consórcio Serurb L.da, SOGEA; A Poente da Linha do Metro Porto-Póvoa e a Norte do Rio Leça - A recolha e transporte dos resíduos sólidos aos centros de tratamento foi executada pelo concessionário Serurb Matosinhos, SA.; A Poente da Linha do Metro Porto- Póvoa e a Sul do Rio Leça - A recolha e transporte dos resíduos sólidos aos centros de tratamento foi executada por administração directa com pessoal, viaturas, máquinas e equipamentos do Município.



O Concelho de Matosinhos continua na vanguarda das estratégias de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, como vêm provar os indicadores globais. De facto, em 2005, foi possível assistir a uma estabilização na quantidade global de RSU's tratados, reflectindo o sucesso da política de Sensibilização Ambiental para a redução de resíduos. Mas o factor que de maior significado para a análise global, é a adesão da população aos sistemas de separação e reciclagem, pois, apesar da estabilização na produção de resíduos, a quantidade de materiais enviados para a Reciclagem Multimaterial cresceu exponencialmente, na razão de 21,43% face ao ano anterior. De forma contrária, assistiu-se a uma diminuição de 4,13% dos resíduos enviados para Valorização Energética, o que vem provar a importância do investimento na sensibilização e educação ambiental.

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2004/2005 %
<b>Aterro Sanitário Matosinhos</b>	12.436	3.657	298	10.865	12.980	<b>188</b>	-
<b>LIPOR II Valorização</b>	71.370	86.561	83.329	68.849	65.534	<b>75.211</b>	12,87%
<b>Sub-Total</b>	<b>83.806</b>	<b>90.218</b>	<b>83.627</b>	<b>79.714</b>	<b>78.514</b>	<b>75.399</b>	-4,13%
<b>Evolução (%)</b>		7,11%	-7,88%	-4,91%	-1,53%	-4,13%	
<b>LIPOR I Reciclagem</b>	5.139	6.817	8.235	8.805	10.047	<b>12.787</b>	21,43%
<b>Total RSU's</b>	<b>88.945</b>	<b>97.035</b>	<b>91.862</b>	<b>88.519</b>	<b>88.561</b>	<b>88.186</b>	-0,43%
<b>Evolução (%)</b>		8,34%	-5,63%	-3,78%	0,05%	-0,43%	

Em 2005 foram encaminhados para a reciclagem multimaterial 12.787 toneladas, valor que ultrapassou em 21% o conseguido em 2004, o que representa 17% dos resíduos sólidos destinados à valorização energética (Incinerados na LIPOR).

No ano de 2005, foram recolhidas e tratadas 103.329 toneladas de Resíduos (Resíduos = RSU's + Aterro (Entulho, Montureiras, Valetas, Limpeza de Praias e Cemitérios)), das quais 88.186 foram RSU's, ou seja, verificou-se um aumento da quantidade total de 2,63%.

	2000	2001	2002	2003	2004	2005
<b>Total RSU's</b>	88.945	97.035	91.862	88.519	88.561	88.186
<b>Aterro (Outros)</b>	10.219	13.978	13.540	13.068	12.051	15.143
<b>Total Resíduos</b>	99.164	111.013	105.402	101.587	100.612	103.329
<b>Evolução (%)</b>		10,67%	-5,32%	-3,76%	-0,97%	2,63%

A produção diária de RSU's foi de cerca de 241,6 ton/dia, o que equivale a uma produção de 1,42 Kg/hab.dia, para uma população residente estimada em 170.000 habitantes.

No que respeita às fracções recolhidas selectivamente, o valor situou-se nas 35,03 Ton/dia, o que equivale a uma "produção diária" por habitante de 206 g.

### Higiene Pública

Neste objectivo e programa inclui-se entre outras as seguintes acções: Varredura e limpeza de arruamentos, Limpeza de valetas, Limpeza de terrenos públicos e privados resultantes de processos de contra-ordenação, Limpeza de praias, Remoção de Montureiras, Retirada de cartazes da via pública, Remoção de toldos, reclamos luminosos e painéis publicitários, Recolha de veículos em fim de vida, Recolha de animais



vadios, nomeadamente canídeos assim como a gestão e manutenção do canil Municipal, através do concessionário Serurb Matosinhos, SA, Desinfestação do Concelho.

É notória a melhoria contínua empreendida na limpeza e varredura da via pública em Matosinhos. No ano de 2005 o trabalho de varredura representou a limpeza efectiva de 55.927 Km de ruas. Significa isto que, em média, por dia útil, foram varridos 185 km de ruas em Matosinhos. Outro tema que inclui matérias relacionadas com a limpeza pública é a remoção de viaturas abandonadas na via pública, contribuindo este acto para um degradar da paisagem urbana. Neste capítulo, foram recolhidas 126 viaturas, necessariamente abandonadas na via pública, e que foram submetidas ao processo administrativa com vista à eliminação e reciclagem.

Um aspecto ligado à limpeza pública que tem sido tratada com especial atenção é a recolha de animais abandonados na via pública. De facto, o bem-estar animal é uma das matérias que tem vindo a preocupar a autarquia, paralelamente com a responsabilização dos munícipes relativamente à posse de animais de companhia. Matosinhos pode orgulhar-se de ter um dos melhores canis do nosso país. Paralelamente têm sido diversas campanhas de sensibilização relativamente ao abandono de animais e aos dejectos caninos. Ainda assim, em 2005 foram capturados 558 canídeos e gatos 56.

No entanto, apesar destes números, é com congratulação que verificamos que mais de 31% dos animais foram adoptados por novos donos, sendo esta a política que desejada para este capítulo.

No capítulo das aquisições de serviços, destaca-se a Concessão da exploração e gestão do Serviço Público Municipal de recolha de resíduos sólidos e varredura do Concelho e a Recolha de resíduos sólidos e varredura Urbana. Esta é uma linha estratégica bem consolidada, reforçada pela satisfação dos munícipes relativamente ao serviço prestado actualmente nas áreas ao abrigo destes contratos. Refira-se ainda que neste capítulo esteve contemplada a Desinfestação do Concelho.



Em matérias de investimento, foi contemplada a aquisição de equipamentos que, pelo necessário uso, carecem de substituição. Nestes materiais incluem-se 35 unidades de contentores de 800 L, 30 unidades de contentores 120 L de cor azul e de 30 unidades de contentores de 120 L de cor amarela. Foi ainda realizada a aquisição de autocolantes sinaléticos para os Ecopontos.

Neste capítulo é ainda de destacar os valores referentes às transferências da Câmara para a LIPOR e destinadas a Investimentos, que no ano de 2005 representaram 1.008.000 €.

### **Conservação e Valorização do Património Municipal**

No que se refere à Construção e Conservação de Parques e Jardins das Grandes Opções do Plano, também aqui foram realizadas acções com recursos a administração directa e a prestadores de serviços. Mas devemos destacar o trabalho realizado em conjunto com o CEFPI, o que elevou a dimensão da responsabilidade nesta área. Foi possível transversalizar a responsabilidade ambiental, com a responsabilidade social, por via da inclusão de portadores de deficiência no trabalho de conservação dos espaços verdes. No que se refere à dimensão social, por via de protocolo com a ADEIMA, foi possível dispor e utilizar mão de obra socialmente carenciada, e por via do protocolo estabelecido com o Ministério

da Justiça, através da Direcção Geral dos Serviços Prisionais, foi possível contar com mão de obra prisional, reforçando o papel de reintegração social das comunidades prisionais sedeadas em Matosinhos.

A manutenção de jardins e Parques Públicos em Matosinhos representa a conservação e manutenção de 160 hectares de áreas verdes.

Dentro destes 160 hectares, incluem-se 174 jardins e parques. Porque o objectivo é transformar Matosinhos num concelho cada vez mais verde e amigo do ambiente, 2005 fica como o ano de inclusão de novas estruturas verdes, destacando-se particularmente os Parques do Carriçal e da Lomba, respectivamente nas freguesias da Senhora da Hora e Guifões, para além do Soneto Ecológico, este na freguesia de Matosinhos.



A manutenção dos jardins do Concelho apoia-se no funcionamento e produção de plantas específicas cedidas pelo Horto Municipal, cuja gestão é feita directamente por pessoal afecto ao Município.

Dentro desta área, deve ser destacado o referencial que representa o Horto Municipal, uma vez que é neste espaço que foram desenvolvidas muitas das plantas e árvores que hoje são elemento de embelezamento urbano. Actualmente o Horto Municipal está dotado das mais inovadoras tecnologias, sendo esta uma aposta fundamental na gestão dos espaços verdes de Matosinhos.

### Campanhas de Sensibilização



O controlo ambiental, a educação ambiental e as campanhas de sensibilização, foram inseridas nas Grandes Opções do Plano com objectivos e acções que demonstraram a importância que a Câmara Municipal atribui ao desenvolvimento ambientalmente sustentável de Matosinhos. Deste modo, as diversas vertentes e indicadores ambientais foram tecnicamente desenvolvidos, por forma a obter uma integração dos diversos vectores de referência, como são o ruído, a qualidade das águas ou a sensibilização e educação ambiental.

Destacou-se a campanha de anúncios publicitários de sensibilização, assegurada pela rádio local "Rádio Clube de Matosinhos", com a qual existe uma prestação de serviços para a divulgação de actividades relacionadas com o Pelouro do Ambiente que se desenrolam ao longo do ano. Por outro lado foram adquiridos 5.000 blocos de apontamentos e um jogo tipo da Gloria, os quais contribuíram para o animar das muitas acções de sensibilização e educação ambiental desenvolvidas no âmbito do programa da Divisão de Controlo Ambiental.

Em questões relacionadas com o ruído, assiste-se a um gradiente de sensibilidade por parte dos municípios. Fruto de uma crescente sensibilização e cultura cívica da população de Matosinhos, estas matérias têm hoje um relevo especial entre dos diversos indicadores ambientais. Em 2005 foram registadas 176 reclamações sobre a eventual transgressão à Legislação em vigor. Nesta matéria, foi continuado o trabalho de monitorização e fiscalização técnica, o qual foi possível com o apoio de um laboratório de acústica acreditado pelo IPAc.

Foram também concedidas 77 licenças especiais de ruído para a realização de Espectáculos Desportivos, divertimento público, assim como de obras de interesse Público.

Uma matéria fundamental e estratégica para Matosinhos e a Orla Costeira, que por si só, representa um grande tema ambiental. Relativamente à Orla Costeira são abordadas matérias tão diversas como a construção de parques de estacionamento e construções de apoio às praias, a conservação da biodiversidade dunar, as áreas de lazer e desporto informal, entre muitas outras matérias. É ainda desenvolvida uma campanha específica de sensibilização e educação ambiental para a preservação das dunas, trabalho este desenvolvido em parceria com o FAPAS. No âmbito do Protocolo entre a autarquia e este grupo ambiental, foram desenvolvidas acções concretas de preservação das dunas, de acompanhamento técnico com visitas guiadas para população em geral e escolas.

Relativamente à comunidade escolar, os programas de sensibilização e de educação ambiental tiveram expressão na realização de diversas actividades de carácter didáctico junto das Escolas do Concelho, bem como a sensibilização da comunidade e promoção do seu envolvimento e participação no Concelho segundo os diferentes eixos que se apresentam.

Ao longo da época balnear foi levada a cabo uma campanha de sensibilização ambiental nas praias do Concelho de Matosinhos, através de um conjunto de actividades a proporcionar aos veraneantes, abordando as diferentes temáticas ambientais. Nesta campanha teve duas fases, no mês de Julho deu-se especial atenção às colónias balneares no resto da época balnear dirigiu-se aos veraneantes. Utilizamos as bibliotecas de praia como ponto de contacto e desenvolvemos oficinas de materiais reciclados nas praias de Leça (Beijinhos) Memória e Pedras do Corgo. A Praia das Pedras do Corgo devido à campanha Bandeira Azul teve um programa especial de actividades de educação ambiental.



### Mês do Ambiente

No mês Março decorreram varias iniciativas de carácter ambiental inseridas na comemoração do mês do ambiente. Estas iniciativas procuraram abranger várias vertentes, desde a recolha de resíduos, aos parques e jardins passando pela orla costeira, água, turismo ecológico e sensibilização ambiental.



Inaugurou-se a Escola da Mainça cujo objectivo principal é contribuir para a intervenção directa da escola no sentido da melhoria e defesa do ambiente, promovendo a utilização de materiais reciclados, sempre que possível. Com este espaço pretende-se incentivar a criatividade dos jovens e promover atitudes e comportamentos responsáveis face ao consumo excessivo de bens e recursos.

Deu-se início à Operação Restauração 5 Estrelas. Este é um projecto inovador de recolha selectiva de resíduos sólidos nos restaurantes de Matosinhos e Leça da Palmeira . Os estabelecimentos aderentes dispõe de uma separação eficiente dos seus lixos, procurando que os resíduos orgânicos (restos de comida, legumes, frutas) tenham um destino ecológico – produção de um composto para a agricultura – os materiais recicláveis (vidro, papel e cartão, embalagem plásticas e metálicas) sejam colocados no ecoponto mais próximo para reciclagem e o que resta, o lixo indiferenciado, tenha também um tratamento adequado.



Com o Soneto Ecológico concretizou-se uma escultura viva do artista plástico Fernando Aguiar, através da qual se representa a universalidade do ambiente, face a um desejado desenvolvimento sustentado e que poderá ser vivida e usufruída pelos habitantes da zona e população em geral. A estrutura da plantação corresponde à estrutura de um soneto, dois quartetos seguidos de dois tercetos, com um total de 70 palavras (leia-se árvores).

O marco mais importante do evento passou por plantar 70 árvores, sendo que cada uma destas foi plantada com o apoio de dois cidadãos que representam o compromisso de toda a sociedade Matosinhense para com todas as árvores existentes no concelho de Matosinhos. A consciência ambiental e cívica é assim enquadrada numa matriz colectiva, tal como é consagrada na Carta da Terra pelas três componentes base de uma sociedade: o Ambiente, a Sociedade e a Economia. Esta escultura viva está instalada junto do Conjunto Habitacional a Seara, contribuindo para a integração urbana daquele novo aglomerado.

Realizamos uma exposição “Mar da Biodiversidade” na Marginal de Matosinhos, exposição de fotografia sub aquática que deram origem ao livro Marés de Luz da autoria de Manuel José Silva, cujo tema é a diversidade de formas existentes no mar ao largo da Costa de Matosinhos. Realizamos a exposição denominada “Planeta Água”, no CEAM, com o objectivo de consciencializar o público em geral para a



importância da água dando a conhecer através da beleza da fotografia o ciclo da água, destacando a importância da preservação das nascentes da água doce e da sua correcta gestão. Inserida na exposição foi realizada uma palestra sob o mesmo tema, onde foram abordados diferentes aspectos da água, nomeadamente a sua anatomia, os fenómenos de fusão, solidificação, evaporação e sublimação, condensação, precipitação, infiltração, exsurgência, escorrência, acumulação que determinam o ciclo da água e todas as interacções com os fenómenos meteorológicos.

Foram realizadas acções pontuais de sensibilização para a limpeza das praias, com objectivo responsabilizar os cidadãos, utilizadores ou não das praias, pelas boas e más práticas ambientais, consciencializando-os de que essas práticas se vão reflectir na costa e na própria segurança de cada cidadão. Esta actividade foi dinamizada pelo CEAM e foi realizada nas Praias de Matosinhos, da Memória e Pedras do Corgo no início da época balnear com a participação da Escola Secundária Abel Salazar em S. Mamede de Infesta. Os participantes desempenharam tarefas distintas, designadamente repórteres, analistas, recolectores e ensacadores, com o objectivo de identificarem e quantificarem os resíduos e proceder à sua remoção.



O “mergulho no passado”, iniciativa que procurou dar a conhecer os diversos navios naufragados ao longo da costa do concelho (com destaque para o submarino alemão afundado na II Guerra mundial ao largo de Angeiras) um património único que pode impulsionar a pratica de mergulho em Matosinhos. A deslocação ao largo foi apoiada pela Marinha de Guerra, que disponibilizou um navio para o efeito. Paralelamente, foram afixadas placas

de aço em terra nos locais correspondentes às zonas de naufrágio, com o nome da embarcação e um breve historial do acontecimento.

É de destacar a acção realizada com a ESAD, denominada “Paleta ecológica”. Tratou-se de uma intervenção levada a cabo pela ESAD que ocupou o espaço público junto da cooperativa “Água Viva”, e constituiu o culminar de uma acção de debate arte/ambiente para assinalar uma atitude que foi o resultado de uma vontade esclarecida de uma necessidade intrínseca de equivaler o acto artístico ao

processo tecnológico e como contributo para o desenvolvimento da paisagem, tanto urbana como natural. A particularidade deste projecto, é o envolvimento de uma comunidade escolar pouco habituada a colaborar em acções de sensibilização ambiental, como são as instituições de ensino superior.

Na mais recente estrutura de educação ambiental de Matosinhos, a Escola Ambiental da Mainça, foram desenvolvidas múltiplas acções e actividades. A actividade principal que se desenvolve na Escola da Mainça consiste numa visita guiada ao ecocentro e uma oficina. Ao longo da visita guiada ao Ecocentro é dada uma explicação dos materiais que se poderão depositar e uma breve explicação dos temas gerais ligados aos resíduos, tais como política dos 4 R's, compostagem, destino final de resíduos e serviços disponibilizados pela Autarquia para a sua recolha. Visitaram esta escola durante o ano de 2005, 317 alunos.

### **Projecto Ambiente Mais**

Inserido no Projecto Ambiente Mais, efectuaram-se acções de sensibilização e de reutilização na Casa da Juventude de Santa Cruz do Bispo onde participaram crianças do "Projecto Aprender a Ser". A primeira actividade consistiu numa sessão de esclarecimento e sensibilização que abordou temas como resíduos, compostagem, política dos 3 R's, valorização de resíduos. Ao que se seguiu um atelier de reutilização com garrafas e garrações de plástico com vista a construção de cestos multiusos e um atelier de reutilização de caixas de plástico e garrafas de plástico com vista a construção de caixas decorativas para o Dia da Mãe. Os alunos abrangidos nestas actividades eram provenientes de várias escolas da freguesia de Santa Cruz do Bispo e as idades compreendidas entre os 8 e os 13 anos, sendo a escolaridade 2º, 3º e 4º ano. Em colaboração com a Casa do Bosque – Museu da Quinta de



Santiago realizaram-se dois ateliers de reciclagem de papel com vista a elaboração de álbuns fotográficos nos dias 29 e 30 de Março. Em colaboração com a Divisão de Parques Jardins realizou-se uma actividade de educação ambiental na Casa da Juventude de Matosinhos denominada Hortas Pedagógicas que inclui duas etapas: reunião de esclarecimento e atelier realizados no dia 10 de Fevereiro e 23 de Março com o Infântário. Inserida na mesma colaboração foi realizada na Escola EB 2-3 Óscar Lopes a comemoração do Dia da Árvore. Para a execução desta actividade foi necessário agendar duas reuniões de preparação da actividade e uma sessão de esclarecimentos acerca dos problemas das árvores e como identifica-los, assim como um atelier de corte de agapantos, realizado no dia 6 de Abril, com alunos dos 6º e 7º ano. Inserida na comemoração do Dia Mundial do Ambiente realizaram-se durante o mês de Maio dois atelier de reutilização, em nove escolas do Concelho: Escola EB1 Bairro dos Pescadores, EB1 Godinho, EB1 Florbela Espanca, EB1 Sobreiro, Jardim Infância da Biquinha, Jardim-de-infância da Cruz de Pau, EB1

Augusto Gomes, Jardim Infância de Matosinhos, abrangendo no total 365 crianças. Nestes ateliers trabalhou-se com materiais provenientes da reciclagem multimaterial, tais como garrafas e garrações de plástico, treta pack, caixas de ovos, revistas, galhos de árvores, boiões de vidro, iogurtes, papel de alumínio e papel crepe. Com estes materiais construíram-se flores, vasos, borboletas, árvores, caracóis, minhocas, com a finalidade de construir um jardim. No total dos projectos tivemos cerca de 1.500 participantes sendo, do Projecto Ambiente 1.290 alunos, das visitas aos Ecocentros 64 alunos e da Escola Ambiental da Mainça 137 alunos.



#### **Plano Estratégico de Ambiente do Grande Porto**

Continuamos a acompanhar o projecto "Futuro Sustentável – Plano Estratégico de Ambiente do Grande Porto". Participamos nas jornadas com a comunicação "A educação ambiental em Matosinhos". As principais questões ambientais estratégicas para serem tratadas no plano de acção foram: a água, a educação ambiental, a mobilidade e o ordenamento do território. O plano de acção será apresentado em Abril de 2006.

#### **Campanha Bandeira Azul**

O Município candidatou a praia de Pedras do Corgo à Campanha Bandeira Azul da Europa, cumprimos as actividades prevista, campanhas de sensibilização, actualização dos dados da qualidade da água, relatórios do estado da praia, no final elaborou-se e enviou-se o relatório de actividades de educação ambiental desenvolvidas em 2005. A praia teve também o galardão de "Praia acessível Praia para todos".



#### **Eco Escolas**

O Programa é uma iniciativa de âmbito internacional sob a responsabilidade da Fundação para a Educação Ambiental (FEE), que visa encorajar acções e reconhecer o trabalho desenvolvido pelas escolas em benefício do ambiente. Obtivemos a Bandeira verde das eco-escolas que foi hasteada em Outubro.

## Eco XXI

O Programa é uma iniciativa de âmbito internacional sob a responsabilidade da Fundação para a Educação Ambiental (FEE).

Propusemos à candidatura ao projecto ECOXXI, tendo o Município de Matosinhos obtido o Galardão na classe dos municípios mais bem classificados, o que significa estar entre os 18 municípios de Portugal com melhor desempenho ambiental

## Centro de Educação Ambiental de Matosinhos



A Câmara e a "QUERCUS – Associação Nacional de Conservação da Natureza" estabeleceram um protocolo tendo em vista a promoção da educação ambiental em Matosinhos, utilizando a Quercus para o efeito as instalações do Centro de Educação Ambiental de Matosinhos (CEAM). O trabalho desenvolvido no CEAM consiste essencialmente no atendimento nas instalações do centro, no apoio aos professores para desenvolvimento de trabalhos

relacionados com o ambiente e na realização de exposições, colóquios, cursos e oficinas abertas a toda a comunidade.

Ao longo do ano de 2005 realizou-se múltiplas acções, destacando-se a realização da exposição acerca da Água, denominada "Planeta Água", com o objectivo de consciencializar para a sua importância, dar a conhecer através da beleza da fotografia o decurso dos seus ciclos e destacar a importância da preservação das nascentes de água doce e a importância da sua correcta gestão, consciencializando que a Água é o bem mais precioso do nosso planeta. Inserida também na exposição foi realizada uma palestra sobre o tema com a orientação do Dr. Nuno Gomes co-autor do livro "H2O Fotobiografia da Água".

Realizaram-se duas Feiras Ecológicas, nas escolas EB1 Quinta de S. Gens e Escola Secundária da Boa Nova que tiveram a visita de 200 pessoas e 150 respectivamente. Estas feiras tiveram como objectivo promover a divulgação de produtos alternativos e demonstrar que as nossas opções são determinantes para o desenvolvimento sustentável, assim como incentivar ao consumo de produtos biológicos demonstrando a existência de locais de venda fixos.

No dia 22 de Fevereiro decorreram as Jornadas de Educação na ESAD – Escola Superior de Arte e Design. O objectivo destas jornadas era esclarecer dúvidas que sistematicamente se sente no contacto com os professores, chamar a atenção para problemas cuja resolução necessita da atenção, empenho e colaboração de todos e incentivar os professores a implementar alguns projectos. Nestas jornadas foram incluídos os temas resíduos, floresta, consumo, alimentação, água, programa Eco-escolas e agenda 21 escola, assim como um workshop no âmbito da educação pela arte.

Realizou-se uma actividade de limpeza da Praia Pedras do Corgo, que incluiu três fases distintas: sessão de esclarecimento, limpeza da praia e nova sessão de esclarecimento para conclusão do projecto, nos dias 08, 11 e 16 de Março respectivamente. Nesta actividade participou a Escola Secundária Abel Salazar de S. Mamede Infesta com alunos do 10º ano.



## LIPOR

Acompanhou-se o trabalho realizado pela LIPOR, que promove, essencialmente actividades relacionadas com as questões da valorização e reciclagem dos RSU's. No decorrer de 2005, a LIPOR desenvolveu acções de formação em reutilização de materiais para professores; diversos ateliers de reutilização e reciclagem de materiais para alunos, nomeadamente ateliers de Natal e promoveu sessões de esclarecimento sobre a temática água para pais, alunos e professores. As acções da LIPOR abrangeram um total de 4570 indivíduos entre alunos, professores e pais.



## Linhas de Água

Adjudicou-se uma prestação de serviços que se destina à limpeza do Rio Leça, bem como de outras linhas



de água existentes no Concelho. A intervenção da limpeza e do rio Leça consistiu essencialmente na limpeza das margens, nomeadamente através da limpeza de lixos que se acumulam e do corte de alguma vegetação, como silvas, ramos secos, entre outros, com o objectivo de eliminar elementos onde o lixo se prende. A mata ribeirinha ocupa essencialmente os vales na parte influenciada pela toalha freática sem entrar em contacto directo com o curso de água. Fez-se

ainda a reposição de algumas espécies de mata ribeirinha, designadamente, o amieiro (*Alnus glutinosa*), o ulmeiro ou negrilho (*Ulmus procera*) e o freixo (*Fraxinus angustifolia*). O adjudicatário executou as seguintes operações: desmatção e limpeza das margens, incluindo transporte dos produtos sobranes a vazadouro do adjudicatário; poda de árvores e arbustos de acordo com as indicações da fiscalização; abate de árvores secas e em mau estado incluindo transporte para vazadouro; remoção de troncos de árvores, pedras, entulhos e materiais de qualquer natureza cujas dimensões sejam impeditivas da normal circulação do curso de água; limpeza e desassoreamento de zonas localizadas ao longo do Rio Leça, 10m a montante e 10m a jusante dos seguintes locais: Ponte da Azenha; Ponte da Pedra; Ponte das Três Varas; Ponte da Lionesa; Ponte dos Ronfos; Ponte de Moreira; Ponte de Goufeiros; Ponte Romana de Goimil; Ponte Nova de Goimil; Ponte da Pinguela; Ponte do Carro; Ponte da Portela e travessias existentes. Incluiu-se ainda a plantação de 200 árvores ao longo das margens do Rio Leça, fornecidas pelo Horto Municipal. Procedeu-se ainda à limpeza das margens e leito da Ribeira da Certagem e Foz da Ribeira de Joane.



# MOBILIDADE E TRANSPORTES

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E DE GESTÃO

# 2005

**MOBILIDADE E TRANSPORTES**

- Realização de estudos de sinalização horizontal e vertical para todas as freguesias do concelho, com destaque para a elaboração dos projectos de sinalização relativos a obras realizadas pelo DOC;



- Elaboração e aprovação pela Câmara e Assembleia Municipal de uma postura de trânsito na envolvente à Av. General Norton de Matos, com o objectivo de ordenar o estacionamento e o tráfego na sua envolvente.

- Concurso Limitado para pintura de pavimentos em arruamentos beneficiados ou em beneficiação, no concelho de Matosinhos;

- Aditamentos à Postura global de lugares de estacionamento para deficientes, no concelho de Matosinhos;



- Fiscalização e gestão da manutenção dos sistemas semaforicos no concelho, com base no contrato de manutenção em vigor até Fevereiro de 2007, para essa prestação de serviços;

- Elaboração de um Protocolo celebrado entre a CMM e a ANTRAL, com vista à comparticipação da instalação de taxímetros para todos os industriais de táxis do concelho de Matosinhos;

- Coordenação da instalação de mobiliário urbano (quiosques, abrigos, sinalização direccional, MUPI's, MUPE's);



- Preparação de uma empreitada para a eliminação de barreiras arquitectónicas, no âmbito do protocolo celebrado entre a CMM e a APPLA – Associação Portuguesa de Planeadores do Território;
- Fiscalização e acompanhamento da implementação de desvios de tráfego por parte da Metro do Porto e da concessionária das obras do IP4;
- “Pequenas Medidas Grandes Efeitos”: estudo de um programa de eliminação de pontos negros em matéria de segurança rodoviária, em meio urbano, com apresentação de algumas medidas concretas para minimizar os acidentes rodoviários em determinadas zonas onde se têm vindo a registar mais acidentes;



- Acompanhamento da introdução da nova rede de transportes públicos a implementar, faseadamente, pela STCP, na Área Metropolitana do Porto;
- “Mr. Parking”: elaboração e posterior aprovação pela Câmara e Assembleia Municipal, de um serviço de estacionamento personalizado, junto à entrada principal do Norteshopping, através de um pagamento de uma taxa correspondente à ocupação de 7 lugares de estacionamento privativos;
- Início da preparação de um regulamento de estacionamento privativo na via pública, para automóveis ligeiros;
- Elaboração de um novo cartão para residentes, referente às zonas de estacionamento pago.



- Conclusão das seguintes obras:
  - Rua Domingos Bontempo
  - Ruas de Catassol e Santana
  - Parque de Viaturas Apreendidas junto ao Tribunal
  - Ponte de Esposade
  - Rua Dr. Barros
  - Rua Brito e Cunha
  - Rua Silva Brinco e Godinho Faria
  - Reconstrução/Construção de pavimentos e passeios em várias freguesias do concelho, nomeadamente:
    - Rua Padre António Rocha Reis
    - Rua Comendador Magalhães Carmo (Santa Cruz)

- Rua das Carvalhas, Rua Capitão Salgueiro Maia e Rua Nova de S. Gens (Custóias)
- Rua do Monte Xisto e Rua Monte Castelo (Guifões)
- Rua do Sol, Rua da Primavera, Rua dos Pombos e Rua das Rolas (Perafita)
- Travessa e Rua Padre Manuel Bernardes e Rua André Resende (Leça do Balio)
- Rua das Roseiras e Rua da Lagoa (Senhora da Hora)
- Rua e Travessa dos Correios, Travessa Álvaro Castelões, Travessa Guilherme Felgueiras, Rua de Manhufe e Rua José Rabumba (Matosinhos)
- Rua General Humberto Delgado, Rua Humberto Cruz (Leça da Palmeira)
- Rua do Tronco, Oliveira Gaio, Rua Santos Dias e Rua Estrada Velha (S. M. Infesta)



- Encontravam-se em curso, no ano de 2005, as seguintes intervenções:

- Variante à Rua D. Nuno Álvares Pereira (eixo norte / sul) - troço de ligação da Av. D. Maria II ao IP4
- Via Envolvente ao Pavilhão da Senhora da Hora
- Marginal de Leça da Palmeira
- Rua de Damão e Diu
- Variante a Picoutos
- Rua da Fonte Velha e Rua Teixeira Lopes
- Centro Cívico de Perafita
- Largo da Viscondessa
- Rua Veloso Salgado
- Rua Roberto Ivens
- Rua de Trás
- Via de Ligação dos Nós de Freixieiro e Gonçalves Sectores A+B
- Via de Ligação dos Nós de Freixieiro e Gonçalves a Santa Cruz do Bispo D+F
- Arranjo Urbanístico de Esposade
- Travessa da Corregada, Rua do Varão e Rua Oriental

- Elaboração do projecto para a ligação da Rua Henrique Medina à Rua António Ramalhão.



# SEGURANÇA E PROTECÇÃO CIVIL

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E DE GESTÃO

# 2005

## SEGURANÇA E PROTECÇÃO CIVIL

Os aspectos relacionados com a Segurança e Protecção Civil são esteio genérico de preocupação dos municípios. A abordagem destas matérias contempla áreas tão diversificadas como a protecção civil, a fiscalização, instrução e organização de processos de contra-ordenação a actividades de polícia municipal. Porque também é preocupação do executivo municipal assegurar um prevalecer de segurança, conforme testemunham os relatórios oficiais, o ano de 2005 caracterizou-se pelo reforço evidente nesta área.

Em síntese, é possível afirmar que o ano de 2005 visou prioritariamente a sensibilização dos diferentes agentes da sociedade civil, para a importância do respeito relativamente às boas práticas de cidadania e vivência em comunidade. Policiamento de visibilidade, em situações muito concretas, cooperando e complementando as acções da Polícia de Segurança Pública ou da Guarda Nacional Republicana. Fiscalização



assertiva sobre os fenómenos de venda ambulante ou o garantir do cumprimento dos regulamentos e posturas municipais, relativamente à ocupação e utilização do espaço público, são alguns dos exemplos fundamentais da acção empreendida.

Refira-se que a componente segurança envolve, para além do dispositivo de Polícia Municipal, um conjunto de serviços como a fiscalização e contencioso que, complementarmente são o garante da eficácia da acção e dos bons resultados que têm sido atingidos em Matosinhos. Matérias como detecção de incumprimentos de licenciamento em sede de obras particulares, abandono de propriedades rústicas, ocupação de áreas consagradas em PDM como zonas de protecção, são alguns dos bons exemplos.

Numa outra componente, a da Protecção Civil, o ano de 2005 sedimentou a componente técnica de programação e preparação do Plano Municipal Exterior de Emergência. Nesse sentido foram realizadas diversas acções concretas de situação de risco, através de simulacros, que decorreram em diversos cenários. Como referencial destas situações saliente-se o teste de emergência da refinaria de Matosinhos, o simulacro do Hospital Pedro Hispano ou ainda o simulacro do NorteShopping.



Podemos assim afirmar inequivocamente que esta é uma área estrutural e que funciona num plano horizontal face às intervenções relativamente às demais áreas, o que só tem sido possível em consequência da escolha de metodologias inovadoras e coerentes.

Prosseguindo esta senda de melhoria contínua, e porque é vontade deste executivo continuar a melhorar efectivamente a qualidade de vida dos cidadãos, também por via das questões da segurança, foi iniciado um novo curso de formação, desta vez com 17 agentes de policia municipal, os quais vão permitir um maior reforço desta estratégia.

Ao nível de recursos técnicos, foi iniciado o processo de informatização alargada, que se espera concluído no presente ano. Este processo vai permitir uma maior diligência processual e, consequentemente, maior eficácia dos serviços. Deste modo, poderemos facilitar a vida às pessoas, sistematizando e simplificando os processos.

Importa referenciar o número de diligências processadas por esta área municipal, no qual se incluem as contra-ordenações com 1084 diligências, protecção civil com 468 diligências, a fiscalização municipal com 2970 diligências e a polícia municipal com 3564 diligências. No global, foram diligenciadas 11.650 procedimentos ou processos, o que revela a dimensão e a responsabilidade deste serviço.

Cumulativamente, a policia municipal realiza o serviço de patrulha diária, que normalmente visa locais ou acções concretas, adequando as necessidades à capacidade dos meios disponíveis e considerando que esta não é a única entidade no concelho a zelar pela segurança dos munícipes. Assim, no âmbito da programação das patrulhas diárias foi considerado de forma mais sistémica a vigilância junto da Lota de Matosinhos, Rua Brito Capelo/ Rua 1º de Dezembro/ Rua Conde S. Salvador – venda ambulante, Mercados Municipais de Matosinhos, Angeiras e de São Mamede Infesta. Reforço de vigilância nas feiras semanais de Custóias, Angeiras, Santana. Sobre a forma de vigilância destaque-se o trabalho junto aos Paços do Concelho, Escolas do Ensino Básico 1º Ciclo, 2º Ciclo e 3º Ciclo do Concelho e Orla Marítima desde Matosinhos até Lavra. Nas acções de fiscalização deve ser destacada a fiscalização nocturna de estabelecimentos e a deposição de lixo. No ano de 2005 foi também iniciada a vigilância das obras de construção do IP4, através da qual tem sido possível vincular o dono da obra às obrigações do Processo de Avaliação de Impacte Ambiental desta obra estruturante.





## DESPORTO

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E DE GESTÃO

# 2005

**DESPORTO**

Sem prejuízo de uma análise mais aprofundada efectuada no âmbito do Relatório de Actividades da MatosinhoSport, convém referir que esta área foi alvo, em 2005, de um avultado investimento, tendo-se assistido ao lançamento dos concursos públicos, e início das respectivas obras, dos seguintes empreendimentos:

- Zona Desportiva de Lavra
- Zona Desportiva de Leça do Balio
- Parque Desportivo Nascente, S. Mamede de Infesta
- Pavilhão Municipal de Leça da Palmeira

Para além destes, foram lançados concursos de concepção/construção da nova Centralidade de Guifões, constituída por uma piscina e por um pavilhão gimnodesportivo, bem como da sede do grupo desportivo S. Sebastião, em Leça do Balio.

Ainda neste âmbito, convém não esquecer a conclusão da Piscina da Senhora da Hora e o início dos projectos tipo relativos ao Pavilhão Municipal do Padrão da Légua.





## HABITAÇÃO

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E DE GESTÃO

# 2005

## HABITAÇÃO

Apesar do Relatório de Actividades da MatosinhosHabit consagrar uma análise mais aprofundada e completa desta matéria, cabe-nos, apesar de tudo, referir que no ano de 2005, concluíram-se os 108 fogos do conjunto habitacional do Monte Espinho, em Leça da Palmeira, incluindo os respectivos equipamentos sociais - Centro de Dia, Jardim de Infância, ATL e Centro de Atendimento à população.



Concluíram-se, ainda, as obras de requalificação do Bairro da Guarda, em Perafita e as obras de reabilitação dos edifícios do conjunto habitacional de S. Gens, em Custóias.

Em matéria de reabilitação, requalificação, conservação e reparação, iniciaram-se as obras de arranjos exteriores, com incidência na instalação de infra-estruturas, pavimentos, passeios, ajardinamento e arborização e estacionamento automóvel, nos conjuntos habitacionais da Biquinha.

Por último, convém também referir que se procedeu ao lançamento de um concurso para a conclusão dos equipamentos sociais do conjunto habitacional da Seara.



# ADMINISTRAÇÃO GERAL

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E DE GESTÃO

# 2005

**ADMINISTRAÇÃO GERAL**

Sucintamente, apresentam-se alguns indicadores de actividade no âmbito da Administração Geral.

**EXPEDIENTE**

<b>Correspondência</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>
<b>Recebida</b>	18.723	25.017
<b>Expedida</b>	24.110	19.462

**TAXAS E LICENÇAS**

<b>Publicidade e ocupação de via pública</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>
Processos novos	521	342
Licenças emitidas	5.126	4.914
Averbamentos	41	62
Proc.Oficiosos-Lic.não renov. dentro do prazo	258	200

<b>Cemitérios</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>
Licenças de Adornos	174	208
Transladações e Exumações	143	151
Averbamentos de Jazigos	23	25
Enterramentos	356	397
Concessão e revalidação de Ossários	1247	1268

<b>Licenças diversas</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>
Licenças de caça	342	264
Lixos industriais e comerciais	256	263

<b>Ciclomotores/Motociclos</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>
Licenças de condução	186	267
Registos novos	118	99
Averbamentos	290	265
Emissão de 2 <sup>as</sup> vias	100	84

<b>Assuntos diversos</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>
Fiscalização Urbanística – Processos oficiosos	153	80
Guias de diversos assuntos	310	233

## EXECUÇÕES FISCAIS

No que respeita aos processos de ocupação da via pública com condutas de produtos petrolíferos a situação é a seguinte:

EMPRESA	Nº. PROCESSO	VALOR	SITUAÇÃO DO PROCESSO
<b>Cepsa Portuguesa Petroleos S A</b>	12/2000	1.042.537,48 €	Impugnado
	16/2000	1.422.470,85 €	Impugnado
	10/2001	1.463.945,29 €	Impugnado
	22/2002	1.528.409,22 €	Impugnado
	29/2003	1.581.891,60 €	Impugnado
	23/2004	1.634.074,04 €	Impugnado
	54/2005	1.671.649,12 €	Impugnado
	38/2006	1.710.197,12 €	Envio C.P. Lisboa (Citação)
<b>BP Portuguesa</b>	10/2000	236.862,66 €	Impugnado
	13/2000	323.138,09 €	Impugnado
	09/2001	332.564,15 €	Impugnado
	21/2002	347.202,93 €	Impugnado
	28/2003	359.350,90 €	Impugnado
	22/2004	371.205,34 €	Impugnado
	56/2005	379.741,44 €	Impugnado
	37/2006	388.490,50 €	Envio C.P. Lisboa (Citação)
<b>Repsol Portuguesa S A</b>	08/2000	285.222,36 €	Impugnado
	15/2000	389.158,10 €	Impugnado
	12/2001	400.511,40 €	Impugnado
	24/2002	418.146,39 €	Impugnado
	31/2003	432.777,79 €	Impugnado
	25/2004	447.053,89 €	Impugnado
	53/2005	457.333,70 €	Impugnado
	40/2006	467.878,19 €	Envio C.P. Lisboa (Citação)
<b>Petróleos Portugal Petrogal S A</b>	11/2000	266.379,03 €	Impugnado
	14/2000	363.483,11 €	Impugnado
	76/2000	306.261,91 €	Impugnado
	11/2001	374.093,41 €	Impugnado
	124/2001	315.243,26 €	Impugnado
	23/2002	719.692,02 €	Impugnado
	30/2003	744.879,24 €	Impugnado
	24/2004	769.453,25 €	Impugnado
	55/2005	787.134,62 €	Impugnado
	39/2006	805.269,48 €	Envio C.P. Lisboa (Citação)

CONT.

EMPRESA	Nº. PROCESSO	VALOR	SITUAÇÃO DO PROCESSO
<b>Portgás - Soc. Prod. E Dist.Gás S A</b>	15/2004 e apensos	982.928,90 €	Impugnado
	99/2004	1.724,54 €	Impugnado
	100/2004	1.116,26 €	Impugnado
	105/2004	2.428,92 €	Impugnado
	116/2004	973,98 €	Impugnado
	132/2004	12.059,19 €	Impugnado
	153/2004	430,26 €	Impugnado/Oposição
	160/2004	298,41 €	Impugnado
	30/2005	23.235,90 €	Envio C.P. Porto (Citação)
	45/2005	20.206,81 €	Impugnado
	57/2005	37.939,40 €	Envio C.P.Porto (Impugnado)
	154/2005	3.151,82 €	Impugnado/Oposição
	164/2005	2.481,15 €	Impugnado/Oposição
	170/2005	428,01 €	Impugnado/Oposição
	176/2005	1.027,79 €	Impugnado
	199/2005	3.587,10 €	Impugnado
	284/2005	7.681,47 €	Impugnado/Oposição
	06/2006	252,47 €	Citado
	22/2006	732,11 €	Citado
	36/2006	370,70 €	Citado
<b>Valor Total</b>		<b>24.646.757,07 €</b>	-

Quanto aos processos relativos à cobrança de dívidas de outra natureza, o movimento foi o seguinte:

NATUREZA DA DÍVIDA	CERTIDÕES	MONTANTE
Publicidade	80	22.475,58 €
Ocupação da via pública	270	19.855,35 €
Metrologia	40	745,54 €
Ossários	171	1.526,05 €
Recolha de lixos	36	14.669,16 €
Rendas Lojas do Mercado	28	1.030,10 €
Contencioso e contra-ordenações	5	28.095,84 €
D.G.U.	10	2.948,66 €
<b>TOTAL</b>	<b>640</b>	<b>91.346,28 €</b>

**NOTARIADO PRIVATIVO**

<b>Escrituras Públicas</b>		
<b>Objecto</b>	<b>Nº</b>	<b>Visto do Tribunal de Contas</b>
Compra e venda	5	1
Doação	4	-
Concessão de exploração	1	-
Distrato de hipoteca	1	-
Permuta	1	-
Constituição de direito de superfície	1	-
Alteração de Estatutos	1	-

<b>Contratos Avulsos</b>		
<b>Objecto</b>	<b>Nº</b>	<b>Visto do Tribunal de Contas</b>
Empreitada	92	30
Prestação de serviços	14	6
Fornecimento	9	-

**APOIO AOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS**

<b>Reuniões / Sessões</b>		
<b>Órgão</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>
Câmara Municipal	31	33
Assembleia Municipal	8	10
Conselho de Administração SMAS	28	25

# 3

## RELATÓRIO DE GESTÃO

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E DE GESTÃO

# 2005

## 1. RESUMO

Desde 2003 que se tem vindo a assistir a um crescimento das receitas arrecadadas e das despesas pagas, mas, ao contrário do ano anterior, a despesa cresceu mais do que a receita, fazendo com que despesa tenha sido, não só, paga pela totalidade da receita arrecadada como também por parte do saldo da gerência anterior, ficando assim este saldo reduzido para a gerência seguinte em 6.887.175,90 euros.

Assim, contra os 78.425.787,49 euros de 2004, o montante de receita arrecadada em 2005 ascendeu a 89.147.287,22 euros, o que corresponde a um aumento de 13,7%, variação esta decorrente principalmente da receita corrente, 79,5% da receita total, e, para o qual contribuíram sobretudo os impostos directos, que representam 43,7% da receita total e 54,98% da receita corrente. Também é importante realçar que a receita própria representa 67,2% da receita total, contra 32,8% da receita alheia, e, em comparação com 2004, a receita própria teve um acréscimo de 22%, o que demonstra o aumento da autonomia financeira da autarquia, ou seja, diminuição da dependência face ao exterior.

No que se refere à despesa assistiu-se, como seria de esperar, a uma evolução no mesmo sentido do observado para a receita – um crescimento da ordem dos 25,6% - que se fez sentir sobretudo ao nível das despesas de capital – 34,7%. Tal como habitualmente o capítulo mais representativo foi o investimento próprio, que no cômputo global da despesa se situou no patamar dos 36%, apresentando um crescimento face a 2004 de cerca de 50%. Por outro lado, as despesas com aquisições de bens e serviços e pessoal, se bem que apresentem variações positivas diminuíram de importância no âmbito da despesa global, passando a representar cerca de 22% e 18 % daquele montante, respectivamente, face aos 24% e 21% de 2004.

No que concerne à repartição da despesa global paga, no montante de 96.034.463,12 euros, pelos planos e funcionamento, verifica-se que, cerca de 68% foi afectada às Grandes Opções do Plano (GOP's), com a distribuição de 37% para o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e, 31% para o Plano de Actividades Municipais (PAM), ficando apenas 32% para as despesas de funcionamento.

Sinteticamente, no que respeita às GOP's, que absorveram cerca de 65.255 milhares de euros, o destaque vai, à semelhança do ano anterior, para as "Funções Sociais", as quais representaram cerca de 65% daquele valor, sendo de salientar a percentagem atingida pelo item "Habitação e Serviços Colectivos", que se demarca claramente de todos os demais, representando cerca de um terço dos fundos afectos aos dois Planos (PPI e PAM).

Finalmente, uma referência aos limites legais - endividamento e pessoal - os quais não só se mantêm inviolados, como ainda se situam em patamares relativamente confortáveis, face sobretudo aos constrangimentos que, nesta matéria, o Pacto de Estabilidade e Crescimento veio a criar.

## 2. RECEITA

### 2.1 Execução Orçamental da Receita

A observação do Quadro n.º 1 permite-nos analisar, por um lado, a previsão inicial da receita, que se cifrou no ano de 2005 em 115.013.665,14 euros, bem com o reforço do orçamento da receita, no montante de 21.634.358,49 euros e o grau de execução da mesma. O reforço da receita deve-se não só à incorporação do saldo da gerência anterior, no montante de 18.427.876,61 euros, como também ao aumento da previsão das transferências correntes e de capital, no montante de 392.954,14 euros e 2.813.517,74 euros respectivamente. Relativamente às transferências, o seu incremento deveu-se, por um lado, ao acerto do valor atribuído de Fundo Geral Municipal e Fundo de Base Municipal, uma vez que o montante inserido no orçamento inicial foi uma previsão e, por outro lado, à aprovação de participações de Fundos Comunitários, Nacionais e de uma entidade privada (PETROGAL).

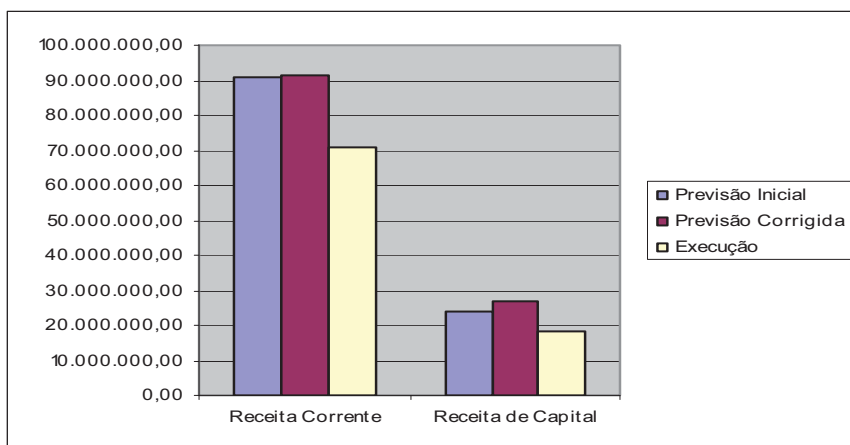
**Quadro n.º1**  
Execução da Receita

(Un: Euros)

Capítulos	Previsão Inicial (a)	Previsão Corrigida (b)	Execução (c)	Desvio (c)-(b)	% Exec. (c)/(a)	% Exec. (c)/(b)
<b>Receitas Correntes</b>	<b>90.821.942,02</b>	<b>91.214.897,16</b>	<b>70.878.162,95</b>	<b>-20.336.734,21</b>	<b>78,0</b>	<b>77,7</b>
01 Impostos Directos	37.511.277,17	37.511.277,17	38.969.068,57	1.457.791,40	103,9	103,9
02 Impostos Indirectos	24.896.368,46	24.896.368,46	4.025.023,76	-20.871.344,70	16,2	16,2
04 Taxas, Multas e Outras Penalidade	13.519.274,76	13.519.275,76	13.060.300,52	-458.975,24	96,6	96,6
05 Rendimentos de Propriedade	2.827.836,10	2.827.836,10	2.469.969,53	-357.866,57	87,3	87,3
06 Transferências Correntes	10.755.648,78	11.148.602,92	11.180.947,94	32.345,02	104,0	100,3
07 Vendas de Bens e Serviços Correntes	1.301.533,75	1.301.533,75	1.118.250,46	-183.283,29	85,9	85,9
08 Outras Receitas Correntes	10.003,00	10.003,00	54.602,17	44.599,17	545,9	545,9
<b>Receitas de Capital</b>	<b>24.118.404,55</b>	<b>26.931.931,29</b>	<b>18.254.601,46</b>	<b>-8.677.329,83</b>	<b>75,7</b>	<b>67,8</b>
09 Vendas de Bens de Investimento	5.000.000,00	5.000.009,00	192.700,00	-4.807.309,00	3,9	0,0
10 Transferências de Capital	16.753.663,55	19.567.181,29	15.735.504,46	-3.831.676,83	93,9	80,4
11 Activos Financeiros	1,00	1,00	0,00	-1,00	0,0	0,0
12 Passivos Financeiros	2.364.737,00	2.364.737,00	2.322.057,00	-42.680,00	98,2	98,2
13 Outras Receitas de Capital	3,00	3,00	4.340,00	4.337,00	144666,7	144666,7
<b>Outras Receitas</b>	<b>73.318,57</b>	<b>18.501.195,18</b>	<b>14.522,81</b>	<b>-18.486.672,37</b>	<b>19,8</b>	<b>0,1</b>
14 Recursos Próprios Comunitários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	0,0
15 Reposições não Abatidas nos Pagamentos	73.318,57	73.318,57	14.522,81	-58.795,76	19,8	19,8
16 Saldo da Gerência Anterior	0	18.427.876,61	0,00	-18.427.876,61		
<b>Total da Receita</b>	<b>115.013.665,14</b>	<b>136.648.023,63</b>	<b>89.147.287,22</b>	<b>-47.500.736,41</b>	<b>77,5</b>	<b>65,2</b>

Um dos primeiros aspectos a ressaltar da análise do quadro anterior, prende-se com o acréscimo da receita arrecadada, face ao ano de 2004, em cerca de 11 milhões de euros, o que expressa uma taxa de crescimento na ordem dos 14%. No entanto, o valor da cobrança efectiva foi inferior ao inicialmente previsto, correspondendo a uma taxa de execução de 77,5% face ao orçamento inicial e de cerca de 65,2% face ao corrigido.

Gráfico 1



No entanto, se optarmos por decompor a Receita nos seus três elementos, podemos constatar que o desempenho dos dois principais itens – Receitas Correntes e Receitas de Capital – foi diferente face ao ano anterior. Enquanto que as primeiras tiveram uma taxa de execução bastante superior à do ano de 2004, um acréscimo de 17 pontos percentuais, o mesmo não se passou com as segundas, que assistiram a um pequeno acréscimo de cerca de 4 p.p. face ao ano anterior, como se poderá ver no Quadro n.º 6.

A análise da execução das Receitas Correntes permite-nos apreciar a excelente performance a nível dos Impostos Directos, Taxas, Multas e Outras Penalidades, Rendimentos de Propriedade, Transferências, Vendas de Bens e serviços e das outras receitas, todas elas com taxas de execução próximas ou superiores a 100%. O mesmo não se poderá dizer relativamente à rubrica dos Impostos Indirectos, que teve taxa de execução de apenas 16,2%.

O comportamento dos Impostos Indirectos justifica-se pelo facto de não terem sido cobrados, mas debitados ao Tesoureiro, os documentos relativos à Ocupação da Via Pública das petrolíferas e da Portgás, que representam, só no ano de 2005, o valor de 3.387.916,86 euros. Uma vez que Previsão Inicial da receita desta rubrica teve em consideração não só a receita prevista para 2005, mas também a dívida acumulada de anos anteriores das empresas petrolíferas, a taxa de execução cifrou-se num valor bastante baixo, já que, mais uma vez, não se verificou a cobrança deste imposto.

As Receitas de Capital caracterizaram-se por um comportamento misto: se por um lado se assistiu a uma fraca execução por parte da rubrica “Vendas de Bens de Investimento”, o que pode ser visto positivamente, uma vez que não foi necessário recorrer à venda de activos para fazer face à Despesa, já as Transferências de Capital tiveram uma boa execução (na ordem dos 80%), que poderia ter sido superior se as verbas relativas a participações quer da DREN, para Construção do Pavilhão Desportivo da Escola EB2,3 Prof. Óscar Lopes, quer de Fundos Comunitários, para a Construção da Creche do Bairro da Biquinha, Requalificação Urbana da Zona envolvente à Rua Damão e Diu, Infraestruturação das Ruas Veloso Salgado, Catassol e Santana e Apetrechamento Informático das Escolas e Ligação à Internet e Intranet, tivessem sido totalmente recebidas em 2005, como estava inicialmente previsto. Os Passivos Financeiros tiveram uma taxa de execução de 98%, decorrente de uma utilização aproximada do previsto

no orçamento inicial, do empréstimos 0447/000046/187/0019, contratado junto da CGD, para o empreendimento do Conjunto Habitacional de Monte Espinho.

No que concerne às Outras Receitas, é apenas de salientar a arrecadação de Reposições não abatidas aos pagamentos em valor inferior ao orçamentado.

## 2.2 Estrutura da Receita

### 2.2.1 Estrutura Primária - Receita Corrente e de Capital

A estrutura da Receita está espelhada no Quadro n.º 2, onde se pode constatar, desde já, que cerca de quatro quintos da receita são correntes, representando as receitas de capital apenas 20% do total da receita arrecadada.

**Quadro n.º2**  
Estrutura da Receita

(Un: Euros)

Capítulos	Valor	Peso %
<b>Receitas Correntes</b>	<b>70.878.162,95</b>	<b>79,5</b>
01 Impostos Directos	38.969.068,57	43,7
02 Impostos Indirectos	4.025.023,76	4,5
04 Taxas, Multas e Outras Penalidade	13.060.300,52	14,7
05 Rendimentos de Propriedade	2.469.969,53	2,8
06 Transferências Correntes	11.180.947,94	12,5
07 Vendas de Bens e Serviços Correntes	1.118.250,46	1,3
08 Outras Receitas Correntes	54.602,17	0,1
<b>Receitas de Capital</b>	<b>18.254.601,46</b>	<b>20,5</b>
09 Vendas de Bens de Investimento	192.700,00	0,2
10 Transferências de Capital	15.735.504,46	17,7
11 Activos Financeiros	0,00	0,0
12 Passivos Financeiros	2.322.057,00	2,6
13 Outras Receitas de Capital	4.340,00	0,0
<b>Outras Receitas</b>	<b>14.522,81</b>	<b>0,0</b>
14 Recursos Próprios Comunitários	0,00	0,0
15 Reposições não Abatidas nos Pagamentos	14.522,81	0,0
16 Saldo da Gerência Anterior	0,00	0,0
<b>Total da Receita</b>	<b>89.147.287,22</b>	<b>100,0</b>

Analisando agora as diversas rubricas económicas, podemos verificar que os Impostos Directos são responsáveis pela arrecadação de cerca de metade do total da receita. Embora tenha havido uma perda de peso relativo, face ao ano de 2004, em 7 pontos percentuais, esta rubrica continua a assumir um papel preponderante no quadro das receitas.

Também as Transferências – Correntes e de Capital – têm um peso importante na estrutura da Receita, com uma ligeira vantagem das de capital, mostrando uma certa dependência que a autarquia têm perante o Fundo Geral Municipal (que mais não é do que a participação em impostos do Estado) e o Fundo Base Municipal (que visa dotar os municípios de capacidade financeira mínima para o seu funcionamento), embora relativamente a este seja em menor escala. Convém ainda salientar que a importância destes Fundos Municipais se revela maior nas transferências correntes do que nas de capital, já que nestas assumem também grande importância as verbas provenientes de Serviços e Fundos Autónomos, nomeadamente o INH (Instituto Nacional de Habitação), e de participações comunitárias em projectos co-financiados.

Também com importante contributo, segue-se, ao contrário dos anos anteriores, as Taxas, Multas e Outras penalidades com um peso de 14,7% no total das receitas arrecadadas, devido essencialmente à rubrica orçamental "Tarifas de Resíduos Sólidos" onde a Autarquia dos 11.800.000,00 euros orçados, arrecadou 11.136.727,11 euros relativos à dívida dos SMAS (Serviços Municipalizados de Águas).

Em ordem decrescente de contributo, seguem-se os Impostos Indirectos, os Rendimentos de Propriedade e os Passivos Financeiros (utilizações de capital de empréstimos contraídos) com um peso de 4,5%, 2,8% e 2,6%, no total das receitas arrecadadas, respectivamente.

Analisando agora o núcleo essencial da Receita – Impostos Directos – podemos ver que o valor arrecadado diminuiu face ao ano de 2004 em 804.280,36 euros, tendo sofrido algumas variações a nível do contributo relativo de cada um dos impostos. Neste sentido, podemos constatar que relativamente aos Impostos Abolidos arrecadados houve um decréscimo significativo em cerca de 44%, face ao ano anterior, principalmente na Contribuição Autárquica. Quanto ao Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e ao Imposto Municipal sobre Veículos, o peso aumentou de 32,59% para 41,62% e 4,58% para 6,98% respectivamente. Já os restantes Impostos Directos assistiram a uma diminuição do seu peso relativo passando, no seu conjunto, de 49,98% em 2004 para 44,04% em 2005.

**Quadro n.º3**  
Desagregação dos Impostos Directos

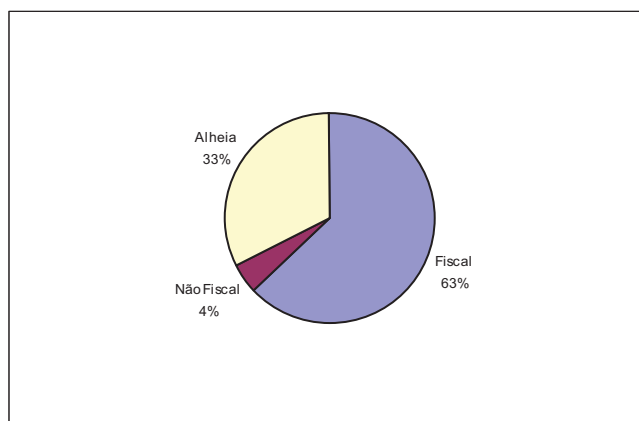
(Un: Euros)

Impostos Directos	2004	Peso %	2005	Peso %	Var. %
Imposto Municipal sobre Imóveis	12.962.489,21	32,59	16.218.969,69	41,62	25,12
Imposto Municipal sobre Veículos	1.819.889,51	4,58	2.718.741,37	6,98	49,39
Imposto Municipal s/ Transm. Onerosas de Imóveis	10.153.084,26	25,53	9.339.912,96	23,97	-8,01
Derrama	9.323.873,61	23,44	7.624.430,63	19,57	-18,23
Impostos Abolidos					
Contrib. Autárquica	3.363.471,13	8,46	1.833.012,17	4,70	-45,50
Imp. Munic. SISA	1.747.489,53	4,39	1.036.219,99	2,66	-40,70
Contribuição Especial	403.051,68	1,01	197.781,76	0,51	-50,93
<b>Total</b>	<b>39.773.348,93</b>	<b>102,06</b>	<b>38.969.068,57</b>	<b>100,00</b>	<b>0,00</b>

### 2.2.2 Receita Própria e Receita Alheia

Neste ponto pretendemos dar uma visão da autonomia e equilíbrio financeiro da Autarquia. Pela análise do Quadro n.º 4 podemos constatar que os fundos próprios representam cerca de 67% do total da receita, enquanto que as receitas alheias tem um contributo que se fica pelos 33%, o que revela uma autonomia financeira consistente e, em termos percentuais, superior em 4 pontos face ao ano 2004, explicada essencialmente pela arrecadação da receita relativa à dívida dos SMAS, na rubrica “Taxas, Multas e Outras Penalidades”.

Gráfico 2



Olhando agora para a estrutura das receitas próprias, podemos constatar que a receita fiscal contribui em cerca de 93,6% para aquele agregado, sendo que o peso dos impostos directos é cerca de 65%.

Por outro lado, quer a nível da Receita Total quer a nível da Receita Própria, assistiu-se ao aumento do peso relativo dos Impostos Indirectos – explicado principalmente pelo aumento das verbas referentes a Loteamento e Obras em cerca de 1 milhão de euros – e a uma diminuição do contributo relativo dos Rendimentos de Propriedade, devido à verba referente à renda de concessão de distribuição da iluminação pública do concelho do 4.º trimestre não ter sido arrecadada em 2005.

Já no que se refere às Receitas Alheias, assistimos a um acréscimo, face a 2004, do peso relativo dos Fundos Municipais – de 48% passaram para cerca de 58% – e, inversamente, a um decréscimo do contributo relativo aos Passivos Financeiros – 15,47% para 7,94% - e das Outras Receitas – de 0,3% para 0,05%. O peso das Outras Transferências mantém-se quase inalterado face ao ano transacto.

**Quadro n.º4**  
Receita Própria *versus* Receita Alheia

(Un: Euros)

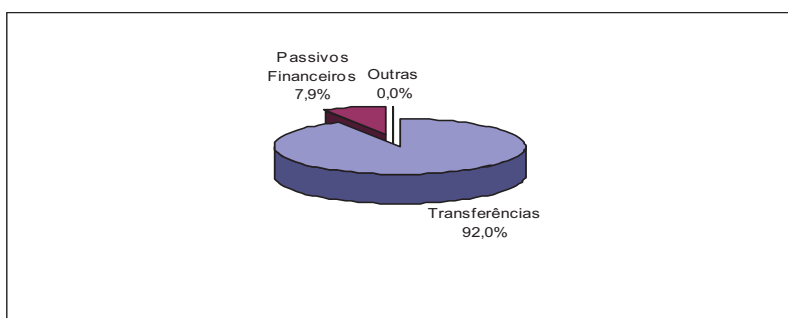
Receita	Valor	Peso %		
		Rec. Global	Rec. Própria	Rec. Alheia
<b>Própria</b>	<b>59.894.255,01</b>	<b>67,2</b>	<b>100,00</b>	
<i>Fiscal</i>	56.054.392,85	62,9	93,59	
Impostos Directos	38.969.068,57	43,7	65,06	
Impostos Indirectos	4.025.023,76	4,5	6,72	
Taxas, Multas e Outras Penalidades	13.060.300,52	14,7	21,81	
<i>Não Fiscal</i>	3.839.862,16	4,3	6,41	
Rendimentos de Propriedade	2.469.969,53	2,8	4,12	
Venda de Bens e Serviços Correntes	1.118.250,46	1,3	1,87	
Vendas de Bens de Investimento	192.700,00	0,2	0,32	
Outras	58.942,17	0,1	0,10	
<b>Alheia</b>	<b>29.253.032,21</b>	<b>32,8</b>		<b>100,00</b>
Fundos Municipais (FGM/ FBM)	16.893.256,00	18,9		57,75
Outras Transferências	10.023.196,40	11,2		34,26
Passivos Financeiros	2.322.057,00	2,6		7,94
Outras Receitas	14.522,81	0,0		0,05
<b>Total da Receita</b>	<b>89.147.287,22</b>	<b>100,0</b>		

### 2.2.3 Composição da Receita Alheia

Para financiamento da actividade municipal, além das receitas próprias, os municípios dispõem ainda das transferências do Orçamento do Estado, bem como do acesso aos fundos comunitários ou do recurso a empréstimos junto da banca. No ponto 4.1 esmiuçaremos melhor a questão das fontes de financiamento do investimento municipal, limitando-nos por agora, em dissecar e analisar o peso de cada uma das componentes da chamada Receita Alheia.

Observando o Gráfico 3, conclui-se que as Transferências absorvem 92% das Receitas Alheias, uma percentagem superior em 8 p.p. à verificada em 2004, face à diminuição do peso relativo aos Passivos Financeiros, que passou de 15,5% em 2004 para 7,9% em 2005.

Gráfico 3



No entanto, se desagregarmos as transferências podemos constatar que o Fundo Geral Municipal (FGM) constitui a principal fatia da Receita Externa (cerca de 54%), seguida das receitas provenientes de fundos comunitários, do Instituto Nacional de Habitação e da Petrogal. A "Participação Comunitária em Projectos co-financiados" teve um decréscimo, face a 2004, na ordem dos 39%, passando de um contributo de 15,6% na receita alheia, no ano transacto, para um peso de cerca de 9,6% em 2005. Esta redução deveu-se, por um lado, ao facto de o ano 2005 ter sido um ano de elaboração de novas candidaturas e, por outro lado, a atrasos no envio dos fundos por parte das entidades Gestoras. Importa ainda referir que a verba arrecadada pela Autarquia proveniente da Petrogal, no montante de 2.625.000,00 euros, correspondente ao valor estimado para a reposição da Marginal de Leça da Palmeira em condições idênticas às que pré-existiam antes da intervenção para a substituição dos pipelines entre o Porto de Leixões e a Refinaria.

 Quadro n.º5  
 Receita Alheia

(Un: Euros)

Receita Alheia	Valor	Peso %
<i>Transferências</i>	26.916.452,40	92,0
FGM	15.713.183,00	53,7
FBM	1.180.073,00	4,0
Comparticipações para Hab. Social – INH	2.727.134,33	9,3
Instituto de Estradas de Portugal	323.406,59	1,1
Participação Comunitária em Projectos co-financiados	2.803.908,65	9,6
DREN	662.188,34	2,3
Petroleos de Portugal - Petrogal, S.A.	2.625.000,00	9,0
POLISMATOSINHOS - Soc. Desenv. Prog. Polis em Matosinhos, S.A.	359.511,86	1,2
Outras Transferências e Subsídios	522.046,63	1,8
<i>Passivos Financeiros</i>	2.322.057,00	7,9
Empréstimo dos 7 milhões – CGD	2.322.057,00	7,9
Conjunto Habitacional Monte Espinho	2.322.057,00	7,9
<i>Outras</i>	14.522,81	0,0
<b>Total da Receita Alheia</b>	<b>29.253.032,21</b>	<b>100,0</b>

Relativamente ao montante participado pelo Instituto Nacional de Habitação - de 2.727.134,33 euros - podemos constatar que 2.364.737,00 euros dizem respeito à totalidade da comparticipação na construção do Conjunto Habitacional de Monte Espinho. A restante verba - de 362.397,33 euros - refere-se à comparticipação final dos Conjuntos Habitacionais de Laranjeiras, Seara e Estádio do Mar.

Quanto ao montante participado pela DREN - 662.188,34 euros -, 510.643,67 euros resultam do Programa de Desenvolvimento e Expansão do Acordo da Educação Pré-Escolar (Auxiliares de Acção educativa e Componente Social), 92.266,67 euros dizem respeito ao Programa de Generalização do Ensino do Inglês e 59.278,00 euros correspondem a uma parte da comparticipação na Construção do Pavilhão Desportivo da EB2,3 Professor Óscar Lopes.

Finalmente, interessa ainda referir que o peso dos Passivos Financeiros, na Receita Alheia, diminuiu face a 2004 de 15,5% para 7,9%, resultante, por um lado, do termo do período de utilização dos empréstimos existentes e, por outro lado, da não contratação de novos empréstimos. A verba recebida em 2005 diz inteiramente respeito ao financiamento da Construção do Conjunto Habitacional de Monte Espinho.

### 2.3 Evolução da Receita

Da análise do Quadro n.º 6 podemos, de imediato, verificar que a evolução da receita, no seu cômputo geral, foi positiva, à semelhança do que havia sucedido em 2004.

**Quadro n.º6**  
Evolução da Receita

(Un: Euros)

Capítulos	2003			2004			2005		
	Valor	Peso %	Var. %	Valor	Peso %	Var. %	Valor	Peso %	Var. %
<b>Receitas Correntes</b>	<b>55.203.610,71</b>	<b>81,8%</b>	<b>-15,3%</b>	<b>60.828.648,02</b>	<b>77,6%</b>	<b>10,2%</b>	<b>70.878.162,95</b>	<b>79,5%</b>	<b>16,5%</b>
01 Impostos Directos	37.107.731,73	55,0%	-15,8%	39.773.348,93	50,7%	7,2%	38.969.068,57	43,7%	-2,0%
02 Impostos Indirectos	1.985.287,85	2,9%	-46,5%	2.953.505,50	3,8%	48,8%	4.025.023,76	4,5%	36,3%
04 Taxas, Multas e Outras Penalidade	2.066.860,17	3,1%	-35,4%	2.207.807,26	2,8%	6,8%	13.060.300,52	14,7%	491,6%
05 Rendimentos de Propriedade	3.339.163,81	4,9%	38,7%	3.019.616,66	3,9%	-9,6%	2.469.969,53	2,8%	-18,2%
06 Transferências Correntes	9.267.615,43	13,7%	-8,5%	11.717.286,63	14,9%	26,4%	11.180.947,94	12,5%	-4,6%
07 Vendas de Bens e Serviços Correntes	1.335.258,66	2,0%	-15,4%	1.009.263,66	1,3%	-24,4%	1.118.250,46	1,3%	10,8%
08 Outras Receitas Correntes	101.693,06	0,2%	-19,2%	147.819,38	0,2%	45,4%	54.602,17	0,1%	-63,1%
<b>Receitas de Capital</b>	<b>12.275.805,01</b>	<b>18,2%</b>	<b>-64,4%</b>	<b>17.508.337,90</b>	<b>22,3%</b>	<b>42,6%</b>	<b>18.254.601,46</b>	<b>20,5%</b>	<b>4,3%</b>
09 Vendas de Bens de Investimento	0,00	0,0%	-100,0%	15.812,50	0,0%	0,0%	192.700,00	0,2%	1118,7%
10 Transferências de Capital	8.973.739,93	13,3%	-51,9%	12.960.417,29	16,5%	44,4%	15.735.504,46	17,7%	21,4%
11 Activos Financeiros	0,00	0,0%	-100,0%	0,00	0,0%	0,0%	0,00	0,0%	0,0%
12 Passivos Financeiros	3.275.348,58	4,9%	-78,5%	4.532.108,11	5,8%	38,4%	2.322.057,00	2,6%	-48,8%
13 Outras Receitas de Capital	26.716,50	0,0%	0,0%	0,00	0,0%	0,0%	4.340,00	0,0%	0,0%
<b>Outras Receitas</b>	<b>28.525,82</b>	<b>0,0%</b>	<b>-76,2%</b>	<b>88.801,57</b>	<b>0,1%</b>	<b>211,3%</b>	<b>14.522,81</b>	<b>0,0%</b>	<b>-83,6%</b>
14 Recursos Próprios Comunitários	0,00	0,0%	0,0%	0,00	0,0%	0,0%	0,00	0,0%	0,0%
15 Reposições não Abatidas nos Pagamentos	28.525,82	0,0%	-76,2%	88.801,57	0,1%	211,3%	14.522,81	0,0%	-83,6%
16 Saldo da Gerência Anterior	0,00	0,0%	0,0%	0,00	0,0%	0,0%	0,00	0,0%	0,0%
<b>Total da Receita</b>	<b>67.507.941,54</b>	<b>100,0%</b>	<b>-32,3%</b>	<b>78.425.787,49</b>	<b>100,0%</b>	<b>16,20%</b>	<b>89.147.287,22</b>	<b>100,0%</b>	<b>13,7%</b>

As Outras Receitas tiveram uma evolução “negativa”, face ao ano anterior, se bem que o seu carácter residual e o seu peso diminuto pouco contribuíam para a tendência genérica da receita global.

Quanto às Receitas de Capital, podemos constatar que foram as Transferências de Capital, pelo seu peso de 17,7%, que mais contribuíram para a sua variação positiva de 4,3% deste agregado, por influência determinante das verbas provenientes de empresas privadas, por oposição à diminuição do peso dos Passivos Financeiros, de 5,8% em 2004 para 2,6% em 2005.

No entanto, a tendência da Receita Total foi principalmente determinada pela evolução das Receitas Correntes, responsáveis por cerca de 80% daquele agregado. Ao analisarmos estas receitas, podemos verificar que apesar de os Impostos Directos, os Rendimentos de Propriedade, as Transferências Correntes e as Outras Receitas Correntes terem assistido a uma variação negativa de 2,0%, 18,2%, 4,6% e 63,1% respectivamente, a evolução positiva dos Impostos Indirectos, Vendas de Bens e Serviços Correntes e principalmente das Taxas, Multas e Outras Penalidades mais que compensou essa tendência.

### 3. DESPESA

#### 3.1 Análise da Despesa na Óptica Orçamental

##### 3.1.1 Execução Orçamental da Despesa

A análise do Quadro n.º 7 permite-nos, desde logo, analisar a despesa sob a perspectiva económica, identificando-se, por um lado, o destino privilegiado das despesas – correntes ou de capital – e, por outro, a sua natureza – aquisição de bens serviços, transferências, despesas com pessoal, etc.

**Quadro n.º7**  
Execução da Despesa

(Un: Euros)

Capítulos	Dotação Inicial (a)	Dotação Final (b)	Execução (c)	Desvio	% Exec. (c)/(a)	% Exec. (c)/(b)
				(c)-(b)		
<b>Despesas Correntes</b>	<b>52.085.061,15</b>	<b>62.467.400,39</b>	<b>48.938.122,46</b>	<b>-13.529.277,93</b>	<b>93,96</b>	<b>78,3</b>
01 Despesas com o Pessoal	19.893.142,00	20.289.872,59	17.045.634,78	-3.244.237,81	85,69	84,0
02 Aquisição de Bens e Serviços	26.251.802,40	29.362.559,83	21.188.216,04	-8.174.343,79	80,71	72,2
03 Juros e Outros Encargos	1.996.500,00	2.007.401,00	832.923,49	-1.174.477,51	41,72	41,5
04 Transferências Correntes	2.573.576,00	6.128.745,04	5.733.469,64	-395.275,40	222,78	93,6
05 Subsídios	478.000,00	1.150.000,00	1.150.000,00	0,00	0,00	100,0
06 Outras Despesas Correntes	892.040,75	3.528.821,93	2.987.878,51	-540.943,42	334,95	84,7
<b>Despesas de Capital</b>	<b>62.928.603,99</b>	<b>74.180.623,24</b>	<b>47.096.340,66</b>	<b>-27.084.282,58</b>	<b>74,84</b>	<b>63,5</b>
07 Aquisição de Bens de Capital	53.201.371,64	60.062.981,68	34.596.882,01	-25.466.099,67	65,03	57,6
08 Transferências de Capital	4.977.131,35	8.957.890,56	7.667.576,02	-1.290.314,54	154,06	85,6
09 Activos Financeiros	100.100,00	700.600,00	590.000,00	-110.600,00	589,41	84,2
10 Passivos Financeiros	4.650.000,00	4.459.150,00	4.241.882,63	-217.267,37	91,22	95,1
11 Outras Despesas de Capital	1,00	1,00	0,00	-1,00	0,00	0,0
<b>Total da Despesa</b>	<b>115.013.665,14</b>	<b>136.648.023,63</b>	<b>96.034.463,12</b>	<b>-40.613.560,51</b>	<b>83,50</b>	<b>70,3</b>

Neste sentido, podemos constatar que, a dotação da despesa sofreu alterações significativas com as Modificações Orçamentais realizadas durante o ano, beneficiando as despesas de capital ao nível das rubricas de investimento directo e indirecto e, as despesas correntes relativamente às aquisições de bens e serviços e transferências correntes.

Ao nível da realização das despesas, em 2005, taxa de execução é superior à da receita em cerca de 5 p.p. – 70,3% face a 65,2% - se considerarmos como referência a dotação final. O montante pago em 2005, (96.034.463,12 euros) foi bastante superior ao de 2004 (76.462.888,86 euros), assim como, a taxa de execução de 2005 de 70,3%, comparada com a de 2004, teve um aumento de cerca de 7 p.p.. No entanto, se tivermos em consideração os compromissos assumidos e não a despesa paga, a taxa sobe de 70,3% para 80,56%.

A análise dos dois agregados da despesa, permite-nos constatar que a execução a nível das despesas correntes foi cerca de 78,3% em contraposição aos 63,5% das despesas de capital. O menor desempenho deste bloco ficou-se a dever ao investimento directo, cuja execução se limitou a 57,6%: apesar da aposta

clara na construção e conservação de habitação, instalações desportivas, creches e escolas – que tiveram taxas de execução na ordem dos 74% –, o que é facto é que não foi suficiente para inverter o contributo pouco satisfatório de outras rubricas, nomeadamente o investimento em terrenos, edifícios, equipamento informático, administrativo e básico.

Do lado das despesas correntes, há que salientar o elevado nível de execução das transferências e dos subsídios, o que demonstra o apoio da autarquia a diversas entidades e instituições, nomeadamente às sem fins lucrativos.

### 3.1.2 Estrutura da Despesa

O Quadro n.º 8 evidencia a estrutura da despesa paga no ano económico em questão: apesar do orçamento final ter privilegiado ligeiramente as despesa de capital relativamente às correntes, em termos de execução as últimas tiveram um peso maior que as primeiras, o que corrobora a menor execução prosseguida pelas despesas de capital.

**Quadro n.º8**  
Estrutura da Despesa

(Un: Euros)

Capítulos	Valor	Peso %
<b>Despesas Correntes</b>	<b>48.938.122,46</b>	<b>51,0</b>
01 Despesas com o Pessoal	17.045.634,78	17,7
02 Aquisição de Bens e Serviços	21.188.216,04	22,1
03 Juros e Outros Encargos	832.923,49	0,9
04 Transferências Correntes	5.733.469,64	6,0
05 Subsídios	1.150.000,00	1,2
06 Outras Despesas Correntes	2.987.878,51	3,1
<b>Despesas de Capital</b>	<b>47.096.340,66</b>	<b>49,0</b>
07 Aquisição de Bens de Capital	34.596.882,01	36,0
08 Transferências de Capital	7.667.576,02	8,0
09 Activos Financeiros	590.000,00	0,6
10 Passivos Financeiros	4.241.882,63	4,4
11 Outras Despesas de Capital	0,00	0,0
<b>Total da Despesa</b>	<b>96.034.463,12</b>	<b>100,0</b>

Apesar de tudo, à semelhança do que tem acontecido nos últimos anos, o contributo mais elevado para a totalidade das despesas pagas é o da Aquisição de Bens de Capital, seguindo-se a Aquisição de Bens e Serviços e as Despesas com Pessoal.

As Transferências e Subsídios, no seu conjunto, viram o seu peso aumentar, relativamente ao ano de 2004, em 4,19 p.p., sendo que, à semelhança do que aconteceu no ano passado, as transferências de capital assumem em 2005, face às transferências correntes, um papel dominante. No ponto 3.2.3 serão abordadas, com maior profundidade, estas duas rubricas, já que todas foram abrangidas por acções do Plano, com excepção das transferências efectuadas para a Assembleia Distrital do Porto (no valor de

2.458,08 €) e para as freguesias no âmbito das eleições para a Assembleia da Republica e Órgãos das Autarquias (que ascendem a 102.914,83 €).

Já as Outras Despesas Correntes viram o seu peso aumentar face a 2004 (de 0,9% passaram para 3,1%) resultado, por um lado, do aumento significativo das restituições relativas a impostos directos, nomeadamente, do Imposto Municipal sobre Imóveis e do Imposto Municipal sobre Veículos, que passaram de 147.185,16 euros em 2004 para 1.546.889,90 euros em 2005, e, por outro lado, do pagamento de indemnizações relativas a empreitadas.

### 3.1.3 Compromissos e Despesas Realizadas (pagas e não pagas)

A leitura do Quadro n.º 7, relativo à execução da despesa, permitiu-nos aferir um nível da execução orçamental na ordem dos 70%. Mas se, em vez de compararmos a despesa paga, compararmos a despesa realizada (facturada) com a despesa orçada, teremos uma percentagem de realização um pouco superior – cerca de 72%. Neste sentido, se compararmos a realização da despesa com a sua execução, tendo em atenção a regra do equilíbrio orçamental, mais não teremos do que uma dívida de curto prazo, no exacto valor dos encargos assumidos e não pagos, que, em 2005, se cifra em 1.816.813,07 euros.

**Quadro n.º9**  
Fases da Despesa

(Un: Euros)

Capítulos	Compromissos (a)	Despesa Realizada (b)	Despesa Realizada (facturada)		Compromissos por realizar (a)-(b)
			Paga	Não Paga	
<b>Despesas Correntes</b>	<b>51.332.217,78</b>	<b>49.671.196,34</b>	<b>48.938.122,46</b>	<b>733.073,88</b>	<b>1.661.021,44</b>
01 Despesas com o Pessoal	17.085.392,95	17.048.735,25	17.045.634,78	3.100,47	36.657,70
02 Aquisição de Bens e Serviços	23.416.523,06	21.889.676,52	21.188.216,04	701.460,48	1.526.846,54
03 Juros e Outros Encargos	832.923,49	832.923,49	832.923,49	0,00	0,00
04 Transferências Correntes	5.797.865,57	5.761.982,57	5.733.469,64	28.512,93	35.883,00
05 Subsídios	1.150.000,00	1.150.000,00	1.150.000,00	0,00	0,00
06 Outras Despesas Correntes	3.049.512,71	2.987.878,51	2.987.878,51	0,00	61.634,20
<b>Despesas de Capital</b>	<b>58.750.782,69</b>	<b>48.180.079,85</b>	<b>47.096.340,66</b>	<b>1.083.739,19</b>	<b>10.570.702,84</b>
07 Aquisição de Bens de Capital	45.366.994,82	35.594.301,17	34.596.882,01	997.419,16	9.772.693,65
08 Transferências de Capital	8.551.905,24	7.753.896,05	7.667.576,02	86.320,03	798.009,19
09 Activos Financeiros	590.000,00	590.000,00	590.000,00	0,00	0,00
10 Passivos Financeiros	4.241.882,63	4.241.882,63	4.241.882,63	0,00	0,00
11 Outras Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total da Despesa</b>	<b>110.083.000,47</b>	<b>97.851.276,19</b>	<b>96.034.463,12</b>	<b>1.816.813,07</b>	<b>12.231.724,28</b>

O quadro anterior para além de mostrar, por económica, quais os valores em dívida transitadas para o exercício de 2006, isto é, os montantes relativos a despesa realizada mas não paga, mostra também o montante dos encargos comprometidos no ano de 2005, nos termos das respectivas contratualizações, e que não se concretizaram em obrigações, pela não realização ou finalização da actividade correspondente. Esse valor ascendeu a 12.231.724,28 euros. Se as actividades tivessem decorrido de acordo com o

cronograma inicialmente previsto, poderia o montante da despesa executada (paga) ter sido superior em 14.048.537,35 euros.

Cabe-nos, ainda, mencionar que, analogamente ao que se verificou em 2004, a dívida a fornecedores concentrou-se fundamentalmente ao nível das Aquisições de Bens e Serviços e de Bens de Capital. Em 2004 estas duas rubricas foram responsáveis por 97% dos encargos assumidos e não pagos e em 2005 esta percentagem é de 94%.

### 3.1.4 Evolução da Despesa

O Quadro n.º 10 permite-nos concluir que, apesar da execução da despesa ser de 70,3%, ela apresenta um crescimento de quase 26% face ao ano anterior a que corresponde um acréscimo, em termos absolutos, de 19.571.574,26 euros.

Enquanto que as Despesas Correntes assistiram, no seu cômputo geral, a um aumento de 18%, as Despesas de Capital, fortemente influenciadas quer pelas Aquisições de Bens de Capital quer pelos Passivos Financeiros, tiveram uma variação positiva de 34,7%, quase o dobro das primeiras.

**Quadro n.º10**  
Evolução da Despesa

(Un: Euros)

Capítulos	2003			2004			2005		
	Valor	Peso %	Var. %		Peso %	Var. %	Valor	Peso %	Var. %
<b>Despesas Correntes</b>	<b>39.972.748,36</b>	<b>61,0</b>	<b>-7,5</b>	<b>41.489.440,47</b>	<b>54,3</b>	<b>3,8</b>	<b>48.938.122,46</b>	<b>51,0</b>	<b>18,0</b>
01 Despesas com o Pessoal	15.404.373,41	23,5	3,2	16.226.273,64	21,2	5,3	17.045.634,78	17,7	5,0
02 Aquisição de Bens e Serviços	16.827.461,87	25,7	-16,3	18.208.211,55	23,8	8,2	21.188.216,04	22,1	16,4
03 Juros e Outros Encargos	833.092,88	1,3	-12,3	961.745,85	1,3	15,4	832.923,49	0,9	-13,4
04 Transferências Correntes	4.246.346,24	6,5	5,2	4.497.727,22	5,9	5,9	5.733.469,64	6,0	27,5
05 Subsídios	420.250,16	0,6	0,0	877.000,00	1,1	108,7	1.150.000,00	1,2	31,1
06 Outras Despesas Correntes	2.241.223,80	3,4	-29,8	718.482,21	0,9	-67,9	2.987.878,51	3,1	315,9
<b>Despesas de Capital</b>	<b>25.514.654,04</b>	<b>39,0</b>	<b>-62,4</b>	<b>34.973.448,39</b>	<b>45,7</b>	<b>37,1</b>	<b>47.096.340,66</b>	<b>49,0</b>	<b>34,7</b>
07 Aquisição de Bens de Capital	20.779.082,06	31,7	-63,9	23.079.803,12	30,2	11,1	34.596.882,01	36,0	49,9
08 Transferências de Capital	3.168.140,72	4,8	-57,7	8.567.148,01	11,2	170,4	7.667.576,02	8,0	-10,5
09 Activos Financeiros	0,00	0,0	-100,0	0,00	0,0	0,0	590.000,00	0,6	0,0
10 Passivos Financeiros	1.567.431,26	2,4	9,1	3.326.497,26	4,4	112,2	4.241.882,63	4,4	27,5
11 Outras Despesas de Capital	0,00	0,0	0,0	0,00	0,0	0,0	0,00	0,0	0,0
<b>Total da Despesa</b>	<b>65.487.402,40</b>	<b>100,0</b>	<b>-41,1</b>	<b>76.462.888,86</b>	<b>100,0</b>	<b>16,8</b>	<b>96.034.463,12</b>	<b>100,0</b>	<b>25,6</b>

Dentro das Despesas de Capital, não podemos deixar de referir o forte crescimento verificado pela rubrica das Aquisição de Bens de Capital, na ordem dos 49,9%, o que demonstra uma aposta significativa em bens de formação bruta de capital fixo, mas que poderia ter sido bem superior se a sua taxa de execução assim o tivesse permitido. Esta variação positiva é justificada pelo aumento do investimento da Autarquia em Bens de Domínio Público, cuja execução de 4.583.364,77 euros, em 2004, passou para 14.987.285,99 euros, em 2005.

Podemos facilmente associar o aumento dos Passivos Financeiros (amortização de empréstimos), em cerca de 28% de 2004 para 2005, devido ao termo do período de utilização dos dois últimos empréstimos contratados e consequentemente começo de amortização dos mesmos, o que irá ser objecto de um tratamento autónomo e mais exaustivo no ponto 5.2.

Quanto aos Activos Financeiros, durante o ano de 2005, é de realçar que o Município ocorreu ao aumento de capital social da Leixões Sport Clube – Futebol SAD, subcrevendo acções no valor de 590.000,00 euros.

Olhando agora para as Despesas Correntes, não podemos deixar, desde logo, de reparar no forte crescimento, em cerca de 316%, das Outras Despesas Correntes devido sobretudo ao aumento das restituições, à Direcção Geral de Impostos, relativas a Impostos Directos arrecadados e, a indemnizações pagas, no âmbito de processos judiciais, a empresas de construção civil. Relativamente às restituições é importante ter em conta que apesar do aumento significativo, em relação a 2004, da receita arrecadada do Imposto Municipal sobre Imóveis, em 25,12%, e do Imposto Municipal sobre Veículos, em 49,39%, as restituições destes impostos aumentaram, de 2004 para 2005, 951%, ou seja, passaram de 147.185,16 euros para 1.546.889,90 euros.

Quanto aos Subsídios concedidos, verifica-se um aumento de 31,1% face aos atribuídos no ano transacto e, à semelhança de 2004, tiveram como destino a empresa municipal Matosinhosport., conforme contrato-programa aprovado pelo órgão executivo em 2005, ao abrigo do artigo 64.º, N.º 7, al. a) e d) da Lei n.º169/99 de 18 de Setembro, com a redacção introduzida pela Lei N.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro.

Relativamente à Aquisição de Bens e Serviços, apesar do seu peso, em relação ao valor da Despesa Total, ser semelhante ao de 2004, em 2005 verifica-se uma variação positiva de 16,4%. Essa variação verifica-se não na Aquisição de Bens, mas sim na Aquisição de Serviços, nomeadamente, ao nível dos Encargos de Instalação, Limpeza e Higiene, Conservação de bens e da Vigilância e Segurança.

As Despesas com Pessoal assistiram a um crescimento moderado de 5%, muito embora o seu peso, face à despesa Total, tenha decaído relativamente ao ano transacto. Os Juros e Outros Encargos tiveram de 2004 para 2005 uma variação negativa de 13,4%, em contraposição da variação positiva dos Passivos Financeiros, uma vez que, à medida que os empréstimos vão sendo amortizados, o seu valor pago anualmente aumenta, por contrapartida de diminuição do pagamento dos juros.

A análise da execução e variação das Transferências Correntes e de Capital é remetida para o ponto 3.2.3.

### 3.2 Análise da Despesa na Óptica do Plano

#### 3.2.1 Execução das Grandes Opções do Plano

A execução das Grandes Opções do Plano representa o quadro de desenvolvimento da intervenção municipal e apresenta as intervenções levadas a cabo pelos vários pelouros, organizada por objectivos, programas, projectos e acções. O Quadro n.º 11 espelha a execução das GOP's por funções, permitindo obter informação sobre o esforço financeiro prosseguido pela autarquia nas diversas áreas de intervenção.

**Quadro n.º11**  
Execução das GOP's

(Un: Euros)

Classificação Funcional	Dotação Inicial (a)	Dotação Final (b)	Execução (c)	Desvios		% Execução
				(b)-(a)	(c)-(b)	
<b>1. Funções Gerais</b>	<b>5.454.941,00</b>	<b>5.507.213,61</b>	<b>2.581.876,87</b>	<b>52.272,61</b>	<b>-2.925.336,74</b>	<b>46,88</b>
1.1.0 <b>Serviços Gerais da Administ. Pública</b>	<b>4.874.000,00</b>	<b>4.612.305,06</b>	<b>2.096.958,92</b>	<b>-261.694,94</b>	<b>-2.515.346,14</b>	<b>45,46</b>
1.1.1 Administração Geral	4.874.000,00	4.612.305,06	2.096.958,92	-261.694,94	-2.515.346,14	45,46
1.2.0 <b>Segurança e Ordem Públicas</b>	<b>580.941,00</b>	<b>894.908,55</b>	<b>484.917,95</b>	<b>313.967,55</b>	<b>-409.990,60</b>	<b>54,19</b>
1.2.1 Protecção civil e luta contra incêndios	334.041,00	611.058,55	420.769,79	277.017,55	-190.288,76	68,86
1.2.2 Polícia Municipal	246.900,00	283.850,00	64.148,16	36.950,00	-219.701,84	22,60
<b>2. Funções Sociais</b>	<b>49.814.597,44</b>	<b>60.810.476,72</b>	<b>42.530.239,42</b>	<b>10.995.879,28</b>	<b>-18.280.237,30</b>	<b>69,94</b>
2.1.0 <b>Educação</b>	<b>6.584.039,66</b>	<b>6.916.886,36</b>	<b>4.828.220,79</b>	<b>332.846,70</b>	<b>-2.088.665,57</b>	<b>69,80</b>
2.1.1 Ensino não superior	5.204.739,66	5.592.457,62	3.921.192,63	387.717,96	-1.671.264,99	70,12
2.1.2 Serviços auxiliares de ensino	1.379.300,00	1.324.428,74	907.028,16	-54.871,26	-417.400,58	68,48
2.2.0 <b>Saúde</b>	<b>1.070,00</b>	<b>1.070,00</b>	<b>1.060,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-10,00</b>	<b>99,07</b>
2.2.1 Serviços individuais de saúde	1.070,00	1.070,00	1.060,00	0,00	-10,00	99,07
2.3.0 <b>Segurança e acção sociais</b>	<b>4.845.430,73</b>	<b>8.549.957,55</b>	<b>5.614.633,51</b>	<b>3.704.526,82</b>	<b>-2.935.324,04</b>	<b>65,67</b>
2.3.1 Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.3.2 Acção Social	4.845.430,73	8.549.957,55	5.614.633,51	3.704.526,82	-2.935.324,04	65,67
2.4.0 <b>Habituação e serviços colectivos</b>	<b>25.661.950,00</b>	<b>29.092.783,73</b>	<b>21.215.631,41</b>	<b>3.430.833,73</b>	<b>-7.877.152,32</b>	<b>72,92</b>
2.4.1 Habitação	7.591.950,00	8.811.965,79	5.983.229,48	1.220.015,79	-2.828.736,31	67,90
2.4.2 Ordenamento do território	3.036.500,00	3.793.210,30	2.236.793,55	756.710,30	-1.556.416,75	58,97
2.4.3 Saneamentos	1.410.000,00	1.410.000,00	708.910,55	0,00	-701.089,45	50,28
2.4.4 Abastecimento de água	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.5 Resíduos Sólidos	7.345.800,00	8.020.300,00	7.536.512,01	674.500,00	-483.787,99	93,97
2.4.6 Protecção do meio ambiente	6.277.700,00	7.057.307,64	4.750.185,82	779.607,64	-2.307.121,82	67,31
2.5.0 <b>Serviços Culturais, recreativos e religiosos</b>	<b>12.722.107,05</b>	<b>16.249.779,08</b>	<b>10.870.693,71</b>	<b>3.527.672,03</b>	<b>-5.379.085,37</b>	<b>66,90</b>
2.5.1 Cultura	4.614.607,05	5.920.679,08	3.816.776,10	1.306.072,03	-2.103.902,98	64,47
2.5.2 Desporto, recreio e lazer	7.928.000,00	9.991.600,00	6.743.917,61	2.063.600,00	-3.247.682,39	67,50
2.5.3 Outras actividades cívicas e religiosas	179.500,00	337.500,00	310.000,00	158.000,00	-27.500,00	91,85
<b>3. Funções Económicas</b>	<b>20.181.041,76</b>	<b>23.501.345,93</b>	<b>12.911.170,48</b>	<b>3.320.304,17</b>	<b>-10.590.175,45</b>	<b>54,94</b>
3.1.0 <b>Agricultura, pecuária, sivic., caça e pesca</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
3.2.0 <b>Indústria e energia</b>	<b>63.750,00</b>	<b>565.000,00</b>	<b>116.182,31</b>	<b>501.250,00</b>	<b>-448.817,69</b>	<b>20,56</b>
3.3.0 <b>Transportes e comunicações</b>	<b>19.541.500,00</b>	<b>22.198.712,50</b>	<b>12.355.253,02</b>	<b>2.657.212,50</b>	<b>-9.843.459,48</b>	<b>55,66</b>
3.3.1 Transportes rodoviários	19.541.500,00	22.198.712,50	12.355.253,02	2.657.212,50	-9.843.459,48	55,66
3.3.2 Transportes aéreos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.3 Transportes fluviais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.4.0 <b>Comércio e turismo</b>	<b>131.150,00</b>	<b>596.484,45</b>	<b>404.818,58</b>	<b>465.334,45</b>	<b>-191.665,87</b>	<b>67,87</b>
3.4.1 Mercados e feiras	102.500,00	417.234,45	272.163,52	314.734,45	-145.070,93	65,23
3.4.2 Turismo	28.650,00	179.250,00	132.655,06	150.600,00	-46.594,94	74,01
3.5.0 <b>Outras funções económicas</b>	<b>444.641,76</b>	<b>141.148,98</b>	<b>34.916,57</b>	<b>-303.492,78</b>	<b>-106.232,41</b>	<b>24,74</b>
<b>4. Outras Funções</b>	<b>5.574.674,85</b>	<b>8.340.559,51</b>	<b>7.232.069,97</b>	<b>2.765.884,66</b>	<b>-1.108.489,54</b>	<b>86,71</b>
4.1.0 <b>Operações da dívida autárquica</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
4.2.0 <b>Transferências entre administrações</b>	<b>3.054.126,00</b>	<b>5.000.680,00</b>	<b>4.821.079,81</b>	<b>1.946.554,00</b>	<b>-179.600,19</b>	<b>96,41</b>
4.3.0 <b>Diversas não especificadas</b>	<b>2.520.548,85</b>	<b>3.339.879,51</b>	<b>2.410.990,16</b>	<b>819.330,66</b>	<b>-928.889,35</b>	<b>72,19</b>
<b>Total</b>	<b>81.025.255,05</b>	<b>98.159.595,77</b>	<b>65.255.356,74</b>	<b>17.134.340,72</b>	<b>-32.904.239,03</b>	<b>66,48</b>

O valor que inicialmente havia dotado as Grandes Opções do Plano foi reforçado, especialmente pela revisão, tendo-se atingido uma dotação final de 98.159.595,77 euros, o que corresponde a 72% da Despesa Total. Daqui se infere a importância atribuída às actividades e investimentos com interesse e relevância para a autarquia.

No entanto, a taxa de execução não ultrapassou os 66%, apesar de em termos absolutos, face a 2004, se tenha assistido a um acréscimo de pagamentos na ordem dos 15 milhões de euros.

Podemos, através da análise do quadro, perceber que as Funções Sociais e as Outras Funções foram as que mais corresponderam, em termos de execução, ao que tinha sido planeado. Já as Funções Gerais e as Económicas ficaram aquém do previsto.

Uma vez que cada uma das quatro principais funções encerra em si diversas áreas de intervenção, com taxas de execução díspares, convém esmiuçar um pouco algumas delas, embora a perspectiva geral tenha sido já dada no ponto 3 deste relatório.

Dentro das Funções Gerais, podemos observar que a Polícia Municipal obteve uma taxa de execução muito baixa, o que se explica pelo facto de a aquisição de viaturas e diversos equipamentos ter sido adiado para 2006. Por outro lado, a Administração Geral, que abarca quase todas as Direcções Municipais, apresenta também uma taxa de execução exígua – cerca de 45% – devido a reformulações e estudos mais pormenorizados exigidos em alguns projectos de elevado montante, que serão apenas concluídos no ano de 2006.

Já nas Funções Sociais, podemos constatar, ao nível da Educação, uma taxa de execução na ordem dos 70%, taxa esta que duplicou face ao ano anterior devido ao aumento do investimento em escolas. Durante o ano 2005 foram construídas escolas novas, reparadas escolas antigas e adquirido mobiliário e equipamento para o funcionamento desses estabelecimentos de ensino. Relativamente à Segurança e Acção Social a taxa de execução foi de 65,67% e aqui deve-se dar um especial relevo às comparticipações concedidas no âmbito da terceira idade e às actividades desenvolvidas, pela Autarquia, com os jovens do Concelho.

No que concerne aos Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos podemos constatar que a taxa de execução foi, em 2005, de 66,9%, superior em cerca de 16% à do ano anterior, verificando-se bastantes investimentos e apoios a diversas entidades ao nível do desporto, recreio e lazer.

No entanto, é de notar que, dentro das Funções Sociais, aquela tem tido maior peso foi, à semelhança de 2004, a Habitação e Serviços Colectivos, nomeadamente os Resíduos Sólidos e a Protecção do Meio Ambiente.

Dentro das Funções Económicas, podemos constatar que a rubrica de maior peso é a dos “Transportes Rodoviários” que representa 96% do seu valor, devendo aqui entender-se as intervenções a nível de acessos e vias de comunicação.

As Outras Funções, por outro lado, assistiram a uma taxa de execução na ordem dos 87%, fruto da concretização de transferências para diversas entidades, nomeadamente, as Juntas de Freguesia, a Lipor, os SMAS e Matosinhosport.

### **3.2.2 Estrutura das Grandes Opções do Plano**

Analizando agora a repartição de consumos entre o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e o Plano de Actividades Municipal (PAM), através do Quadro n.º 12, podemos constatar que a maior parte dos consumos ocorreu ao nível do PPI. De facto, enquanto que o PAM absorveu 46% da execução das GOP's, o PPI garantiu a execução dos restantes 54%. A este facto não são alheios os montantes despendidos ao nível dos Transportes e Comunicações, responsáveis por 12.355.253,02 euros de despesa, o que corresponde a 19% do total das GOP's. Esta rubrica foi aliás a que mais subiu em termos de contributo para a execução total da despesa: de 6,92% de peso, em 2004, passou para 18,93 % no ano em análise.

**Quadro n.º12**  
**Estrutura das GOP's**

(Un: Euros)

Classificação Funcional	PPI		PAM		Total	
	Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	Peso %
<b>1. Funções Gerais</b>	<b>918.673,20</b>	<b>2,61</b>	<b>1.663.203,67</b>	<b>5,53</b>	<b>2.581.876,87</b>	<b>3,96</b>
1.1.0 <b>Serviços Gerais da Administ. Pública</b>	<b>870.425,34</b>	<b>2,47</b>	<b>1.226.533,58</b>	<b>4,08</b>	<b>2.096.958,92</b>	<b>3,21</b>
1.1.1 Administração Geral	870.425,34	2,47	1.226.533,58	4,08	2.096.958,92	3,21
1.2.0 <b>Segurança e Ordem Públicas</b>	<b>48.247,86</b>	<b>0,14</b>	<b>436.670,09</b>	<b>1,45</b>	<b>484.917,95</b>	<b>0,74</b>
1.2.1 Protecção civil e luta contra incêndios	0,00	0,00	420.769,79	1,40	420.769,79	0,64
1.2.2 Polícia Municipal	48.247,86	0,14	15.900,30	0,05	64.148,16	0,10
<b>2. Funções Sociais</b>	<b>21.424.819,90</b>	<b>60,89</b>	<b>21.105.419,52</b>	<b>70,19</b>	<b>42.530.239,42</b>	<b>65,18</b>
2.1.0 <b>Educação</b>	<b>3.359.084,85</b>	<b>9,55</b>	<b>1.469.135,94</b>	<b>4,89</b>	<b>4.828.220,79</b>	<b>7,40</b>
2.1.1 Ensino não superior	3.310.340,69	9,41	610.851,94	2,03	3.921.192,63	6,01
2.1.2 Serviços auxiliares de ensino	48.744,16	0,14	858.284,00	2,85	907.028,16	1,39
2.2.0 <b>Saúde</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.060,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.060,00</b>	<b>0,00</b>
2.2.1 Serviços individuais de saúde	0,00	0,00	1.060,00	0,00	1.060,00	0,00
2.3.0 <b>Segurança e acção sociais</b>	<b>869.662,72</b>	<b>2,47</b>	<b>4.744.970,79</b>	<b>15,78</b>	<b>5.614.633,51</b>	<b>8,60</b>
2.3.1 Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.3.2 Acção Social	869.662,72	2,47	4.744.970,79	15,78	5.614.633,51	8,60
2.4.0 <b>Habituação e serviços colectivos</b>	<b>10.268.121,03</b>	<b>29,18</b>	<b>10.947.510,38</b>	<b>36,41</b>	<b>21.215.631,41</b>	<b>32,51</b>
2.4.1 Habituação	5.980.452,08	17,00	2.777,40	0,01	5.983.229,48	9,17
2.4.2 Ordenamento do território	2.173.443,51	6,18	63.350,04	0,21	2.236.793,55	3,43
2.4.3 Saneamentos	708.910,55	2,01	0,00	0,00	708.910,55	1,09
2.4.4 Abastecimento de água	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.5 Resíduos Sólidos	0,00	0,00	7.536.512,01	25,06	7.536.512,01	11,55
2.4.6 Protecção do meio ambiente	1.405.314,89	3,99	3.344.870,93	11,12	4.750.185,82	7,28
2.5.0 <b>Serviços Culturais, recreativos e religiosos</b>	<b>6.927.951,30</b>	<b>19,69</b>	<b>3.942.742,41</b>	<b>13,11</b>	<b>10.870.693,71</b>	<b>16,66</b>
2.5.1 Cultura	1.902.324,32	5,41	1.914.451,78	6,37	3.816.776,10	5,85
2.5.2 Desporto, recreio e lazer	5.025.626,98	14,28	1.718.290,63	5,71	6.743.917,61	10,33
2.5.3 Outras actividades cívicas e religiosas	0,00	0,00	310.000,00	1,03	310.000,00	0,48
<b>3. Funções Económicas</b>	<b>12.253.388,91</b>	<b>34,82</b>	<b>657.781,57</b>	<b>2,19</b>	<b>12.911.170,48</b>	<b>19,79</b>
3.1.0 <b>Agricultura, pecuária, siveicultura, caça e pesca</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
3.2.0 <b>Indústria e energia</b>	<b>115.937,13</b>	<b>0,33</b>	<b>245,18</b>	<b>0,00</b>	<b>116.182,31</b>	<b>0,18</b>
3.3.0 <b>Transportes e comunicações</b>	<b>12.131.443,37</b>	<b>34,48</b>	<b>223.809,65</b>	<b>0,74</b>	<b>12.355.253,02</b>	<b>18,93</b>
3.3.1 Transportes rodoviários	12.131.443,37	34,48	223.809,65	0,74	12.355.253,02	18,93
3.3.2 Transportes aéreos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.3 Transportes fluviais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.4.0 <b>Comércio e turismo</b>	<b>4.410,00</b>	<b>0,01</b>	<b>400.408,58</b>	<b>1,33</b>	<b>404.818,58</b>	<b>0,62</b>
3.4.1 Mercados e feiras	4.410,00	0,01	267.753,52	0,89	272.163,52	0,42
3.4.2 Turismo	0,00	0,00	132.655,06	0,44	132.655,06	0,20
3.5.0 <b>Outras funções económicas</b>	<b>1.598,41</b>	<b>0,00</b>	<b>33.318,16</b>	<b>0,11</b>	<b>34.916,57</b>	<b>0,05</b>
<b>4. Outras Funções</b>	<b>590.000,00</b>	<b>1,68</b>	<b>6.642.069,97</b>	<b>22,09</b>	<b>7.232.069,97</b>	<b>11,08</b>
4.1.0 <b>Operações da dívida autárquica</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
4.2.0 <b>Transferências entre administrações</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4.821.079,81</b>	<b>16,03</b>	<b>4.821.079,81</b>	<b>7,39</b>
4.3.0 <b>Diversas não especificadas</b>	<b>590.000,00</b>	<b>1,68</b>	<b>1.820.990,16</b>	<b>6,06</b>	<b>2.410.990,16</b>	<b>3,69</b>
<b>Total</b>	<b>35.186.882,01</b>	<b>100,00</b>	<b>30.068.474,73</b>	<b>100,00</b>	<b>65.255.356,74</b>	<b>100,00</b>

Analogamente ao verificado em 2004, também este ano foram as Funções Sociais as que mais sobressaíram: embora, em termos relativos, o seu peso tenha diminuído cerca de 5,5 p.p. face ao ano transacto, em termos absolutos houve um acréscimo de 7 milhões de euros. Dentro destas funções, a "Habitação e serviços colectivos" assume um papel determinante, representando 29,18% a nível da execução do PPI e 36,41% a nível do PPA. Esta área de intervenção é responsável por cerca de um terço do desempenho das Grandes Opções do Plano.

### 3.2.3 Transferências Concedidos

Os apoios financeiros concedidos deverão ser vistos como uma importante fonte de despesa autárquica (responsáveis, em 2005, por 14% do total da despesa, como já vimos, revelando o acentuado intervencionismo do município no processo de desenvolvimento urbano com o objectivo de propiciar condições de incremento aos sectores cultural, desportivo e de acção social, e com vista à renovação e integração urbanas.

Por outro lado, de forma a garantir a transparência e objectividade, o processo de atribuição destes apoios tem sido objecto de enquadramento normativo interno, através de protocolos.

O actual classificador económico desagrega as transferências efectuadas pelos municípios em três rubricas: Transferências Correntes, Transferências de Capital e Subsídios. Em Transferências Correntes registaram-se todas aquelas que se destinaram a apoiar o funcionamento de diversas Instituições Particulares com interesse municipal. Inscrevem-se também nesta rubrica as transferências para as freguesias, quer se destinem a apoiar o seu funcionamento quer se destinem à concretização de protocolos celebrados com o município (estas últimas tem a sua inscrição no Plano).

Em Subsídios registam-se todos os fluxos monetários não reembolsáveis transferidos para as empresas municipais e que se destinem a despesas de funcionamento.

Finalmente, em Transferências de Capital são registadas todas as transferências que tenham como objectivo o financiamento de despesas de capital das entidades beneficiárias, incluindo as empresas municipais.

O Quadro n.º 13 espelha a natureza e montante das transferências efectuadas no ano em análise, sendo as transferências para as freguesias objecto de discriminação no Quadro n.º 14.

**Quadro n.º13**  
Transferências e Subsídios Concedidos

(Un: Euros)

Transferências e Subsídios Concedidos	Compromissos	Despesa Realizada	
		Paga	Não Paga
<b>Transferências Correntes</b>	<b>5.797.865,57</b>	<b>5.733.469,64</b>	<b>64.395,93</b>
Transferências para freguesias	2.120.722,78	2.120.722,78	0,00
Assembleia Distrital	2.458,08	2.458,08	0,00
Outras	3.674.684,71	3.610.288,78	64.395,93
<b>Transferências de Capital</b>	<b>8.551.905,24</b>	<b>7.667.576,02</b>	<b>884.329,22</b>
Transferências para freguesias	100.000,00	100.000,00	0,00
Lipor	1.416.857,17	1.319.173,06	97.684,11
Matosinhos Sport	250.000,00	250.000,00	0,00
SMAS	2.178.004,01	1.691.579,65	486.424,36
Outras	4.607.044,06	4.306.823,31	300.220,75
<b>Subsídios</b>	<b>1.150.000,00</b>	<b>1.150.000,00</b>	<b>0,00</b>
Matosinhos Sport	1.150.000,00	1.150.000,00	0,00
<b>Total</b>	<b>15.499.770,81</b>	<b>14.551.045,66</b>	<b>948.725,15</b>

Como tivemos já oportunidade de ver, as Transferências Correntes, quer em termos de compromissos, quer em termos de execução, representam cerca de dois terços das de Capital – situação diversa da sucedida em 2004, em que representavam metade das de Capital.

No que respeita às Transferências Correntes, verifica-se um aumento acentuado no montante concedido em 2005 face a 2004 em 1.235.742,42 euros.

As transferências para as freguesias, no âmbito dos protocolos realizados, ascenderam a um valor de 2.017.807,95 euros.

Dentro das Transferências de Capital, só a Lipor teve um crescimento de 44% em relação à despesa efectuada em 2004; o apoio dado ao investimento da Matosinhosport diminuiu, passando de 692.500,00 €, em 2004 para 250.000,00 €, em 2005, assim como, as transferências para os SMAS tiveram um decréscimo, a que se deve a redução das verbas de Fundos Comunitários, que tinham como destino subsidiar investimento efectuados pelos Serviços Municipalizados. Também as Outras Transferências apresentaram um crescimento de cerca de 49%, de onde se deve salientar o apoio, em termos de investimento, dado a instituições de carácter desportivo e social.

Finalmente, olhando agora para os Subsídios, cabe apenas a referência de que o valor atribuído à Matosinhosport, para subsidiar despesas de funcionamento, passou de 877.000,00 €, em 2004, para 1.150.000,00 €, em 2005.

Nos termos da alínea s) do n.º 2 do artigo 53.º e artigo n.º66 da Lei n.º5-A/2002 de 11 de Janeiro, que estabelece o quadro de competências dos órgãos dos municípios e das freguesias, foi autorizado à Câmara Municipal delegar competências próprias nas Juntas de Freguesia, mediante a celebração de protocolos onde figurem os direitos e obrigações de ambas as partes, os meios financeiros, técnicos e humanos.

Assim, em 2005, à semelhança do que tem sido prática corrente dos últimos anos, foram celebrados protocolos, onde se definiram domínios de intervenção, que deram origem à distribuição, por freguesias, das verbas indicadas no quadro seguinte.

**Quadro n.º14**  
Transferências para as Freguesias

(Un: Euros)

Transferências para freguesias	Compromissos							Despesa Realizada	
	Delegação Competências	Educação	Área Social	Eleições	Verba STAPE Recenc. Eleitoral	Outros	Total	Paga	Não Paga
Custóias	171.704,01	49.557,35	1.500,00	8.771,42	229,53	15.901,20	247.663,51	247.663,51	0,00
Guifões	110.154,86	43.689,54	1.500,00	7.266,55	182,63	0,00	162.793,58	162.793,58	0,00
Lavra	120.816,43	54.012,87	2.500,00	7.252,43	177,46	6.000,00	190.759,19	190.759,19	0,00
Leça do Balio	229.796,14	48.227,84	5.000,00	8.051,18	222,52	0,00	291.297,68	291.297,68	0,00
Leça da Palmeira	45.939,86	54.711,14	1.500,00	10.206,12	240,49	0,00	112.597,61	112.597,61	0,00
Matosinhos	82.191,57	120.729,78	1.500,00	19.623,68	359,68	0,00	224.404,71	224.404,71	0,00
Perafita	261.911,64	151.029,73	15.000,00	8.025,26	210,11	100.000,00	536.176,74	536.176,74	0,00
S. Mamede Infesta	55.764,31	81.928,48	2.500,00	14.553,13	293,89	0,00	155.039,81	155.039,81	0,00
S.ta Cruz do Bispo	89.795,86	32.164,22	2.500,00	3.671,26	150,71	0,00	128.282,05	128.282,05	0,00
S.ra da Hora	41.604,66	115.176,46	1.500,00	13.132,53	294,25	0,00	171.707,90	171.707,90	0,00
<b>Total</b>	<b>1.209.679,34</b>	<b>751.227,41</b>	<b>35.000,00</b>	<b>100.553,56</b>	<b>2.361,27</b>	<b>121.901,20</b>	<b>2.220.722,78</b>	<b>2.220.722,78</b>	<b>0,00</b>

Para além desses montantes, foram ainda transferidas, conforme podemos ver no Quadro n.º 14, verbas provenientes do Ministério da Administração Interna – STAPE (Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral) –, em que o Município funcionou como mero intermediário, referentes ao recenseamento eleitoral e às despesas com as eleições para o Parlamento Europeu.

### 3.3 Despesas de Funcionamento

A desagregação da Despesa Total pode obedecer a vários critérios, nomeadamente à classificação económica, à classificação funcional ou à classificação orgânica, tendo sido os dois primeiros objecto de análise neste relatório. Podemos ainda desagregá-la, verticalmente, em despesas inscritas nas Grandes Opções do Plano e Despesas de Funcionamento, de acordo com o quadro seguinte.

**Quadro n.º15**  
Despesas de Funcionamento

(Un: Euros)

Capítulos	PPI	PAM	Desp. Funcionamento	Total
<b>Despesas Correntes</b>	<b>0,00</b>	<b>22.400.898,71</b>	<b>26.537.223,75</b>	<b>48.938.122,46</b>
01 Despesas com o Pessoal	0,00	0,00	17.045.634,78	17.045.634,78
02 Aquisição de Bens e Serviços	0,00	15.541.376,45	5.646.839,59	21.188.216,04
03 Juros e Outros Encargos	0,00	0,00	832.923,49	832.923,49
04 Transferências Correntes	0,00	5.628.096,73	105.372,91	5.733.469,64
05 Subsídios	0,00	1.150.000,00	0,00	1.150.000,00
06 Outras Despesas Correntes	0,00	81.425,53	2.906.452,98	2.987.878,51
<b>Despesas de Capital</b>	<b>35.186.882,01</b>	<b>7.667.576,02</b>	<b>4.241.882,63</b>	<b>47.096.340,66</b>
07 Aquisição de Bens de Capital	34.596.882,01	0,00	0,00	34.596.882,01
08 Transferências de Capital	0,00	7.667.576,02	0,00	7.667.576,02
09 Activos Financeiros	590.000,00	0,00	0,00	590.000,00
10 Passivos Financeiros	0,00	0,00	4.241.882,63	4.241.882,63
11 Outras Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total da Despesa</b>	<b>35.186.882,01</b>	<b>30.068.474,73</b>	<b>30.779.106,38</b>	<b>96.034.463,12</b>

Assim, pela análise do Quadro n.º 15, vemos que as despesas afectas ao PAM e as de Funcionamento têm pesos muito semelhantes no cômputo da Despesa Total – 31% e 32% respectivamente; já o peso do PPI, ao contrário do ano anterior, é superior – representa cerca de 37% da totalidade da despesa. Trata-se de uma distribuição bastante mais equitativa.

Se, às despesas de funcionamento, retirarmos os encargos relacionados com o serviço da dívida (Juros e Outros Encargos e Passivos Financeiros), uma vez que os empréstimos em causa servem exclusivamente para financiar despesas de investimento e não despesas de funcionamento, chegaremos a uma estrutura ligeiramente diferente: já que os encargos financeiros são responsáveis por 5,3% do total da despesa, os encargos de funcionamento teriam apenas um peso de 26,79%.

### 3.3.1 Despesas com Pessoal – Limite Legal

Nos termos do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 116/84 de 6 de Abril, pela redacção que lhe foi dada pela Lei n.º44/85 de 13 de Setembro, as despesas efectuadas com o pessoal do quadro não poderão exceder 60% do valor da receita corrente arrecadada no ano anterior. Paralelamente, o plafond imposto para as despesas com pessoal em qualquer outra situação é de 25% do limite atrás apontado.

No entanto, a Lei n.º 11/2003 de 13 de Maio, que estabelece o regime de criação, o quadro de atribuições e competências das comunidades intermunicipais de direito público e o funcionamento dos seus órgãos, veio determinar, no seu artigo 33.º, que as despesas efectuadas com o pessoal do quadro próprio ou outro relevam para efeitos do limite estabelecido na lei para as despesas com pessoal do quadro dos municípios associados.

Da conjugação das duas leis anteriormente mencionadas, depreende-se que os custos que relevam para aqueles limites não são apenas os do pessoal do município, mas também os dos funcionários da Lipor, de acordo com a forma de imputação deliberada pela assembleia intermunicipal. O Quadro n.º 16, inclui os encargos suportados pela Autarquia e pela LIPOR, na quota parte da participação da Câmara – que para o ano de 2005 foi de 14,19% – e os respectivos limites, apurados com base na receita corrente do ano económico de 2004, 60.828.648,02 euros. Em qualquer uma das situações ficamos muito aquém dos limites: os custos com pessoal do quadro representam apenas 34% do 1º limite, e os custos do pessoal em qualquer outra situação representam cerca de 7% do 2º limite.

**Quadro n.º16**  
Limite das Despesas com Pessoal

(Un: Euros)

Class. Económica	Câmara	LIPOR	Total
<b>Custos com Pessoal do Quadro</b>	<b>12.227.941,82</b>	<b>207.450,04</b>	<b>12.435.391,86</b>
010103 - Pessoal Quadro - Regime da Função Pública	9.635.150,81	150.102,07	9.785.252,88
010108 - Pessoal aguardando aposentação	8.566,36	468,49	9.034,85
010113 - Subs. Refeição	812.624,97	22.004,93	834.629,90
010114 - Subs. Férias e de Natal	1.780.945,64	34.874,55	1.815.820,19
010115 - Remunerações por doença e Matern./Paternid.	316.526,30	0,00	316.526,30
<b>(A) Limite = 60% Receitas Correntes 2004</b>			<b>36.497.188,81</b>
<b>Custos com Pessoal em qualquer outra situação</b>	<b>589.095,21</b>	<b>83.552,62</b>	<b>672.647,83</b>
		14.310,93	14.310,93
010106 - Pessoal contratado a termo	334.729,87	32.986,64	367.716,51
010107 - Pessoal em regime de tarefa ou avença	220.624,16	50.565,98	271.190,14
010109 - Pessoal em qualquer outra situação	0,00	0,00	0,00
010113 - Subs. Refeição	22,369,15		22,369,15
010114 - Subs. Férias e de Natal	6.256,07		6.256,07
<b>Limite = 25% de (A)</b>			<b>9.124.297,20</b>

**Nota:** Como a LIPOR não consegue desagregar os Subsídios de Refeição, Férias e Natal entre pessoal do quadro e o outro pessoal, optamos por considerar o valor total desses subsídios sujeitos ao limite (A), que é o mais restritivo.

## 4. FINANCIAMENTO DO ORÇAMENTO

### 4.1 Poupança Corrente, Investimento Municipal e suas principais Fontes de Financiamento

O princípio do equilíbrio orçamental (ex-ante), consagrado no ponto 3.1.1 do POCAL, determina que o orçamento prevê os recursos necessários para cobrir todas as despesas, e as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes. Não exige qualquer igualdade substancial, ou seja, a cobertura de certos tipos de despesa com certo tipo de receita, nem refere o equilíbrio ex-post, conforme era imposto no anterior enquadramento da Contabilidade Pública Autárquica.

No entanto, esta norma manteve-se presente na execução orçamental desenvolvida pela autarquia, permitindo, assim, a formação de poupança corrente, com vista à sua aplicação na despesa de investimento.

De facto, em termos previsionais corrigidos, ao apresentar-se uma Receita Corrente de 91.214.897,16 euros, e uma Despesa Corrente de 62.467.400,39 euros, está-se a propor uma poupança corrente de cerca de 28,7 milhões de euros. Em termos de execução orçamental, foi possível realizar uma Poupança Corrente de cerca de 22 milhões de euros.

**Quadro n.º17**  
Investimento e suas Fontes de Financiamento

(Un: Euros)

Designação	Valor
<b>Investimento (a)</b>	<b>42.264.458,03</b>
1 - Receitas de Capital	18.254.601,46
Vendas de Bens de Investimento	192.700,00
FGM (Capital)	6.285.273,00
Fundos Comunitários	2.799.489,49
Outras Transferências de Capital	6.650.741,97
Recurso ao Crédito	2.322.057,00
Outras Receitas de Capital	4.340,00
2 - Poupança Corrente	21.940.040,49
3 - Rep. não abatidas aos pagamentos	14.522,81
4 - Saldo da Gerência Anterior	18.427.876,61
<b>Total Fontes de Financiamento (1+2+3+4)</b>	<b>58.637.041,37</b>
<b>Investimento/ Fontes de Financiamento (%)</b>	<b>72,08%</b>

(a) Investimento directo + indirecto (transferências de capital para outras entidades)

Pela análise do quadro anterior, podemos verificar que o Investimento absorveu cerca de 72% das receitas provenientes das diversas fontes de financiamento, sendo que a Poupança Corrente e o Saldo da Gerência anterior aparecem com os maiores contributos. No entanto, é talvez importante lembrar que o

Investimento directo e indirecto não traduz a globalidade dos esforços realizados pelas autarquias locais nesta área, uma vez que não reflecte, nomeadamente as verbas despendidas através de obras realizadas por administração directa.

#### 4.2 Mapa dos Fluxos de Caixa

O mapa de fluxos de caixa funciona como um documento síntese de toda a execução orçamental, articulando e equilibrando os recebimentos e os pagamentos, quer de operações orçamentais quer de operações de tesouraria.

O resultado dos movimentos financeiros ocorridos durante a gerência de 2005, aparece reflectido no Quadro n.º18, verificando-se que as entradas de fundos corresponderam a cerca de 93,1 milhões de euros – 89,1 milhões provenientes de receitas orçamentais e cerca de 4 milhões resultantes de Operações de Tesouraria –, mais 11,3 milhões de euros do que no ano de 2004.

Desta forma, sendo a Despesa Global (cerca de 100 milhões de euros) superior em 7 milhões de euros à receita efectivamente cobrada, e existindo um saldo inicial de 19 milhões de euros, o saldo transitado para a gerência seguinte será de 12,1 milhões de euros. Este saldo poder-se-á decompor em 11.540.700,71 € como saldo de operações orçamentais e 568.355,38 € como saldo de operações de tesouraria.

**Quadro n.º18**  
Resumo dos Fluxos de Caixa

(Un: Euros)

Recebimentos		Pagamentos	
<b>Saldo da Gerência anterior</b>	<b>18.979.815,86</b>	<b>Despesas Orçamentais</b>	<b>96.034.463,12</b>
Execução Orçamental	18.427.876,61	Correntes	48.938.122,46
Operações de Tesouraria	551.939,25	Capital	47.096.340,66
<b>Receitas Orçamentais</b>	<b>89.147.287,22</b>	<b>Operações de Tesouraria</b>	<b>3.979.439,77</b>
Correntes	70.878.162,95	<b>Saldo para a Gerência Seguinte</b>	<b>12.109.056,09</b>
Capital	18.254.601,46	Execução Orçamental	11.540.700,71
Outras	14.522,81	Operações de Tesouraria	568.355,38
<b>Operações de Tesouraria</b>	<b>3.995.855,90</b>		
<b>Total</b>	<b>112.122.958,98</b>	<b>Total</b>	<b>112.122.958,98</b>

Talvez seja útil referir que são consideradas Operações de Tesouraria as cobranças que os serviços autárquicos realizam para terceiros. São operações de entrada e saída de fundos à margem do orçamento, sendo apenas objecto de movimentação contabilística no sistema da contabilidade patrimonial.

O Quadro n.º 19 apresenta estas movimentações de fundos agrupadas por destinatários, com a inclusão do saldo da gerência anterior e a obtenção do saldo para a gerência seguinte.

Da análise do quadro podemos verificar que, no ano de 2005, o fluxo financeiro de entradas em cofre e destinados a outras entidades foi de 3.995.855,90 euros, enquanto que os movimentos de saída totalizaram o valor de 3.979.439,77 euros.

**Quadro n.º19**

Detalhe dos Fluxos de Operações de Tesouraria em 2005

(Un: Euros)

Descrição	Saldo Inicial	Entrada	Saída	Saldo Final
Cobranças para o Estado	148.860,90	1.553.677,78	1.571.059,99	131.478,69
Contribuições para a Segurança Social	129.893,64	1.613.186,00	1.612.289,44	130.790,20
Cobranças para Sindicatos	3.256,28	41.283,28	41.109,25	3.430,31
Cobranças para Administração Autárquica	1.844,65	352.626,83	330.242,06	24.229,42
Cobranças relativas a quotizações	3.939,31	49.658,88	49.461,26	4.136,93
Outras	264.144,47	385.423,13	375.277,77	274.289,83
<b>Total</b>	<b>551.939,25</b>	<b>3.995.855,90</b>	<b>3.979.439,77</b>	<b>568.355,38</b>

**4.3 Contas de Ordem**

As contas de ordem têm por finalidade contabilizar factos ou circunstâncias que não produzem modificações no património da autarquia, mas que representam possibilidades de futuras alterações ao mesmo. São objecto de registo nestas contas: as garantias e/ou cauções tituladas a favor da autarquia; as garantias tituladas pela autarquia a favor de terceiros; e a cobrança de receita virtual (os chamados recibos para cobrança).

O Quadro n.º20 reflecte os movimentos ocorridos nas contas de ordem, durante o ano em análise.

**Quadro n.º20**

Movimentação das Contas de Ordem em 2005

(Un: Euros)

<b>Saldo da Gerência anterior</b>	<b>19.525.107,26</b>	Garantias e Cauções accionadas	0,00
Garantias e Cauções	1.569.574,19	Garantias e Cauções devolvidas	273.239,34
Recibos para cobrança	17.955.533,07	Receita Virtual Cobrada	13.224,17
		Receita Virtual Anulada	1.288,57
Garantias e Cauções prestadas	1.132.198,27	<b>Saldo para a Gerência seguinte</b>	<b>23.784.122,89</b>
Receita Virtual Liquidada	3.414.569,44	Garantias e Cauções	2.428.533,12
		Recibos para cobrança	21.355.589,77
<b>Total</b>	<b>24.071.874,97</b>	<b>Total</b>	<b>24.071.874,97</b>

No início do ano de 2005, a autarquia detinha cerca de 18 milhões de euros de recibos para cobrança (receita virtual), a que acresceu durante o ano o montante de 3,4 milhões de euros. No entanto, cerca de 13,2 mil euros foram transformados em receita efectiva e 1,2 mil euros foram anulados, pelo que transitou para 2006 um valor de débitos ao tesoureiro que ascende a 21,4 milhões de euros.

Por outro lado, para 2006 transita um valor de fundos caucionados na ordem dos 2,4 milhões de euros, resultante de um saldo inicial de 1,6 milhões de euros, a que acresceu a prestação de 1,1 milhões de euros, deduzida da libertação de cauções em cerca de 273 mil euros.

## 5. ANÁLISE PATRIMONIAL

## 5.1 Evolução da Situação Económica e Financeira

O Balanço pretende retratar a estrutura económico-financeira, apresentando a situação do património da autarquia à data de encerramento de um exercício, dando a conhecer, por um lado, o Activo, constituído pelos bens e direitos que representam a aplicação de fundos, isto é, a sua estrutura económica, e, por outro lado, o Passivo e Capital Próprio que representam a estrutura financeira, ou seja, a origem de fundos.

## 5.1.1 Análise do Balanço

## 5.1.1.1 Estrutura e Evolução

Quadro n.º 21

Balanço

(Un: Euros)

Descrição	2004		2005		Variação	
	Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	%
<b>ACTIVO</b>						
IMOBILIZADO	448.064.207,56	90,9	469.777.929,77	93,4	21.713.722,21	4,8
Bens de Domínio Público	139.261.231,38	28,2	145.370.322,73	28,9	6.109.091,35	4,4
Imobilizações Incorpóreas	469.467,01	0,1	469.269,01	0,1	-198,00	0,0
Imobilizações Corpóreas	304.611.247,29	61,8	319.816.076,14	63,6	15.204.828,85	5,0
Investimentos Financeiros	3.722.261,88	0,8	4.122.261,89	0,8	400.000,01	10,7
CIRCULANTE	44.918.920,50	9,1	33.227.847,31	6,6	-11.691.073,19	-26,0
Existências	356.500,37	0,1	474.319,16	0,1	117.818,79	33,0
Dívidas de Terceiros - Médio/ Longo Prazos	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
Dívidas de Terceiros - Curto Prazo	21.658.601,97	4,4	13.499.559,50	2,7	-8.159.042,47	-37,7
Títulos Negociáveis	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
Disponibilidades	20.549.390,06	4,2	14.537.589,22	2,9	-6.011.800,84	-29,3
Acréscimos e Diferimentos	2.354.428,10	0,5	4.716.379,43	0,9	2.361.951,33	100,3
<b>TOTAL DO ACTIVO</b>	<b>492.983.128,06</b>	<b>100,0</b>	<b>503.005.777,08</b>	<b>100,0</b>	<b>10.022.649,02</b>	<b>2,0</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>						
FUNDOS PRÓPRIOS	381.808.769,60	100,0	387.698.707,54	100,0	5.889.937,94	1,5
Património	361.966.920,51	94,8	372.529.459,67	96,1	10.562.539,16	2,9
Reservas de Reavaliação	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
Reservas Legais	1.143.815,76	0,3	1.573.296,36	0,4	429.480,60	37,5
Reservas Livres	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
Subsídios	2.901.726,91	0,8	2.901.726,91	0,7	0,00	0,0
Doações	1.601.656,76	0,4	1.601.656,76	0,4	0,00	0,0
Resultados Transitados	5.605.037,66	1,5	5.778.019,93	1,5	172.982,27	3,1
Resultado Líquido do Exercício	8.589.612,00	2,2	3.314.547,91	0,9	-5.275.064,09	-61,4
PASSIVO	111.174.358,46	100,0	115.307.069,54	100,0	4.132.711,08	3,7
Empréstimos a Médio e Longo Prazo	59.310.729,03	53,3	57.390.910,03	49,8	-1.919.819,00	-3,2
Dívidas a Terceiros - Curto Prazo	3.052.129,02	2,7	5.876.228,51	5,1	2.824.099,49	92,5
Acréscimos e Diferimentos	48.811.500,41	43,9	52.039.931,00	45,1	3.228.430,59	6,6
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>	<b>492.983.128,06</b>	<b>100,0</b>	<b>503.005.777,08</b>	<b>100,0</b>	<b>10.022.649,02</b>	<b>2,0</b>

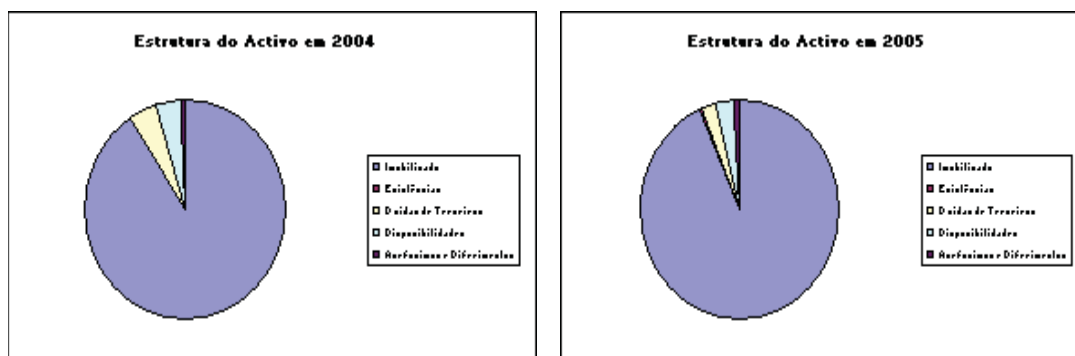
Pela análise do Balanço resumido acima apresentado, constata-se que o Activo aumentou cerca de 2%, enquanto que os Capitais Próprios e o Passivo tiveram um crescimento de 1,5% e 3,7% respectivamente.

Podemos ainda verificar que o Fundo de Maneio da Autarquia (excesso do capital circulante face às dívidas a curto prazo) passou de 41.866.791,48 € em 31/12/2004 para 27.351.618,80 € em 31/12/2005, assistindo a um decrescimento de cerca de 35%.

No que toca à estrutura do Balanço, existem algumas diferenças comparando 2005 com 2004; mais adiante iremos analisar cada uma das componentes.

Pela análise da estrutura do Activo, podemos constatar que houve uma queda significativa do peso relativo do Activo Circulante (particularmente das Dívidas de Terceiros de curto prazo e das Disponibilidades) e um ligeiro aumento do peso do Activo Fixo (concretizado nas Imobilizações Corpóreas e Bens de domínio público).

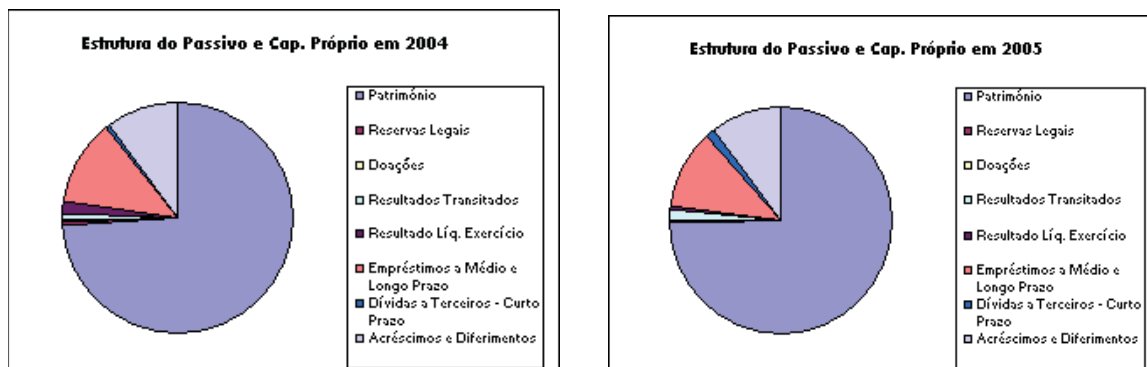
Gráfico 4



No que diz respeito à estrutura do Passivo, notamos uma diminuição do peso dos Empréstimos a Médio e Longo Prazo e um aumento do peso das Dívidas de Terceiros a Curto Prazo e dos Acréscimos e Diferimentos, que se traduziu, em 2005, num aumento do seu valor em cerca de 4,13 milhões de euros.

Também a estrutura dos Fundos Próprios é muito semelhante à de 2004, com a excepção do Resultado Líquido do Exercício, representando no final do exercício 387.698.707,54 €, sendo que cerca de 96% deste valor corresponde ao Património do Município. A evolução ascendente desta componente do Balanço, que, entre 2004 e 2005, cresceu 1,5%, fica a dever-se à contribuição positiva da rubrica Património, cifrando-se em 372.529.459,67 €.

Gráfico 5



#### 5.1.1.2 Apreciação das principais contas

O **Imobilizado**, no seu cômputo geral, apresenta um crescimento de 4,8% face ao ano de 2004, a que corresponde um acréscimo de 21.713.722,21 €. Apesar do acréscimo do imobilizado, em termos brutos, ter sido na ordem dos 38 milhões de euros, as amortizações e reintegrações do exercício absorveram cerca de 16 milhões de euros.

No que concerne às **Dívidas de Terceiros**, que são exclusivamente de curto prazo, podemos constatar que o seu peso no total do Activo diminuiu cerca de 1,7 p.p., o que corresponde a uma variação negativa de 37,7% face ao ano de 2004, variação esta que fica a dever-se, principalmente, ao pagamento da dívida dos SMAS relativa a Taxa de Resíduos Sólidos, no montante de 9.814.459,30 €.

À semelhança das dívidas de terceiros, as **Disponibilidades** também diminuíram cerca de 29%, totalizando 14.537.589,22 €, dos quais 13.351.308,24 € eram constituídos por depósitos em instituições financeiras e 1.186.280,98 € por valores em caixa. Em termos económicos, 2.996.888,51 € dizem respeito a operações de tesouraria lato sensu, constituindo os restantes 11.540.700,71 € o saldo de gerência orçamental.

Quanto aos **Acréscimos e Diferimentos**, pela análise do Balanço verificamos que o seu peso no Activo duplicou face ao de 2004, obtendo um acentuado crescimento do seu valor absoluto. Este acréscimo ficou-se a dever essencialmente ao aumento dos Acréscimos de Proveitos referentes aos Impostos Directos (Imposto Municipal sobre Imóveis, que veio substituir a Contribuição Autárquica, e Impostos Municipais sobre Transmissões Onerosas de Imóveis, que veio substituir a antiga SISA), resultante da aplicação da Lei n.º 14/2003, de 30 de Maio.

O aumento do **Património** decorreu principalmente da proposta de aplicação dos resultados de 2004, aprovada em deliberação da Assembleia de 28 de Abril de 2005, mas também pela introdução de novos elementos do activo que deveriam ter sido registados no Balanço Inicial.

Também a conta de **Reservas Legais** revelou um acréscimo decorrente da aplicação dos resultados de 2004, que, por imposição do ponto 2.7.3.5 do POCAL, foi reforçada em 5% do Resultado Líquido do Exercício, o que correspondeu a um acréscimo de 429.480,60 €.

A conta do Resultado Líquido do Exercício será objecto de análise no ponto seguinte.

No que se refere às **Dívidas a Terceiros** de médio e longo prazos, elas resumem-se aos empréstimos contratados pela autarquia, que sofreram um decréscimo de 3,2% decorrente em parte de uma redução em 51% de utilização de empréstimos.

Relativamente às **Dívidas a Terceiros**, mas de curto prazo, podemos, pela análise do Balanço, constatar que sofreram um aumento de cerca de 93%, explicado, essencialmente, pelo volume de facturas em recepção e conferência no final do ano de 2005, fruto do encerramento tardio do ano económico.

Os **Proveitos Diferidos** aumentaram em cerca de 9% devido à homologação de Candidaturas de Fundos Comunitários, relativas à comparticipação de investimentos.

## 5.1.2 Análise da Demonstração de Resultados

Com a Demonstração de Resultados pretende-se aferir o grau de eficiência económica atingido, de forma a prognosticar a capacidade da autarquia em gerar fluxos de caixa.

**Quadro n.º 22**  
Demonstração de Resultados

(Un: Euros)

Descrição	2004		2005		Variação	
	Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	%
<b>CUSTOS E PERDAS</b>						
Custo da Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	844.369,88	1,2	1.009.182,92	1,3	164.813,04	19,5
Fornecimentos e Serviços Externos	17.582.644,94	25,6	20.379.433,20	27,2	2.796.788,26	15,9
Custos com o Pessoal	17.623.417,61	25,7	16.876.985,27	22,5	-746.432,34	-4,2
Transferências e Subs. Correntes Concedidos e Prestações Sociais	5.374.727,22	7,8	6.911.567,85	9,2	1.536.840,63	28,6
Amortizações do Exercício	15.647.932,47	22,8	16.183.001,75	21,6	535.069,28	3,4
Provisões do Exercício	3.671.582,16	5,4	3.819.215,15	5,1	147.632,99	4,0
Outros Custos Operacionais	293.824,65	0,4	258.865,68	0,3	-34.958,97	-11,9
<b>(A) Custos e Perdas Operacionais</b>	<b>61.038.498,93</b>	<b>89,0</b>	<b>65.438.251,82</b>	<b>87,2</b>	<b>4.399.752,89</b>	<b>7,2</b>
Custos e Perdas Financeiros	1.864.168,29	2,7	1.762.048,71	2,3	-102.119,58	-5,5
<b>(C) Custos e Perdas Correntes</b>	<b>62.902.667,22</b>	<b>91,8</b>	<b>67.200.300,53</b>	<b>89,6</b>	<b>4.297.633,31</b>	<b>6,8</b>
Custos e Perdas Extraordinários	5.648.774,27	8,2	7.807.937,64	10,4	1.969.163,37	38,2
<b>Total dos Custos e Perdas (E)</b>	<b>68.551.441,49</b>	<b>100,0</b>	<b>75.008.238,17</b>	<b>100,0</b>	<b>6.266.796,68</b>	<b>9,4</b>
<b>PROVEITOS E GANHOS</b>						
Vendas e Prestações de Serviços	3.660.330,20	4,7	3.409.591,79	4,4	-250.738,41	-6,9
Impostos e Taxas	45.587.694,86	59,1	48.556.070,85	62,0	2.968.375,99	6,5
Trabalhos para a Própria Entidade	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
Proveitos Suplementares	0,01	0,0	0,00	0,0	-0,01	0,0
Transferências e Subsídios Obtidos	18.435.876,40	23,9	19.187.179,39	24,5	751.302,99	4,1
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
<b>(B) Proveitos e Ganhos Operacionais</b>	<b>67.683.901,47</b>	<b>87,7</b>	<b>71.152.842,03</b>	<b>90,8</b>	<b>3.468.940,56</b>	<b>5,1</b>
Proveitos e Ganhos Financeiros	1.531.810,37	2,0	1.462.727,33	1,9	-69.083,04	-4,5
<b>(D) Proveitos e Ganhos Correntes</b>	<b>69.215.711,84</b>	<b>89,7</b>	<b>72.615.569,36</b>	<b>92,7</b>	<b>3.399.857,52</b>	<b>4,9</b>
Proveitos e Ganhos Extraordinários	7.925.341,65	10,3	5.707.216,72	7,3	-2.218.124,93	-28,0
<b>Total dos Proveitos e Ganhos (F)</b>	<b>77.141.053,49</b>	<b>100,0</b>	<b>78.322.786,08</b>	<b>100,0</b>	<b>1.181.732,59</b>	<b>1,5</b>
<b>Resultados Operacionais: (B) - (A)</b>	<b>6.645.402,54</b>		<b>5.714.590,21</b>		<b>-930.812,33</b>	
<b>Resultados Financeiros: (D-B) - (C-A)</b>	<b>-332.357,92</b>		<b>-299.321,38</b>		<b>33.036,54</b>	
<b>Resultados Correntes: (D) - (C)</b>	<b>6.313.044,62</b>		<b>5.415.268,83</b>		<b>-897.775,79</b>	
<b>Resultados Extraordinários:</b>	<b>2.276.567,38</b>		<b>-2.100.720,92</b>		<b>-4.187.288,30</b>	
<b>Resultado Líquido do Exercício: (F) - (E)</b>	<b>8.589.612,00</b>		<b>3.314.547,91</b>		<b>-5.085.064,09</b>	

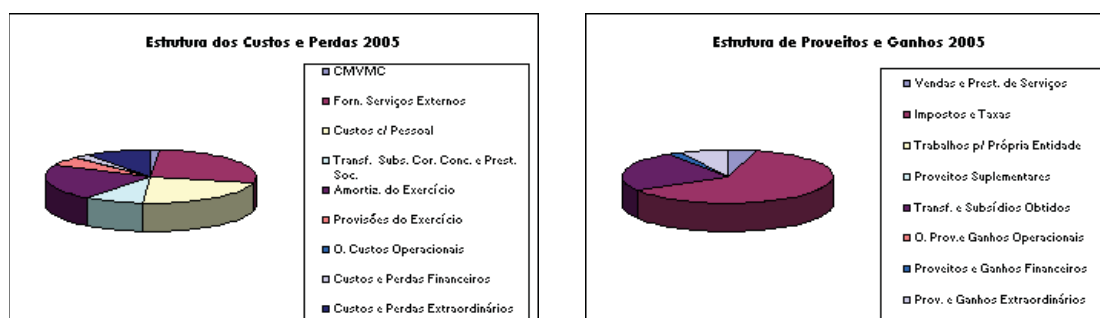
Podemos verificar, pela análise de Quadro n.º 22, que se assistiu a um aumento quer de custos quer de proveitos, entre 2004 e 2005, embora os primeiros tenham sofrido uma aumento superior aos segundos, traduzindo-se numa redução significativa do Resultado Líquido do Exercício.

A estrutura da Demonstração de Resultados sofreu algumas alterações, senão vejamos: relativamente aos custos, o peso dos custos e perdas extraordinários aumentou em face dos restantes, especialmente dos operacionais, contrariamente aos proveitos e ganhos onde o peso dos operacionais aumentou face à diminuição dos financeiros e extraordinários. Ora, isto revela a capacidade da autarquia gerar rendimentos a partir da sua actividade principal, principalmente ao nível dos impostos indirectos e das taxas cobradas pela autarquia.

Analisando a estrutura dos Custos e Perdas, podemos constatar que a sua estrutura se alterou um pouco face a 2004. De facto, assistimos a um ligeiro aumento do contributo dos Fornecimentos e Serviços Externos, ao contrário dos Custos com Pessoal que diminuíram. Também as Amortizações e as Provisões do Exercício assistiram a uma diminuição do seu contributo para os custos totais.

Do lado dos Proveitos, apesar de assistirmos a uma diminuição do peso das Vendas e Prestações de Serviços, tanto os Impostos e Taxas como as Transferências e Subsídios Obtidos viram o seu peso aumentar, o que implicou um acréscimo nos proveitos operacionais do Município. Convém ainda salientar um decréscimo importante ao nível dos proveitos extraordinários, bem como dos proveitos financeiros.

Gráfico 6



#### 5.1.2.1 Evolução das principais rubricas

Os Fornecimentos e Serviços Externos aumentaram em cerca de 16%, nomeadamente ao nível da Prestação de Serviços de varreduras e recolhas, conservação e reparação, publicidade, limpeza e higiene, vigilância e segurança e trabalhos especializados, apesar da retracção dos custos verificados ao nível electricidade (iluminação pública), da água e das rendas e alugueres.

Os Custos com Pessoal tiveram uma variação negativa de cerca de 4%, decorrente da diminuição dos custos relativos a vencimentos do pessoal não pertencente ao quadro, das pensões, dos encargos sobre remunerações, das despesas de saúde e seguros de saúde.

Por outro lado, as Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais tiveram um acréscimo de cerca de 29%, a que corresponde um valor de 1.536.840,63 €, fruto, essencialmente, do aumento das transferências para as freguesias e para a empresa municipal Matosinhos Sport.

Também as Provisões do Exercício tiveram um crescimento, de 2004 para 2005, de cerca de 4%, justificado pelo não pagamento, por parte das empresas petrolíferas, das taxas pela ocupação do subsolo.

Relativamente às Amortizações do Exercício houve um acréscimo ligeiro face ao ano anterior, o que não é de admirar face ao aumento líquido do imobilizado verificado na gerência em análise.

Pela análise da Demonstração de Resultados, podemos ainda verificar que os Custos e Perdas Financeiras decresceram cerca de 6%, resultante da diminuição dos encargos com os juros de empréstimos bancários.

Outro crescimento importante verificou-se ao nível dos Custos e Perdas Extraordinárias, cifrando-se em mais de 2,1 milhões de euros e representando um acréscimo de cerca de 38,2%. Esta evolução decorre, por um lado, do aumento das transferências de capital concedidas à LIPOR e, por outro, do aumento das perdas em existências, alienação de imobilizações, redução do capital do Leixões Sport Club Futebol SAD, abates de imobilizado e de correcções relativas a exercícios anteriores.

Ao nível dos proveitos, dever-se-á referir que as Vendas e Prestações de Serviços tiveram uma quebra, que apesar de ser pouco significativa representou uma perda de 250.738,41 € face ao total dos proveitos.

A rubrica de Impostos e Taxas teve um aumento quer em termos do seu peso na receita total, quer em termos de variação face a 2004, de 6,5%, resultante da variação positiva dos Impostos Indirectos, particularmente dos Loteamentos e Obras relacionados com infraestruturas urbanísticas e do aumento dos Impostos Directos, nomeadamente, do Imposto Municipal Sobre Imóveis e do Imposto Municipal sobre Veículos.

Ao nível das Transferências e Subsídios Obtidos assistimos a um crescimento de cerca de 4%, que se consubstanciou em 751.302,99 euros, resultante da comparticipação, por parte da Petrogal, nos custos da autarquia com a Intervenção na Marginal de Leça da Palmeira (substituição de Pipelines entre o Porto de Leixões e a Refinaria).

Por outro lado, verificou-se uma diminuição de 4,5%, face ao ano anterior, dos Proveitos e Ganhos Financeiros, que é justificado, pela redução, por um lado, dos juros obtidos relativos a depósitos bancários de médio e longo prazo e, por outro, da bonificação de juros relativa a empréstimos que financiam a construção de habitação social.

Os Proveitos e Ganhos Extraordinários, como vimos atrás, sofreram uma diminuição do peso no total dos proveitos, em 3 p.p., e uma variação negativa de 28%, explicada pela subconta de correcções a exercícios anteriores, responsável pelo decréscimo de 3.314.891,34 euros: trata-se, essencialmente, da contabilização de impostos abolidos (SISA e Contribuição Autárquica) referentes a exercícios passados, que em 2005 tiveram um valor inferior ao de 2004.

### 5.1.2.2 Análise dos Resultados Líquidos

Procedendo a uma análise genérica, podemos concluir que, o resultado líquido do exercício diminuiu em relação ao ano anterior porque, apesar de neste exercício económico, os proveitos serem superiores aos custos, comparativamente a 2004 teve uma variação negativa de 61%. Por outro lado, os custos referentes aos resultados financeiros e extraordinários são superiores aos proveitos da mesma natureza, reflectindo-se numa diminuição do seu valor.

## 5.2 Dívida do Município

### 5.2.1 Evolução da Dívida e do Serviço da Dívida

O recurso ao endividamento autárquico está sempre dependente de duas variáveis: do nível de receitas arrecadadas e do volume de investimento a realizar.

Apesar da receita efectiva ter aumentado, relativamente ao ano transacto, como já vimos no ponto 2.1, o recurso ao crédito tem revelado uma importância estratégica para fazer face às crescentes despesas de investimento do nosso município.

**Quadro n.º 23**  
Evolução do Stock da Dívida

(Un: Euros)

Descrição	2002	2003	2004	2005
1- Dívida de Médio Longo Prazo no início do período	45.500.804,44	56.397.200,86	58.105.118,18	59.310.729,03
2 - Empréstimos contraídos e utilizados no período	12.218.699,13	3.275.348,58	4.532.108,11	2.322.057,00
3 - Juros Capitalizados	0,00	0,00	0,00	0,00
4 - Amortizações do período	1.322.302,71	1.567.431,26	3.326.497,26	4.241.882,63
5 - Rectificação de anos anteriores				6,63
<b>Dívida no final do período (1+2+3+4)</b>	<b>56.397.200,86</b>	<b>58.105.118,18</b>	<b>59.310.729,03</b>	<b>57.390.910,03</b>
<b>Taxa de Crescimento da Dívida</b>	<b>23,9%</b>	<b>3,0%</b>	<b>2,1%</b>	<b>-3,2%</b>

O quadro anterior espelha a evolução da dívida, referente ao Município (excluindo o empréstimo destinado aos SMAS), nos últimos quatro anos. Embora a tendência tenha sido ascendente até 2004, em 2005 essa tendência inverteu-se, uma vez que a dívida passou, nos dois últimos anos, de 59.310.729,03 para 57.390.910,03 euros. Convém, no entanto, referir que, no caso de Matosinhos, este facto não se prende com a imposição legal da restrição do recurso ao crédito, já que, como veremos mais adiante, a capacidade de endividamento está longe de ser atingida.

Analisando agora o Quadro n.º 24, podemos perceber que os encargos financeiros contribuíram em menor grau do que os passivos financeiros, mas que, no seu cômputo geral, o serviço da dívida teve um crescimento entre 2004 e 2005 – cerca de 21%. Este aumento deveu-se, por um lado, à amortização do “Empréstimo dos 7 milhões” da CGD, que em 2005, foi anual, enquanto que em 2004 apenas foi efectuada amortização do segundo semestre e, por outro lado, ao início do período de amortização do “Empréstimo complementar” da C.G.D.. Na realidade, estes dois empréstimos foram responsáveis, em 2005, por 39,2% do valor das amortizações de capital.

**Quadro n.º 24**  
Evolução do Serviço da Dívida

(Un: Euros)

Descrição	2002	2003	2004	2005
Juros	928.865,31	942.248,47	841.473,10	811.889,56
Amortizações	1.322.302,71	1.567.431,26	3.326.497,26	4.241.882,63
<b>Total</b>	<b>2.251.168,02</b>	<b>2.509.679,73</b>	<b>4.167.970,36</b>	<b>5.053.772,19</b>
<b>Taxa de Crescimento</b>	<b>36,9%</b>	<b>11,5%</b>	<b>66,1%</b>	<b>21,3%</b>

No que se refere aos juros, sofreram uma diminuição face a 2004, explicada, por um lado, pelo termo de 4 empréstimos, e, por outro, pela tendência de descida de taxas de juro durante o ano de 2005.

### 5.2.2 Limite da Capacidade de Endividamento

Em 2005, foi observado o limite de endividamento imposto pela Lei das Finanças Locais e da restante legislação em vigor (artigo 19.º da Lei n.º 55-B/2004 de 30 de Dezembro – OE para 2005; e artigo 51.º do Decreto-Lei n.º 57/2005 de 04 de Março – Lei de Execução do OE para 2005).

De acordo com a conjugação destas leis, os encargos anuais dos municípios com juros e amortizações dos empréstimos a médio e longo prazos, incluindo os das empresas municipais e associações de municípios em que participem (na percentagem da sua participação), não podem exceder o maior dos seguintes limites: 12,5% dos Fundos Base Municipal, Geral Municipal e de Coesão Municipal que caibam ao município, ou 10% das despesas realizadas para investimento no ano anterior. No entanto, o DL n.º 57/2005, no seu artigo 51.º, veio explicitar que não devem ser incluídos os encargos respeitantes a

empréstimos referidos no n.º 6 do artigo 24.º da Lei da Finanças Locais, nomeadamente: empréstimos para aquisição, construção ou recuperação de imóveis destinados a habitação social; empréstimos no âmbito do Programa Especial de Realojamento (PER); empréstimos para execução de projectos comparticipados por fundos comunitários; entre outros, desde que contratados antes de 31/12/2002, dando assim cumprimento ao estabelecido no n.º 1 do artigo 19.º da Lei n.º 55-B/2004, de 30 de Dezembro.

No Quadro n.º 25 agruparam-se os diversos empréstimos do município (incluindo o dos SMAS), de forma a evidenciar os encargos que relevam ou não para efeitos de determinação da capacidade de endividamento da autarquia.

Podemos constatar que o peso dos encargos que relevam para a capacidade de endividamento é inferior ao dos encargos que não relevam – 43,2% e 56,8% respectivamente .

No caso de Matosinhos, à semelhança do que tem acontecido nos últimos anos, o limite da capacidade de endividamento são os 10% do investimento realizado no ano anterior, já que este valor é superior a 12,5% dos Fundos Geral e Base atribuídos ao município.

**Quadro n.º 25**  
Evolução do Stock da Dívida

(Un: Euros)

Data do Contrato	Finalidade	Entidade Credora	Capital		Encargos do Ano		Encargos do Ano Vencidos e Não Pagos		Valores Acumulados		Capital em Dívida em 31/12/2005
			Contratado	Utilizado	Amortizações	Juros	Amortiz.	Juros	Amortizações	Juros Capit.	
24-07-1990	Const. Rede Viária	C.G.D.	1.271.935	1.271.935	142.669	3.756	0	0	1.271.935	0	0
24-07-1990	C. Ed. Esc. Inf. Urb. Agudela	C.G.D.	331.701	331.701	37.206	979	0	0	331.701	0	0
25-07-1990	C. Pav. Gimn. Desp. S. Hora/Custoias	C.G.D.	872.896	815.026	92.696	2.440	0	0	815.026	0	0
09-07-1997	Centro Ciencias Tec. Mar	C.G.D.	4.987.979	3.514.854	269.319	60.317	0	0	1.419.490	0	2.095.363
13-09-2000	Diversos empreendimentos (a)	BPI	9.975.958	9.623.866	891.372	183.003	0	0	1.764.927	0	7.858.938
03-10-2000	Diversos empreendimentos (b)	C.G.D.	9.975.958	3.516.566	332.867	62.374	0	0	968.008	0	2.548.557
08-10-2002	Financiamento complementar de diversos empreendimentos (d)	C.G.D.	2.908.766	2.162.294	90.069	69.549	0	0	90.069	0	2.072.225
<b>(A) Total do Serviço da Dívida para Efeitos de Cálculo da Capacidade de Endividamento</b>					<b>1.856.199</b>	<b>382.418</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>6.661.156</b>	<b>0</b>	<b>14.575.084</b>
08-10-1990	C. Conj. Hab. Biq. - 1.ª e 2.ª fase	C.G.D.	808.053	750.262	84.676	2.229	0	0	750.262	0	0
16-06-1994	Habitação - Biquinha 3	C.G.D.	490.857	490.857	24.981	7.051	0	0	130.409	37.331	397.779
16-06-1994	Habitação - Cruz de Pau	C.G.D.	719.306	719.306	36.872	10.408	0	0	189.492	57.313	587.127
16-06-1994	Habitação - Guarda/Perafita	C.G.D.	1.827.715	1.827.715	89.968	27.357	0	0	448.717	169.459	1.548.457
16-06-1994	Habitação - S. Gens	C.G.D.	1.950.100	1.950.100	97.347	28.535	0	0	516.905	179.322	1.612.517
<b>(B1) Total do Serviço da Dívida no Âmbito da Construção de Habitações Sociais</b>					<b>333.844</b>	<b>75.580</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2.035.786</b>	<b>443.425</b>	<b>4.145.880</b>
22-07-1996	Conj. Habit. Sendim	C.G.D.	6.014.774	5.865.100	203.176	116.050	0	0	1.102.634	0	4.762.467
09-08-1996	Conj. Habit. Soutelo	C.G.D.	535.465	519.463	18.296	10.115	0	0	104.818	0	414.646
09-08-1996	Conj. Habit. Custóias	C.G.D.	589.080	570.804	20.104	11.114	0	0	115.177	0	455.627
02-02-1998	Conj. Habit. S. Hora	C.G.D.	689.354	604.508	23.428	3.949	0	0	135.079	0	469.429
16-05-2000	Conj. Habit. Cruz de Pau	BPI	785.756	771.241	34.681	9.217	0	0	85.870	0	685.372
16-05-2000	Conj. Habit. Seixo	BPI	1.539.724	1.539.724	71.509	16.129	0	0	348.489	0	1.191.235
18-05-2000	Conj. Habit. Padrão Légua, Chouso e Perafita	BPI	2.388.778	2.241.987	108.216	10.712	0	0	425.010	0	1.816.976
07-11-2000	Diversos empreendimentos (c)	C.G.D.	36.549.031	28.907.098	1.572.431	176.606	0	0	2.354.960	0	28.874.195
<b>(B2) Total do Serviço da Dívida no Âmbito do Programa Especial de Realojamento</b>					<b>2.051.840</b>	<b>353.891</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>4.672.037</b>	<b>0</b>	<b>38.669.946</b>
24-07-1990	Conduta Adutora da Circunvalação (e)	C.G.D.	1.117.307	1.117.307	124.590	3.280	0	0	1.117.307	0	0
<b>(B3) Total do Serviço da Dívida no Âmbito da Execução de Projectos Comparticipados por QCA</b>					<b>124.590</b>	<b>3.280</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1.117.307</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>(B) Total do Serviço da Dívida sem Efeitos para o Cálculo da Capacidade de Endividamento</b>					<b>2.510.274</b>	<b>432.751</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>7.825.130</b>	<b>443.425</b>	<b>42.815.826</b>
<b>TOTAL GERAL DO SERVIÇO DA DÍVIDA (A) + (B)</b>					<b>4.366.472</b>	<b>815.170</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>14.486.286</b>	<b>443.425</b>	<b>57.390.910</b>

- (a) Construção Núcleo Cultural Matosinhos  
Par. Desp. Nascente Concelho  
Par. Desp. e Recreativo Leça da Palmeira
- Estudo e Revitalização da Marginal de  
(b) Matosinhos  
Parque de Estacionamento Zona Sudoeste da  
Cidade  
Construção de Piscinas Cobertas - Perafita e  
Custóias  
Nova Centralidade S. Mamede Infesta  
Obras Plano Circulação Parque Basílio Teles
- (c) PER - Conj. Hab. Seara  
PER - Conj. Hab. Estádio do Mar  
PER - Conj. Hab. S. Tiago de Custóias  
PER - CDH's - Custió  
PER - CDH's - Ponte Carro -ASSIMEC- 66  
fogos  
PER - CDH's - Ponte Carro -SEDENGIL-262  
fogos

- PER - CDH's - Farrapas
- PER - CDH's - Recarei Cima  
PER - CDH's - Rua Ribeiras de Cima - Perafita  
PER - CDH's - Rua de Cidres  
PER - CDH's - Telheiro  
PER - CDH's - Monte Espinho  
PER - CDH's - Angeiras de Cima  
PER - CDH's - Angeiras de Baixo  
PER - CDH's - L. Palmeira - Bateria  
PER - CDH's - S. Mamede - Laranjeiras  
PER - CDH's - Ribeiras - Freixieiro

- (d) Conj. Habitacional do Seara  
Conj. Habitacional da Senhora da Hora  
Conj. Habitacional de S. Tiago Custóias  
Ligação Sendim - M. Pipos Lomba (2ª Fase)

- (e) Empréstimo dos S.M.A.S.

Convém não deixar de referir que entramos em consideração com o valor dos investimento dos SMAS e da LIPOR (neste último caso, na percentagem de participação da Câmara, que, em 2005, era de 17,20%) uma vez que ambos possuem empréstimos, embora nenhum deles releve para efeitos de cálculo do limite da capacidade de endividamento. Quanto às empresas municipais, como não apresentam qualquer endividamento, não foram incluídos os seus investimentos.

**Quadro n.º 26**  
Serviço da Dívida *versus* Investimento

(Un: Euros)

Entidades	Serviço da Dívida (a)	Investimento (b)
Câmara	2.238.616,96	23.079.803,12
SMAS	—	6.059.436,21
Empresas Municipais		
Matosinhos Habit	0,00	0,00
Matosinhos Sport	0,00	0,00
Associações de Municípios		
LIPOR	0,00	3.331.530,31
<b>Total</b>	<b>2.238.616,96</b>	<b>32.470.769,64</b>

- (a) Serviço da Dívida dos Empréstimos que relevam para o cálculo da Capacidade de Endividamento  
(b) Valor do Investimento de 2004 na parte correspondente à participação do município, desde que existam empréstimos contraídos

**Quadro n.º 27**  
Limite de Endividamento

(Un:Euros)

Limite de Endividamento	Valor
(A) 10% Investimento 2004	3.247.076,96
(B) 12,5% (FGM + FBM)	1.952.163,75
<b>(A) &gt; (B) ⇨ Limite = (A)</b>	<b>3.247.076,96</b>

**Quadro n.º 28**  
Capacidade de Endividamento

(Un: Euros)

Capacidade Líquida de Endividamento	Valor
1 - Serviço da Dívida relevante	2.238.616,96
2 - Limite da Capacidade de Endividamento	3.247.076,96
<b>3 - Capacidade Líquida de Endividamento (2-1)</b>	<b>1.008.460,00</b>
<b>4 - Índice da Capacidade de Endividamento (3/2)</b>	<b>31,06%</b>

Podemos, pela análise dos quadros anteriores, concluir que, no final de 2005, o Município de Matosinhos dispunha de um Índice de Capacidade de Endividamento de 31,06%, ou seja, tudo o resto constante, os encargos que relevam para o cálculo do limite da capacidade de endividamento poderiam ter sido superiores em 1.008.460,00 euros.

### 5.3 Indicadores de Gestão

#### 5.3.1 Indicadores de natureza Orçamental

Neste capítulo pretendemos apresentar uma visão global da receita e da despesa, e da sua evolução ao longo dos últimos 3 anos, através de indicadores, estabelecendo relações de grandeza entre ambas.

**Quadro n.º 29**

Indicadores da Estrutura da Receita	2003	2004	2005
Receitas Próprias / Receita Total	68,1%	62,6%	67,2%
Impostos Locais (1) / Receita Total	54,2%	50,2%	43,5%
Venda de Bens de Investimento / Receita Total	0,0%	0,0%	0,2%
Transferências / Receita Total	27,0%	31,5%	30,2%
Passivos Financeiros / Receita Total	4,9%	5,8%	2,6%

Pela leitura do Quadro n.º 29 podemos constatar que, assim como a receita total aumentou cerca de 14% entre 2004 e 2005, o peso relativo das receitas próprias também aumentou, de 62,6% para 67,2%, o que revela autonomia financeira da Autarquia. Pelo contrário, o peso dos impostos locais na receita total diminuiu, devido a um decréscimo nos impostos directos arrecadados. Por outro lado, apesar das transferências arrecadadas terem aumentado de 24.677.703,92€, em 2004, para 26.916.452,40€, em 2005, assistimos a uma ligeira redução do peso relativo das transferências no total das receitas. Também o rácio dos passivos financeiros (utilizações de capital) teve uma redução para menos de metade, o que traduz diminuição do recurso ao endividamento de médio e longo prazos.

Quadro n.º 30

Grau de Cobertura Global das Receitas e das Despesas	2003	2004	2005
Receita Total / Despesa Total	103,1%	102,6%	92,8%
Receita Corrente / Despesa Corrente	138,1%	146,6%	144,8%
Receita de Capital / Despesa de Capital	48,1%	50,1%	38,8%
Passivos Financeiros / Despesa Total	5,0%	5,9%	2,4%
Receitas Próprias / Despesa Total	70,2%	64,2%	62,4%
Impostos Locais (1) / Despesa Total	55,9%	51,5%	40,4%

(1) Impostos Locais: Imposto Municipal s/ Imóveis, Imposto Municipal s/ Veículos, Imposto Municipal

s/ Transações de Imóveis, Derrama, Contribuição Autárquica, Imposto Municipal de SISA

Por outro lado, a análise do Quadro n.º 30, permite-nos constatar que, ao contrário do que se verificou em 2004, em 2005 as receitas totais foram inferiores às despesas, tendo a diferença sido coberta pelo saldo da gerência anterior no montante de 6.887.175,90 euros.

Outro facto interessante é que, nos três anos em análise, as receitas correntes excederam substancialmente as despesas correntes, dando origem à já analisada Poupança Corrente; as receitas de capital, em 2003 e 2004, cifraram-se em cerca de metade do valor das despesas de capital e, em 2005, representaram cerca de 40%.

Os passivos financeiros da receita, isto é, o recurso ao endividamento, decresceram 3,5 p.p. no total das despesas, variação semelhante à que existe relativamente ao total das receitas, o que revela a diminuição do recurso ao crédito.

O peso relativo das receitas próprias e dos impostos locais no total de despesas sofreu um decréscimo, entre 2004 e 2005, pelas razões acima indicadas. Mas, apesar de tudo, podemos constatar que mais de metade de toda a despesa é suportada por receitas próprias da autarquia sendo que, cerca de 40% da despesa total é assegurada por impostos locais.

### 5.3.2. Indicadores de natureza Patrimonial

Os indicadores patrimoniais são geralmente utilizados como sinais da evolução da situação financeira de uma entidade e como determinantes na apreciação da sua capacidade de endividamento. No entanto, no caso das autarquias, há que ter em atenção que o activo engloba uma série de bens que não poderão servir de garantia de endividamento perante terceiros por não serem hipotecáveis ou alienáveis, nomeadamente os bens de domínio público (que representam cerca de 29% do activo total do Município) e, eventualmente, bens privados necessários à prestação de utilidades públicas.

Apesar destas limitações, estes indicadores permitem-nos ter uma perspectiva da tendência evolutiva dos diversos componentes patrimoniais.

Quadro n.º 31

Indicadores	2004	2005
<b>Estrutura do Activo</b>		
Activo fixo / Activo Total	90,9%	93,4%
Activo Circulante / Activo Total	9,1%	6,6%
Activo Fixo / Activo Circulante	997,5%	1413,8%
<b>Estrutura do Passivo</b>		
Passivo longo prazo / Passivo Total	53,3%	49,8%
Passivo curto prazo / Passivo Total	2,7%	5,1%
Passivo longo prazo / Passivo curto prazo	1943,3%	976,7%
<b>Análise do Activo Fixo</b>		
Activo fixo / Endividamento a médio longo prazo	755,5%	818,9%
<b>Análise do Passivo Exigível</b>		
- Coeficiente de endividamento a curto prazo		
Dívida de curto prazo / Património Líquido	0,8%	1,5%
- Coeficiente de endividamento a longo prazo		
Dívida de médio longo prazo / Património Líquido	15,5%	14,8%
<b>Índices de Liquidez</b>		
Disponibilidades / Exigível a curto prazo	673,3%	247,4%
Activo circulante / Exigível a curto prazo	1471,7%	565,5%
<b>Índice de Solvência</b>		
Dívidas a terceiros / Activo total	12,7%	12,6%

Pela análise dos rácios da estrutura do activo, podemos ver que ela não se terá alterado muito entre 2004 e 2005, tendo-se assistido a uma diminuição do peso do activo circulante, em proveito do activo fixo, no total do activo, uma vez que o activo fixo aumentou em 4,8% e o circulante diminuiu em 26%. De facto, o peso do activo fixo sobre o circulante aumentou de 2004 para 2005.

No que se refere à estrutura do passivo, há que realçar que enquanto que, em 2004, o passivo de curto prazo era de quase vinte vezes inferior ao de médio e longo prazo, em 2005 houve um ligeiro aumento do peso do passivo de curto prazo no total do passivo. Isto mesmo pode ser constatado também nos rácios referentes à análise do passivo exigível: enquanto que o coeficiente de endividamento de curto prazo passou de 0,8% para 1,5%, o de médio e longo prazo sofreu uma ligeira diminuição.

O activo fixo constitui basicamente o investimento directo da autarquia, líquido das depreciações que entretanto vão ocorrendo. Ao compararmos o activo fixo com o endividamento a médio e longo prazo, verificamos que o primeiro supera o segundo mais de oitenta vezes, o que significa que apenas cerca de um oitavo do imobilizado avaliado está a ser financiado por endividamento a médio e longo prazo. Este indicador representa a garantia, em bens, da autarquia aos seus financiadores. No entanto, e como já foi atrás referido, há que ter algum cuidado ao analisá-lo, já que cerca de um terço do imobilizado avaliado

da autarquia são bens de domínio público. Portanto este indicador de solvência deverá ser encarado como meramente indicativo.

Passando agora à análise dos índices de liquidez, podemos verificar que em ambos os rácios ocorreu uma quebra, pois quer as disponibilidades, quer o activo circulante diminuíram de 2004 para 2005, apesar do aumento das dívidas a terceiros de curto prazo que não conseguiu compensar esse decréscimo. Particularizando o índice de liquidez imediata, conclui-se que, no final de 2005, as disponibilidades eram quase duas vezes e meia superiores ao passivo de curto prazo

Finalmente, da análise de índice de solvência, podemos corroborar a manutenção de uma situação financeira positiva da autarquia, apesar da conjuntura económica desfavorável: de facto, o peso das dívidas a terceiros no Activo Total manteve-se, em 2005 nos 12,6%.

#### **5.4 Proposta de Aplicação dos Resultados**

Propõe-se, de acordo com o ponto 2.7.3 do POCAL, que os Resultados Líquidos do Exercício, no montante de 3.314.547,91 euros, sejam distribuídos da seguinte forma:

- 5%, correspondente a 165.727,40 euros, para reforço da Reserva Legal;
- o restante, no valor de 3.148.820,51 euros, para reforço do valor do Património.